



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

RONISE NUNES DOS SANTOS

**A HISTÓRIA DA
“CASA ESCOLA O INFANTIL DO BOM SENSO”
EM DOURADOS (1973 -1986)**



**DOURADOS-MS
2015**

RONISE NUNES DOS SANTOS

A HISTÓRIA DA “CASA ESCOLA O INFANTIL DO BOM SENSO”
EM DOURADOS-MS (1973 – 1986)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, na linha de pesquisa de História da Educação, Memória e Sociedade.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Alessandra Cristina Furtado

DOURADOS-MS
2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S237h Santos, Ronise Nunes dos

A história da “Casa Escola O Infantil do Bom Senso” em Dourados-MS (1973 - 1986). / Ronise Nunes dos Santos – Dourados: UFGD, 2015.

150f. il.

Orientador (a): Profa. Dra. Alessandra Cristina Furtado.

Dissertação (Mestrado em Educação) FAED, Faculdade de Educação – Universidade Federal da Grande Dourados.

1. História da educação. 2. Instituição pré-escolar pública. 3. “Casa Escola O Infantil do Bom Senso” – Dourados (MS). I. Título.

CDD – 372.218171

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte

RONISE NUNES DOS SANTOS

**A HISTÓRIA DA “CASA ESCOLA O INFANTIL DO BOM SENSO”
EM DOURADOS-MS (1973 – 1986)**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre

Programa de Pós-Graduação em Educação – PPEDu/UFGD

Aprovado em: 29 / 05 / 2015

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Alessandra Cristina Furtado
(Presidente e Orientadora)

Prof^a. Dr^a. Maurilane de Souza Biccás
(Membro Titular)

Prof^a. Dr^a. Magda Carmelita Sarat de Oliveira
(Membro Titular)

Prof^a. Dr^a. Maria do Carmo Brazil
(Membro Suplente)

Dedico essa dissertação a Alice, minha mãe,
e a Davi Uriel, filho amado e único.

Gratidão imensa...

À Deus Triúno, Pai, Filho e Espírito Santo, comunidade e comunhão eterna.

Muito especialmente, à Prof^a. Dr^a. Professora Doutora Alessandra Cristina Furtado, orientadora da lapidação desta dissertação, em todo tempo criteriosa, sábia, competente, paciente, encorajadora e afável, educadora incomparável.

À Banca Examinadora, composta pela Prof^a. Dr^a. Maurilane de Souza Bicas (USP/Membro Titular), Prof^a. Dr^a. Magda C. Sarat de Oliveira (UFGD/Membro Titular) e Prof^a. Dr^a. Maria do Carmo Brazil (UFGD/Membro Suplente), pelas inestimáveis contribuições na composição, aprimoramento e conclusão dessa pesquisa.

À Escola Estadual Castro Alves, representada na pessoa de sua Diretora, Professora Karina de Cássia Santos Garcia, e do Diretor Adjunto, Professor Adriano Cosma Cabreira, bem como do Conselho da Escola, cuja aquiescência para a pesquisa de campo empreendida nos documentos do arquivo escolar guardados na instituição, foi imprescindível para a realização dessa pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da Bolsa Capes para a realização do Mestrado em Educação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação (FAED), da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), em nome do Diretor, Prof^o. Dr^o. Reinaldo dos Santos, e da Coordenadora do Mestrado em Educação, Prof^a. Dr^a. Magda C. Sarat de Oliveira.

À todas/os Professoras/es Doutoradas/es do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação, da Faculdade de Educação (FAED), da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), pelas preciosas contribuições nessa importante etapa de minha formação e trajetória acadêmica: Ademir Gebara, Alessandra Cristina Furtado, Beatriz Rocha Ferreira, Kênia Hilda Moreira, Magda Carmelita Sarat de Oliveira, Maria do Carmo Brazil, Marilda Moraes Garcia Bruno, Morgana de Fátima Agostini Martins, Reinaldo dos Santos, Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani. E, carinhosamente, à Prof^a. Dr^a. Clara Bravin (Seminário Externo/Disciplina Concentrada, Metodologia da Pesquisa em Estudos Culturais), da Universidad de Buenos Aires (UBA).

Às mestrandas e aos mestrandos da turma de 2013, que empreenderam comigo o desafio da mesma trajetória acadêmica, dividindo saberes, compartilhando experiências que favoreceram o meu desenvolvimento intelectual e social, com equilíbrio nos relacionamentos interpessoais: Adriana de Lurdes Trentin Alvares, Adriana Valadão, Ana Carolina Santana

Moreira, Carolina Stefanello Pires, Fabiana Rodrigues dos Santos e Vânia Lúcia Ruas Chelotti de Moraes (Linha de Políticas e Gestão da Educação); Adriana Onofre Schmitz, Aparecido Lino dos Santos, Cleyton Pereira Lutz, Idália Pereira da Cruz Schaustz, Márcia Correia Sotolani, Ricardo Augusto Lins do Nascimento e Roberta de Almeida Sorano (Linha de Educação e Diversidade). E, especialmente, às parceiras e aos parceiros da Linha de Pesquisa História da Educação Memória e Sociedade, cujos estudos, trabalhos, projetos, viagens, expectativas e realizações conjuntas estreitaram-nos a amizade: Andréia Penco Faria, Claudemir Dantes da Silva, Claudiani Ferreira da Cunha Rodelini, Cristiane de Sá Dan, João da Silva Pinto de Sousa e Wilker Solidade da Silva.

Às mestrandas e aos mestrandos da turma de 2012, da Linha de Pesquisa História da Educação Memória e Sociedade, cuja produtiva interação fez brotar genuínas amizades: Clóvis Irala, Elizabete Velter Borges, Inês Velter Marques e Rodrigo dos Reis. E, especialmente, João Henrique da Silva, da Linha de Educação e Diversidade.

Aos grupos de pesquisa cujo acolhimento e participação vieram se constituir em um diferencial agregador de conhecimentos teóricos, experiências e ricos momentos de interação: Grupo de Estudos e Pesquisa de História da Educação, Memória e Sociedade (GEPHEMS), Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Educação Infantil e a Infância (GEINFAN) e Grupo de Pesquisa Educação e Processo Civilizador (GPEPC).

Ao Laboratório de Documentação, História e Memória da Educação (LADHEME), na pessoa da técnico-administrativa, Markley Florentino Carvalho.

Às/aos funcionárias/os do Centro de Documentação Regional (CDR) da UFGD, na pessoa de seu Diretor Profº. Drº. Paulo Cimó.

À Secretaria do Programa de Mestrado em Educação, FAED/UFGD, na pessoa da técnico-administrativa, Fernanda Santos Lima, pela valorosa contribuição e sempre prestativo apoio.

Às/aos demais funcionárias/os que coletivamente contribuíram para a organização, planejamento, execução e avaliação da totalidade do Programa de Mestrado em Educação, FAED/UFGD.

À Professora Cíntia Santos, pela obsequiosa revisão do Abstract.

À Rosana Nunes dos Santos Romero, minha irmã querida, pela prestimosa revisão do Resumen.

Enfim, a todas e todos que de variadas maneiras e em diferentes momentos contribuíram para a realização deste trabalho: muito obrigada!

Seu Nome É Hoje

Gabriela Mistral

Cometemos muitos erros e muitas faltas,
mas nosso pior crime é abandonar as crianças,
negligenciar a fonte da vida.

Muitas coisas que necessitamos podem esperar.

A criança não.

Este é o tempo em que seus ossos estão se formando,
seu sangue está sendo feito
e seus sentidos estão se desenvolvendo.

Para ela não podemos responder:

“AMANHÃ”!

Seu nome é “HOJE”!

(BRASIL, 1979, p. 107)

RESUMO

Esta pesquisa de Mestrado em Educação inscrita na linha de História da Educação, Memória e Sociedade, vincula-se ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Brasil, intitulada *História da “Casa Escola O Infantil do Bom Senso” em Dourados-MS (1973–1986)*, cujo objetivo é analisar a história desta instituição pré-escolar. A indagação central é: Como se deu o processo de institucionalização, implantação e funcionamento da “Casa Escola O Infantil do Bom Senso” (CEOIBS) de Dourados-MS? O arco temporal inicia em 1973 por demarcar a realização do “Projeto de Curso Supletivo de Treinamento com Participação Comunitária para Professoras da Casa Escola O Infantil do Bom Senso”, que aconteceu de 21.11.1973 a 12.01.1974. Este curso, realizado pelo Departamento Supletivo de Ensino, da Secretaria de Educação e Cultura de Mato Grosso (Uno), serviu à formação do primeiro corpo docente desta instituição de educação pré-escolar pública. O ano de 1986 sinaliza a extinção do funcionamento da CEOIBS nos moldes iniciais e em espaços improvisados, ou seja, em casas alugadas pelo Governo do Estado e utilizadas para fins educativos. Em 1986, a CEOIBS instalou-se em prédio novo construído na Escola Estadual Castro Alves (EECA), à qual foi integrada pelo Decreto nº 2030, a 07.07.1974, conquistando após 12 anos de reivindicações espaço próprio e adequado ao atendimento da criança pré-escolar. Metodologicamente, esta investigação de caráter documental realizou pesquisa de campo em fontes documentais no arquivo passivo da EECA e em documentos administrativos do Departamento Regional de Educação e Cultura (DREC), depositados no Centro de Documentação Regional (CDR), da UFGD. A pesquisa norteia-se pela perspectiva da Nova História Cultural ligada à História do Tempo Presente, ancorada em autores da História da Educação como Burke (1992), Certeau (2002), Chartier (1990; 2006), Cunha e Silva (2013), Dosse (2012), Freitas e Biccás (2009), Kishimoto (1990; 1999), Kramer (1982; 1989; 1997), Kuhlmann Júnior (1998; 2001), Magalhães (1998; 2004; 2005), Rosemberg (1989; 1992), Sá (2007; 2012), Silva (1997; 2003; 2005), Silva e Rosa (2001), e outros. Resultados indicam que a CEOIBS de Dourados fez parte de um projeto estadual maior, criado pelo Decreto nº 2328, de novembro de 1974, no Governo de José Manuel Fontanillas Fragelli, a ser instalado em seis cidades-sede: Cuiabá, Campo Grande, Três Lagoas, Corumbá, Aquidauana e Dourados, vindo constituir-se na primeira iniciativa de educação pré-escolar pública, marco representativo da história da educação em Mato Grosso (Uno).

Palavras-chave: História da educação. Instituição pré-escolar pública. Projeto “Casa Escola O Infantil do Bom Senso”. Dourados-MS.

ABSTRACT

This Master's research in the field of study Education History, Memory and Society belonging to the Program of Graduate Studies, Faculty of Education, of Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Brazil, entitled *History "Casa Escola O Infantil do Bom Senso" in Dourados-MS (1973–1986)*. The research aims to analyze the history of this preschool institution. The central question is: How did the process of institutionalization, implementation and operation of "Casa Escola O Infantil do Bom Senso" (CEOIBS), took place in the city of Dourados, Mato Grosso do Sul? The temporal arc starts in 1973 by demarcating the achievement of "Supplementary Course project with Community Participation Training for Teachers Casa Escola O Infantil do Bom Senso", held from 21th November 1973 to 12th January 1974. This course conducted by Supletivo Department of Education, Department of Education and Mato Grosso Culture (Uno), aimed the formation of the first faculty of this public preschool education institution. The 80's mark the termination of operation of CEOIBS, the initial molds and in makeshift spaces, in rented houses by the State and used for educational purposes. In 1986, CEOIBS changed to a new building built at Castro Alves School, that was integrated by Decree No. 2030, 07.07.1974, winning after twelve years of claims space proper and adequate care of the child preschool. Methodologically, this documentary character research conducts field research in documentary sources in the passive file of Castro Alves School in official documents of the Regional Department of Education and Culture (DREC), deposited in the Centro de Documentação Regional (CDR), the UFGD. The research is guided by the New Cultural History perspective linked to the History of the Present Time, anchored on authors of History of Education as Burke (1992), Certeau (2002), Chartier (1990; 2006), Cunha e Silva (2013), Dosse (2012), Freitas e Biccás (2009), Kishimoto (1990; 1999), Kramer (1982; 1989; 1997), Kuhlmann Júnior (1998; 2001), Magalhães (1998; 2004; 2005), Rosemberg (1989; 1992), Sá (2007; 2012), Silva (1997; 2003; 2005), Silva e Rosa (2001) and others. Results show that CEOIBS Dourados was part of a larger state project created by Decree No. 2328 of November 1974, the Government of José Manuel Fontanillas Fragelli to be installed in six host cities: Cuiabá, Campo Grande, Três Lagoas, Corumbá, Aquidauana and Dourados, constituted the first initiative of public preschool education, representative landmark of the history of education in Mato Grosso (Uno).

Key words: Education History. Public preschool institution. Project "Casa Escola O Infantil do Bom Senso". Dourados-MS.

RESUMEN

La investigación de este Máster en educación, inscrito en la línea de la Historia de la Educación, Memoria y Sociedad, vinculado a la Facultad de Educación, el Programa de la Educación de Posgrado, de la Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), en la ciudad de Dourados, departamento de Dourados-Mato Grosso do Sul Brasil, o intitulado Historia da “Casa Escola O Infantil do Bom Senso” (CEOIBS), de Dourados-MS (1973-1986), cuyo el objetivo es el de analizar la historia en esta institución pré-escolar. La pregunta central es: ¿Cómo fue el proceso de institucionalización, implementación y operación de la “Casa Escola O Infantil do Bom Senso” (CEOIBS), Dourados-MS? El arco temporal se inicia en 1973, por la demarcación en realizar el “Projeto de Curso Supletivo de Treinamento com Participação Comunitária para Professoras da Casa Escola O Infantil do Bom Senso”, qué se pasó a 11.21.1973 a 01.12.1974. Este curso fue realizado por el Departamento de Educación Suplementaria, del Departamento de Educación y cultura de Mato Grosso (Uno) y sirvió para la formación de la primera facultad de esta institución pública de educación. En el año 1986 marca el cierre de la operación de CEOIBS los moldes iniciales en espacios impropios o sea, en casas alquiladas por el Estado con fines educativos. En 1986, CEOIBS asentado en un nuevo edificio construido en la Escola Estadual Castro Alves (EECA), que se ha integrado por el Decreto nº 2.030, 07.07.1974, gana después de doce años de reivindicaciones, espacio próprio y adecuado para el cuidado del niño preescolar. Metodológicamente esta la investigación de carácter documental lleva a cabo la pesquisa de campo en las fuentes documentales en el archivo pasivo de la EECA y los documentos administrativos del Departamento de Educación y Cultura Regional (DREC), depositados en el Centro de Documentação Regional (CDR), de la UFGD. La investigación se basa por la perspectiva de la nueva Historia Cultural vinculado a la Historia del Tiempo Presente, apoyado por autores de Historia de la Educación como Burke (1992), Certeau (2002), Chartier (1990; 2006), Cunha e Silva (2013), Dosse (2012), Freitas e Biccás (2009), Kishimoto (1990; 1999), Kramer (1982; 1989; 1997), Kuhlmann Júnior (1998; 2001), Magalhães (1998; 2004; 2005), Rosemberg (1989; 1992), Sá (2007; 2012), Silva (1997; 2003; 2005), Silva e Rosa (2001) y otros. Los resultados indican que CEOIBS Dourados era parte de un proyecto mayor del estado, creado por el Decreto nº 2328 de noviembre de 1974, del Gobierno de José Manuel Fontanillas Fragelli, para que fuera instalado en seis ciudades sede: Cuiabá, Campo Grande, Três Lagoas, Corumbá, Aquidauana y Dourados, constituyó la primera iniciativa de la educación preescolar pública, marco representativo en la historia de la educación en Mato Grosso (Uno).

Palavras-clave: Historia de la Educación. Institución preescolar pública. Proyecto “Casa Escola O Infantil do Bom Senso”. Dourados-MS.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
APMT	Arquivo Público de Mato Grosso
BEMAT	Banco do Estado de Mato Grosso S.A.
CAND	Colônia Agrícola Nacional de Dourados
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPEs	Centros de Atendimento ao Pré-Escolar
CEI	Centro de Educação Infantil
CEIM	Centro de Educação Infantil Municipal
CEOIBS	“Casa Escola O Infantil do Bom Senso”
CDR	Centro de Documentação Regional/UFGD
CFE	Conselho Federal de Educação
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CEB	Câmara de Educação Básica
CNE	Conselho Nacional de Educação
CODEPRE	Coordenação de Educação Pré-Escolar
COEPRE	Coordenadoria de Educação Pré-Escolar
COLTED	Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático
DNCr	Departamento Nacional da Criança
DRE	Delegacia Regional de Ensino
DREC	Departamento Regional de Educação e Cultura
EECA	Escola Estadual Castro Alves
FAED	Faculdade de Educação
FEBEM	Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
GECA	Grupo Escolar Castro Alves
GEINFAN	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Educação Infantil e a Infância/UFGD
GPEPC	Grupo de Pesquisa Educação e Processo Civilizador/UFGD
GEPHEMES	Grupo de Pesquisa História da Educação, Memória e Sociedade/UFGD
IAME	Instituto Agrícola do Menor

INAN	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPAI	Instituto de Proteção e Assistência à Infância
LADHEME	Laboratório de Documentação, História e Memória da Educação/UFGD
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MCP	Movimento de Cultura Popular
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
OBRAPE	Organização Brasileira de Atividades Pedagógicas
OMEP	Organização Mundial para Educação Pré-Escolar
ONU	Organização das Nações Unidas
PMSA	Patronato de Menores Santo Antônio
PROAPE	Programa de Atendimento ao Pré-escolar
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SAM	Serviço de Assistência ao Menor
SEAC	Secretaria Especial de Ação Comunitária
SEB	Sistema Educacional Brasileiro
SEC	Secretaria de Educação e Cultura
SEE	Secretaria Estadual de Educação
SNEL	Sindicato Nacional dos Editores de Livros
SEPLAN	Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente
SEPRE	Setor de Educação Pré-escolar
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista

UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIMEP	Universidade Metodista de Piracicaba
USAID	United States Agency for International Development
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do município de Dourados.....	55
Figura 2 – A Escola Presbiteriana Erasmo Braga em Dourados (1940).....	56
Figura 3 – Escola Franciscana Imaculada Conceição.....	59
Figura 4 – Crianças atendidas no Lar Santa Rita de Cássia, no seu início.....	64
Figura 5 – Vista frontal de uma casa alugada onde funcionou a CEOIBS em Dourados.....	77
Figura 6 – Sala de aula de Jardim da Infância e de Pré-Alfabetização, em 1981.....	78
Figura 7 – Mapa da região central da cidade de Dourados.....	82
Figura 8 – Planta baixa da EECA, em 1984.....	87
Figura 9 – Fachada da EECA e Área para a Construção de salas para a CEOIBS.....	91
Figura 10 – Planta Baixa da “Casa Escola O Infantil do Bom Senso” de Dourados.....	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População do município de Dourados residente em área urbana e em área rural (1940-1980).....	54
Tabela 2 – Crianças matriculadas na Pré-escola da Escola Presbiteriana Erasmo Braga (1969-1973).....	57
Tabela 3 – Evolução da população de Dourados (1960-1980).....	57
Tabela 4 – Relação de Lares e Creches instalados em Dourados (1965-1984).....	65
Tabela 5 – Carga horária do Curso Supletivo (1973-1974).....	98
Tabela 6 – Dados gerais das participantes do Curso Supletivo.....	98
Tabela 7 – Formação básica e formação complementar das cursistas.....	99
Tabela 8 – Cursos de formação complementar das cursistas.....	102
Tabela 9 – Situação funcional anterior das cursistas.....	105
Tabela 10 – Organização do primeiro quadro de funcionários da CEOIBS de Dourados....	106
Tabela 11 – Situação funcional das cursistas em relação às nomeações, turmas e turnos....	107
Tabela 12 – Termo de compromisso X Respostas das professoras.....	108
Tabela 13 – Relação nominal do corpo docente do pré-escolar em 1980.....	112
Tabela 14 – Relação nominal do corpo docente do pré-escolar em 1981.....	114
Tabela 15 – Relação nominal do corpo administrativo e técnico do pré-escolar em 1980...	117
Tabela 16 – Relação nominal do corpo administrativo do pré-escolar em 1981.....	119
Tabela 17 – Fichas de matrículas de 1974, da CEOIBS de Dourados.....	122
Tabela 18 – Fichas de matrícula do aluno K. D. F. J. (1975-1977).....	123
Tabela 19 – Matrícula de alunos(as), períodos matutino e vespertino (1974-1980).....	124

Tabela 20 – Matrícula de alunos(as), períodos matutino e vespertino (1980-1982).....	125
Tabela 21 – Profissão de pais/responsáveis de alunos(as) da CEOIBS de Dourados em 1974.....	128
Tabela 22 – Profissão de pais/responsáveis de alunos(as) da CEOIBS de Dourados (1975-1982).....	129
Tabela 23 – Profissão de mães/responsáveis de alunos(as) da CEOIBS de Dourados (1974-1982).....	132

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO 1 HISTÓRIA DA INFÂNCIA E SUA EDUCAÇÃO EM INSTITUIÇÕES DE ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS NO BRASIL.....	29
1.1 Histórico das instituições voltadas à educação da infância.....	29
1.2 A Década de 1970 e o movimento de expansão de creches e pré-escolas.....	41
1.3 A escolarização da infância mato-grossense: ações institucionais confessionais, públicas e filantrópicas.....	49
CAPÍTULO 2 A “CASA ESCOLA INFANTIL DO BOM SENSO” DE DOURADOS..	66
2.1 Instalação e funcionamento da CEOIBS de Dourados.....	66
2.2 Os Espaços de Funcionamento da CEOIBS em Dourados.....	75
2.3 1986: o novo espaço para funcionamento da CEOIBS de Dourados.....	85
CAPÍTULO 3 OS SUJEITOS EDUCACIONAIS DA CEOIBS DE DOURADOS.....	96
3.1 As docentes da CEOIBS de Dourados.....	97
3.2 O corpo administrativo e técnico da CEOIBS de Dourados.....	117
3.3 Os alunos e as alunas da CEOIBS de Dourados.....	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
REFERÊNCIAS.....	140

INTRODUÇÃO

A História da “Casa Escola O Infantil do Bom Senso”¹ em Dourados-MS (1973-1986), é o título desta dissertação de Mestrado em Educação, vinculada à linha de História da Educação, Memória e Sociedade, inscrita no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), em Dourados-MS.

Dada a pouca produção historiográfica sobre essa temática na região, a contribuição dessa pesquisa se funda, principalmente, na História da Educação, mediante a escrita da história da primeira instituição de educação pré-escolar² pública em Dourados nos moldes do projeto criado pelo Decreto nº 2328/1974, em Mato Grosso (Uno³), nas cidades sede de Cuiabá, Campo Grande, Três Lagoas, Corumbá, Aquidauana e Dourados. Este projeto estadual maior pode ser considerado “a primeira iniciativa pública de incentivo à educação pré-escolar no estado [...] implantada pela Secretaria Estadual nas escolas de Mato Grosso, durante os anos de 1970” (SILVA & ROSA 2001, p. 239).

A presente dissertação, pois, se insere e contribui para a discussão “a respeito do papel que essa proposta exerceu sobre os rumos da pré-escola no estado de Mato Grosso do Sul” (SILVA & ROSA, 2001, p. 237). E, nesse intuito, avançar em alguns aspectos teóricos da discussão, diante da relevância histórica da educação infantil e das instituições de atendimento à infância, cuja temática no Brasil é, em geral, lacunar, mas inicial e campo em constituição no estado. Tendo em vista que são poucos os estudos na região que privilegiam temáticas ligadas à escolarização da infância, em jardins da infância e em salas pré-escolares (SÁ, 2012), tais circunstâncias acabam por justificar a relevância da atual pesquisa de mestrado, para ampliar os estudos sobre a história das instituições pré-escolares.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar a história “Casa Escola O Infantil do Bom Senso” (CEOIBS⁴) de Dourados-MS. Bem como, reconstituir a identidade e trajetória de vida da instituição mediante elementos que auxiliem a compreensão do cotidiano escolar, além de caracterizar os sujeitos educacionais e algumas práticas educativas histórico-sociais.

¹ Esclarecemos que a expressão no título da dissertação entre aspas mantém o original.

² A expressão *educação pré-escolar* intitula a Indicação nº 45, do Parecer nº 2018/1974, do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e do Conselho Federal da Educação (CFE), dispondo sobre a importância daquela e da necessidade de incrementá-la nos diversos sistemas de ensino, no atendimento de crianças na faixa etária de zero a seis anos, embora um nível ainda não obrigatório de ação educativa (BRASIL, 1979, p. 21-35).

³ Designamos *Mato Grosso (Uno)* à situação do estado anterior à sua divisão, pois com a “[...] Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, houve por bem dividir o Estado de Mato Grosso, criando uma nova unidade federativa: Mato Grosso do Sul” (MENDONÇA, 1982, p. 116), no governo do Presidente da República, Ernesto Geisel (1974-1979).

⁴ A fim de contornar repetições do nome da instituição pesquisada optamos pela utilização no texto de uma sigla formada pelas iniciais que a designam: CEOIBS.

No suposto de que “elaborar um fato é construí-lo. Se quisermos, uma questão dá-nos uma resposta. [Portanto,] só há fato ou fato histórico no interior de uma história-problema” (LE GOFF, 1990, p. 31), diante da temática de investigação tomamos por questões norteadoras: Como se deu o processo de criação, implementação e funcionamento da CEOIBS de Dourados? Qual era o perfil do corpo docente, discente e demais profissionais da CEOIBS de Dourados? Qual era a demanda da população infantil para a educação pré-escolar em Dourados no período pesquisado? Atendeu qual parcela da população?

Porquanto a História da Educação seja representativa da história política, a abordagem desta temática se dá no período da Ditadura Militar que, em geral, ocorreu no Brasil entre os anos de 1964 a 1985, contexto representativo para “[...] verificação do quanto a prática do poder resultou ou não da ampliação e da diversificação dos atores a expressar vontades próprias enquanto atores individuais e enquanto sujeitos coletivos” (FREITAS & BICCAS, 2009, p. 31-32). Auxiliando a análise das heranças educacionais providas das investigações realizadas no estudo, cuja delimitação temporal entre 1973 a 1986 se justifica por demarcar períodos importantes da história da CEOIBS de Dourados-MS.

O ano de 1973 demarca a organização do “Projeto de Curso Supletivo de Treinamento com Participação Comunitária para Professoras da Casa Escola O Infantil do Bom Senso⁵”, de 21 de novembro de 1973 a 12 de janeiro de 1974, período de vigência do curso, realizado pelo Departamento Supletivo de Ensino, da Secretaria de Educação e Cultura de Mato Grosso e da Delegacia Regional de Ensino (DRE). Este curso serviu à formação do primeiro corpo docente e à definição do currículo da CEOIBS de Dourados, procurando promover uma qualificação profissional com o perfil da educação que seria ofertada pela instituição, dado este aprofundado no segundo capítulo dessa dissertação.

Já o ano de 1986 sinaliza o término do funcionamento da CEOIBS de Dourados nos moldes iniciais, ou seja, em casas alugadas e utilizadas para fins educativos. Após doze anos de reivindicações, a CEOIBS de Dourados conquistou no âmbito escolar, espaço próprio e adequado ao atendimento da criança pré-escolar no terreno da Escola Estadual Castro Alves (EECA)⁶, à qual foi integrada desde 07 de junho de 1974, mediante o Decreto nº 2030, deixando de funcionar como uma extensão aonde a escola não chegava.

⁵ Citamos o título do Curso Supletivo entre aspas duplas conforme consultado no original.

⁶ Convencionamos no texto utilizar uma sigla formada pelas iniciais do nome da Escola Estadual Castro Alves: EECA.

Itinerário da pesquisa

O início do percurso para a escrita dessa história se deu por acontecimentos importantes do itinerário da pesquisa. Retomamos, pois, os “caminhos percorridos, a estrada almejada, os pontos de intersecção [...] voltamos ao passado, viajamos no tempo e encontramos um histórico de vida... vidas... que vêm... que vão... mas vidas... nossa vida acadêmica... nossa vida profissional...” (SOUZA, 2006, p. 1-2). Alertamos, porém, que nesse trecho o texto será construído na primeira pessoa do singular para em seguida tornar a primeira pessoa do plural.

Essa dissertação de Mestrado em Educação vem aprofundar uma pesquisa anterior que empreendi e resultou no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado “Elos historiográficos da Educação Infantil no município de Dourados na década de 1970: um olhar no passado para entender o presente”, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Educação Infantil, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Regina Aparecida Marques de Souza, apresentado no Curso de Especialização em Educação Infantil, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), em 2012. Esse estudo buscou analisar alguns aspectos referentes à História da Educação Infantil em Dourados, norteadas pelas indagações: Quais aspectos permearam a história da Educação Infantil em Dourados, na década de 1970? Quais eram as instituições educativas que ofereciam a educação para a criança com idade abaixo dos sete anos, na década de 1970, em Dourados? Por que no início da década de 1970 poucas crianças ou quase nenhuma frequentou a pré-escola?

Tais questionamentos aliaram-se à minha própria história de vida, diante do fato de que não ter frequentado a educação pré-escolar ofertada à época, quando de meu ingresso à escola, em 1976. Tal fato ao ser investigado revelou que essa impossibilidade se deu em decorrência de meus pais não poderem custear uma educação privada já ofertada pela Escola Presbiteriana Erasmo Braga e pela Escola Franciscana Imaculada Conceição. E, ainda, devido à distância e a grande concorrência à procura das vagas disponíveis, veio desfavorecer meu ingresso à educação pré-escolar pública ofertada na Escola Estadual Castro Alves. Escolas estas que meu estudo anterior demonstrou sendo as pioneiras na oferta da educação pré-escolar às crianças, na iniciativa privada e pública, conforme citadas, respectivamente. Devido à proximidade de casa e fácil acesso, minha família optou por matricular-me na Escola Estadual Joaquim Murtinho, que oferecia o ensino primário de 1º grau. Além disso, havia a opção de ir à escola na companhia de uma irmã quatro anos mais velha, que estudava nessa mesma instituição a 4ª série primária.

No sentido de trazer possíveis respostas às questões norteadoras dessa pesquisa anterior, em instituições de ensino pública e privada precursoras no atendimento à primeira infância em Dourados, tais perspectivas historiográficas remeteram a uma melhor e maior compreensão dos fatos ligados a essa história, mediante dados coletados e analisados em fontes documentais e alguns relatos orais junto a sujeitos das escolas pesquisadas, que contribuíram para esse estudo.

Dessa maneira, o acesso ao arquivo passivo⁷ da Escola Estadual Castro Alves me levou a localizar documentos como, por exemplo, algumas fichas de matrícula, de uma “Casa Escola O Infantil do Bom Senso”. Apesar de tal achado, ao final da pesquisa de Especialização permaneceu o questionamento sobre qual teria sido a relação desta “Casa Escola O Infantil do Bom Senso” com a Escola Estadual Castro Alves. Como “uma pesquisa puxa a outra” (AGASSI; COSTA; ABRAHÃO, 1998, p. 108), tal indagação contribuiu para a ideia inicial do projeto de pesquisa de mestrado e conduziram à opção pela temática da dissertação ora apresentada.

Para tanto, com meu ingresso ao Mestrado em Educação FAED/UFGD retornei à Escola Estadual Castro Alves em março de 2013, para solicitar por escrito autorização para realizar pesquisa de campo no arquivo escolar⁸ da referida escola, junto à Diretora, Professora K. de C. S. G.⁹ e ao Diretor Adjunto, Professor Mestre A. C. C. Após autorização pelo Conselho da Escola, a partir de abril 2013, iniciei o levantamento das fontes documentais e coleta de dados, sempre acompanhada de uma funcionária da EECA incumbida tanto de assessorar como monitorar a pesquisa de campo realizada.

Haja vista a necessidade de buscar informações relevantes, não disponíveis aos pesquisadores e à comunidade local em geral, para a historiografia ora empreendida, considerada produto de um lugar, o acadêmico, e um discurso possível sobre o real, empreendemos a escrita construída em função da instituição histórica examinada (CERTEAU,

⁷ Mas o que entender por *arquivo passivo*? Entendemos, pois, o *arquivo passivo* como um “[...] depósito de preservação e organização de documentos ao longo da história das instituições de ensino que, uma vez disponíveis à pesquisa, põem em evidência as práticas de várias pessoas e suas representações” (CAMARGO, 2008, p. 74).

⁸ Vasconcellos (1999, p. 42 apud FURTADO, 2011), caracteriza o arquivo escolar como um “conjunto de documentos organicamente acumulados, cujas informações permitem a trajetória de vida de seu titular”. E ainda Bonato (2002, p. 3 apud FURTADO, 2011) elucida que os arquivos escolares compõem acervos arquivísticos nos quais se encerram diversas espécies documentais que, como fontes de pesquisa, constituem-se também em “espaços de memória, depositários de fontes produzidas e acumuladas na trajetória do fazer pensar o pedagógico no cotidiano das escolas”.

⁹ Nessa dissertação, por uma questão ética e tanto quanto possível, as pessoas citadas foram referidas pela sigla formada pelas letras iniciais de seus nomes, exceto pessoas públicas e autoridades.

2002). A partir desse itinerário pontual, que intencionou justificar minha escolha e vínculo com o objeto de estudo, o texto voltará a ser escrito na primeira pessoa do plural.

Fundamentação teórico-metodológica

Tendo em vista que “toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural [...]”. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesse, que os documentos e as questões, que lhe são propostas, se organizam” (CERTEAU, 2002, p. 66-67). Destacamos que para a Escola Histórica, “por mais inovadores que sejam os materiais e procedimentos, a função crucial do método é reger-se por regras e normas claras pela pesquisa histórica” (GRESPLAN, 2014, p. 298-99). O método é determinado, principalmente, pela autenticidade, com a qual a ficção e a literatura não coadunam. Desse modo, uma dimensão essencial do método histórico é a comunicação das experiências de pesquisa, que permite a comparação de resultados e de teorias, como fazemos nessa dissertação que procura comunicar de maneira perceptível os resultados da pesquisa efetivada.

A busca de promover a escrita da história da CEOIBS de Dourados, instituição de atendimento ao pré-escolar¹⁰, implica e pressupõe o uso de métodos e teorias que alicerçam o processo e o resultado da construção do conhecimento historiográfico e comporta encaminhamentos analíticos diferenciados decorrentes das opções teórico-metodológicas (MAGALHÃES, 2005). Sendo assim, essa investigação qualitativa de caráter documental orienta-se na perspectiva da Nova História Cultural combinada com a da História do Tempo Presente, tendo sido realizado um levantamento bibliográfico para reunir leituras para fichamentos mediante literatura ligada também à História e à Historiografia da Educação, à História das Instituições Pré-Escolares e da Educação Infantil.

A partir de 1990, Furtado (2011, p. 148), chama atenção para o fato de que “pesquisas acerca da história das instituições escolares, de seus arquivos e fontes ganharam espaço na historiografia educacional brasileira [...] influenciadas pelas novas correntes historiográficas, provenientes da Escola Francesa, especialmente pela Nova História Cultural”, ganhando espaço na historiografia educacional brasileira. Embora a Nova História Cultural, enquanto novo paradigma apresente problemas de definição, fonte, método, explicação e síntese, além

¹⁰ O 1º Encontro Interamericano de Proteção ao Pré-Escolar, realizado de 21 a 27 de julho de 1968, no Rio de Janeiro, apresentou como conclusões da Mesa Redonda que discutiu a conceituação do pré-escolar: “1. O conceito do pré-escolar, como predicativo de educação, dependerá da organização escolar de cada país, a qual necessariamente refletirá as condições econômicas e culturais; 2. Aceita-se, no momento, a designação de “pré-escolar” apenas para efeito de comunicação, sem restringir a sua conotação ao aspecto escolar, uma vez que não se trata, apenas de fase preparatória, e sim de intenso e singular dinamismo psicossomático, de representações na vida adulta” (LOURENÇO FILHO, apud BRASIL, 1979, p. 30 – Grifo do autor).

da centralidade de noção ampla de cultura, afigura-se como uma nova história social, cultural e econômica da vida e dos rituais cotidianos de toda a sociedade, portanto, amplia os limites e abre novas áreas de pesquisa histórica (BURKE, 1992). Assim, a Nova História Cultural, conforme Burke (1992) permite levar em conta a história social, cultural, econômica, política, urbana, rural, do trabalho, dos discursos, regional, local, por exemplo, em relação à história nacional e mundial na escrita da história.

Enquanto que a abordagem da História do Tempo Presente auxilia uma necessária reflexão sobre o tempo, onde a pesquisa histórica pode guiar-se “[...] no sentido de não ser mais um *Telos*, mais um *Kairos*, não mais um sentido preestabelecido, mas um sentido que emerge do fato que lhe dá origem” (DOSSE, 2012, p. 20). Quer dizer, o tempo visto não sob o prisma do fim, mas aberto às oportunidades presentes no presente, “na contemporaneidade do não contemporâneo” (DOSSE, 2012, p. 20).

Nesse sentido, portanto, “o tempo presente não seria então um simples período adicional destacado da história contemporânea, mas uma nova concepção da operação historiográfica” (DOSSE, 2012, p. 7). Para além das tradicionais fronteiras disciplinares, portanto, o “Tempo Presente trabalha a História como um campo de estudos que comporta construções interpretativas [...] ao entender que a História deixa de ser mero repositório de experiências para constituir-se em campo de reflexão sobre os usos do passado pelo presente” (CUNHA & SILVA, 2013, s/p.). Em outras palavras, “uma relação social com o tempo” (DOSSE, 2012, p. 12). A História do Tempo Presente “está na intersecção do presente e da longa duração. Esta coloca o problema de se saber como o presente é construído no tempo. Ela se diferencia, portanto, da história imediata porque impõe um dever de mediação” (DOSSE, 2012, p. 6).

O embasamento teórico da pesquisa privilegia as abordagens de Burke (1992), Certeau (2002), Chartier (1990; 2006), Cunha e Silva (2013), Dosse (2012), Freitas e Biccás (2009), Kishimoto (1990; 1999), Kramer (1982; 1989; 1997); Kuhlmann Júnior (1998; 2001), Magalhães (1998; 2004; 2005), Rosemberg (1989; 1992), Sá (2007; 2012), Silva (1997; 2003; 2005), Silva e Rosa (2001), e outros.

O *corpus* documental desta investigação é pautado em documentação relacionada, principalmente, à escrituração administrativa, tais como fichas e livros de matrícula, livro de ponto, processos de autorização de funcionamento, contratos de locação, escritura de compra de imóvel, processos de providência de construção, planta baixa legendada, entre outros. Além

dessa documentação administrativa, guardada¹¹ na EECA, foram utilizadas outras de natureza pedagógica e histórica, produzidas pelos agentes educativos, como livro de hora-atividade de docentes, atas de reuniões pedagógicas e algumas fotografias.

Outro tipo de documentação que contribuiu para compor o contexto do período pesquisado, foi buscada no arquivo¹² do Centro de Documentação Regional (CDR)¹³ da UFGD, para levantamento de documentos administrativos do Departamento Regional de Educação e Cultura (DREC), do antigo Mato Grosso, organizados em vinte e duas caixas de material plástico com tampa, com dimensões aproximadas de 40 cm x 50 cm, no interior das quais estão contidos calhamaços de documentação administrativa, em meio aos quais localizamos documentos de pessoal, ou seja, de professoras que fizeram parte do corpo docente da CEOIBS, contração da mãe (também professora) da primeira coordenadora da CEOIBS, da diretora do EECA, durante o período estudado, comprovante de depósito no Banco do Estado de Mato Grosso (BEMAT), no dia 17 de maio de 1974, da CEOIBS ao Fundo Estadual de Educação de Mato Grosso. Assim, a pesquisa de caráter documental, fundamentou-se em documentos “produzidos pelos órgãos da administração do ensino para serem utilizados pelas escolas [...] e documentos produzidos pelos agentes educativos” (SILVA, 2000, p. 11), que constituem, portanto, consideráveis fontes da pesquisa para a História da Educação.

No CDR da UFGD pesquisamos registros da imprensa local na Coleção de Jornais e Boletins, mais especificamente, no Jornal “O Progresso”¹⁴, na busca de notícias sobre a educação da infância nas instituições de ensino de Dourados e outras, como auxiliar na composição do contexto local e regional da investigação. Os critérios de antiguidade e de

¹¹ Em sua maior parte, a história sobre a CEOIBS foi levantada por pesquisa de campo para levantamento em documentação preservada realizada no arquivo passivo da EECA, de Dourados-MS. Este se constituía em uma pequena sala com uma ampla janela envidraçada, e uma porta de ferro, acima da qual do lado de fora se lia em uma placa: Almoxarifado. Nesse espaço estavam organizadas em prateleiras de madeira caixas-arquivo devidamente identificadas, embora o conteúdo de algumas não correspondesse à sua identificação externa.

¹² No Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27 apud FURTADO, 2011), arquivo é definido como um “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte”.

¹³ Como esclarece Furtado (2007, p. 74), “o Centro de Documentação Regional (CDR) é um laboratório pertencente à Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e originou-se de um projeto elaborado por docentes da UFMS/Dourados, no início da década de 1980. Sendo assim, desde este período, o CDR vem colecionando material documental e bibliográfico referente, especificamente, aos estudos regionais. Com vistas a essas atividades, o Centro de Documentação Regional destina-se, prioritariamente, a apoiar os trabalhos de ensino e pesquisa, em nível de graduação e pós-graduação, dos diversos cursos da Faculdade de Ciências Humanas. Além disso, atende também a pesquisadores docentes e discentes de outras unidades da UFGD, bem como de outras instituições, e ao público interessado em geral”.

¹⁴ O Jornal *O Progresso* foi criado em 22 de fevereiro de 1920, pelo jornalista e advogado José Passos Rangel Torres, em Ponta Porã. Weimar Gonçalves Torres, seu filho, herdou o jornal e transferiu-o de Ponta Porã para Dourados, começando a circular neste município em 21 de abril de 1951 (ARAKAKI, 2008).

funcionamento até à atualidade foram os que guiaram à escolha desse jornal para a pesquisa e também por possuir edições digitalizadas de todo o arco temporal deste estudo. Podemos encontrar na imprensa, como explicita Souza (2000, p. 18), “a circulação do discurso inovador sobre a educação, a formação indireta dos professores mediante orientações específicas sobre como ensinar e as polêmicas e discussões que essas orientações provocam nos profissionais da educação”. Em resumo, a imprensa corresponde “a uma fonte que articula representações e práticas” (SOUZA, 2000, p. 18).

Aquiescemos, pois, com Dosse (2012, p. 14 – Grifo do autor), de que o ofício do historiador do tempo presente é “também confrontado com o privilégio da “poeira” de arquivos recentes não hierarquizados, uma vez que não sabe, devido à falta de conhecimento do futuro, o que se revelará importante e o que só será acessório”. Assim, a cada visita em ambos os arquivos, tanto o escolar na EECA como o do CDR, após localização e seleção, os documentos foram fotografados com uma câmera digital e salvos em HD externo, sendo as imagens organizadas em arquivos para análise e escrita desta investigação.

Revisão da literatura

No propósito de situar esta dissertação no campo de estudo da História da Educação, elaboramos um levantamento de pesquisas realizadas acerca da educação da infância em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, principalmente, as produções acerca das temáticas ligadas à educação pré-escolar do período pesquisado, em *sites* dos programas das instituições de Pós-Graduação da UFGD, livros, capítulos de livros e artigos, e outros.

As pesquisas realizadas pela Prof^a. Dr^a. Anamaria Santana da Silva foram as primeiras localizadas que contemplaram a “Casa Escola O Infantil do Bom Senso” em MT e MS. Constatamos, porém, que suas investigações abriram caminho para novos estudos acerca da CEOIBS, posto ter se restringido às cidades de Campo Grande, Aquidauana e Corumbá, não contemplando, pois, os municípios de Cuiabá, Três Lagoas e Dourados, onde o Decreto nº 2328/1974, previu sua implantação. A seguir, apresentamos os estudos da pesquisadora Prof^a. Dr^a. Anamaria Santana da Silva que trazem contribuições a presente dissertação.

Silva (1997), na Dissertação de Mestrado intitulada “Políticas de atendimento a criança pequena em MS (1983/1990)”, apresentada na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em 1997, discorreu sobre estado e política social no Brasil e política em Mato Grosso do Sul, desde a criação desse estado em 1979, bem como sobre a política social e a criança pequena em Mato Grosso do Sul, concernindo ao nosso trabalho o registro dos dados sobre a educação pré-escolar, a partir da década de 1970, em Mato Grosso (Uno).

Na tese de doutorado, intitulada “A professora de educação infantil e sua formação universitária”, pela UNICAMP, defendida em 2003, Silva discutiu sobre a formação universitária da professora de educação infantil, abordando a Educação Infantil no Brasil, a Pedagogia, o Curso de Pedagogia e a formação para a Educação Infantil, bem como o espaço da Educação Infantil nos Cursos de Pedagogia, entre outros. Esta pesquisa contribuiu com a presente investigação por tratar da pré-escola e das primeiras iniciativas para a formação de professoras que trabalharam na educação das crianças pequenas¹⁵, mais especificamente sobre os cursos de formação para professoras que atuaram na “Casa-escola Infantil do Bom Senso, nos anos 70, oferecidos pela Secretaria Estadual de Educação” (SILVA, 2003, p. 38).

Prosseguindo, no texto “Profissionais da educação infantil: formação, prá que?”, apresentado como relato de experiência no VIII Congresso Estadual Paulista sobre formação de Educadores, no ano de 2005, na Universidade Estadual Paulista (UNESP), que tratou da temática das Políticas de Formação Docente, Silva (2005) aprofundou questões sobre a educação da criança pequena no Brasil e Mato Grosso do Sul, sobre as concepções e os conteúdos dos cursos de graduação do profissional da educação infantil, projetos de extensão universitária, dos cursos do Programa de Atendimento ao Pré-escolar (PROAPE/MEC), dos cursos de formação em serviço e os promovidos por instituições como a Organização Mundial para a Educação Pré-escolar (OMEP), a Legião Brasileira de Assistência (LBA), e “os cursos de formação para as professoras que trabalharam na Casa-escola infantil do bom senso, nos anos 70” (SILVA, 2005, p. 136).

No texto “Recordando e Colando: as origens da educação infantil em MS”, capítulo do livro intitulado “Educação da infância brasileira: 1875 -1983”, organizado por Carlos Monarcha, Silva em parceria com Rosa (2001) abordou sobre as origens da Educação Infantil pública em Mato Grosso do Sul, durante os anos de 1970, descrevendo o “projeto Casa-Escola Infantil do Bom Senso”. Projeto este desenvolvido “no Centro Educacional José Rodrigues Alves (em Aquidauana), Centro Educacional Júlia Gonçalves Passarinho (Corumbá) e Centro Educacional Lúcia Martins Coelho (Campo Grande)” (SILVA & ROSA, 2001, p. 235). Mediante a diversificação de fontes, como relatos orais, fotografias da época e alguns documentos escritos, neste estudo as autoras tratam da estrutura e funcionamento destas casas-escolas, do método pedagógico utilizado, do cotidiano das salas pelas experiências colhidas na fala de algumas professoras que lá atuaram. As autoras fundamentaram-se, principalmente, em escritos da Organização Brasileira de Atividades

¹⁵ Silva (2003) manifesta que a expressão “educação das crianças pequenas” designa a educação ofertada às crianças de zero a seis anos, em creches e pré-escolas.

Pedagógicas (OBRAPE), 1978, Rio de Janeiro; “*Lembranças de Infância: que história é esta?*”, Dissertação de Mestrado da pesquisadora Prof^a. Dr^a. Magda Sarat de Oliveira, Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), em 1999; “*A educação pré-escolar brasileira durante os governos militares*”, da pesquisadora Fúlvia Rosemberg, da Fundação Carlos Chagas e Pontifícia Universidade Católica (PUC)-SP, e outros.

Para além da especificidade do Projeto “*Casa Escola O Infantil do Bom Senso*”, localizamos produções nas pesquisas na área de História da Educação consideradas referência no Brasil, que privilegiam a temática da educação da infância e ajudam a adensar a constatação de lacunas em estudos sobre a criança pequena e escolarizada, tais como Kishimoto (1990; 1999), Kramer (1982; 1989; 1997), Kuhlmann Júnior (1998; 2000), Rosemberg (1989; 1992), e outros.

Apresentação da dissertação

Após tais considerações apresentamos a organização do texto da dissertação em três capítulos. Em primeiro lugar, no capítulo intitulado *História da infância e sua educação em instituições de atendimento às crianças no Brasil*, tratamos acerca do contexto histórico das instituições voltadas à educação da infância, enfatizando a década de 1970, considerada um marco do movimento de expansão de creches e pré-escolas, período que enseja revisões relativas a seu significado, que inicialmente visava aspectos relacionados a cuidados e saúde, de cunho filantrópico e assistencialista. E, por fim, discutimos a respeito da escolarização da infância mato-grossense, com destaque para a criação do projeto estadual intitulado “*Casa Escola O Infantil do Bom Senso*”, bem como as principais ações institucionais confessionais, públicas e filantrópicas precursoras no atendimento à infância no município de Dourados.

No segundo capítulo, intitulado *A “Casa Escola Infantil Do Bom Senso” de Dourados*, discutimos sobre a origem da Casa Escola em Dourados que está atrelada ao Curso Supletivo, que ocorreu em fins de 1973 e início de 1974, e visou à qualificação profissional de pessoal que, após conclusão do curso, veio constituir o primeiro corpo docente da CEOBS de Dourados, em 1974. Em seguida analisamos a criação da CEOBS de Dourados, sua integração à EECA, além de aspectos de sua instalação e funcionamento em casas alugadas, até o ano de 1986, quando conquista espaço para construção de novas instalações no pátio da EECA. Finalmente, rastreando esse percurso, no capítulo terceiro, sob o título *Os sujeitos educacionais da CEOBS de Dourados*, analisamos o perfil de docentes, demais funcionários da instituição, das crianças e das famílias da CEOBS de Dourados, no período pesquisado.

CAPÍTULO 1

HISTÓRIA DA INFÂNCIA E SUA EDUCAÇÃO EM INSTITUIÇÕES DE ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS NO BRASIL

No Brasil, a produção no campo da historiografia da educação com estudos ligados às instituições escolares, à cultura escolar, à profissão docente e às práticas educativas, em diversos programas e de pós-graduação sobre os séculos XIX e XX, apresentam caminhos instigantes para o avanço do conhecimento e do ensino da história da educação brasileira (FREITAS, 2005).

Nesse primeiro capítulo, apresentamos alguns apontamentos sobre a história das instituições voltadas à educação da primeira infância no Brasil em relação às políticas de assistência, a partir do século XIX, basicamente creche, jardim-de-infância e pré-escolas¹⁶. Em seus primórdios prestaram atendimento de caráter médico, assistencial e custodial voltado, principalmente, à alimentação, a higiene e a segurança das crianças pequenas¹⁷ (OLIVEIRA, 2001).

Na sequência, abordamos sobre o contexto das iniciativas de educação pré-escolar quando a partir dos anos de 1970 ocorreu um movimento de expansão de creches e pré-escolas em âmbito nacional e internacional (ROSEMBERG, 1989). No entanto, refletimos que tais ações precisam ser observadas para além de uma simples ampliação do quantitativo dessas instituições educativas, sendo considerada a complexidade do conjunto de ações que envolveram tais mudanças em seus aspectos psicológicos, sociais, econômicos e políticos. Esse período, pois, “representa um marco histórico na educação das crianças pequenas [...] em meio ao regime de ditadura militar” (BRANT, 2014, p. 1).

Ao final, apresentamos os resultados de uma investigação preliminar a respeito da história da educação da infância em Dourados, que em sua gênese se deu por ações de entidades filantrópicas, principalmente, sob a égide religiosa do catolicismo e do protestantismo. Tais iniciativas por sua vez possibilitaram o incremento de instituições, confessionais e públicas, voltadas para a educação da infância douradense, algumas em funcionamento no município até hoje.

¹⁶ A nomenclatura “pré-escola” indica que estamos definindo certa faixa etária da população infantil em relação a um critério específico que é a escola. O uso dessa expressão já revela o tipo de abordagem que a condiciona: a criança é definida basicamente em função de sua relação com uma determinada instituição. Assim, o primeiro corte que se faz na população infantil é ligado à frequência compulsória ao ensino de 1º grau: escolar é a criança de 7 anos e mais, pré-escolar aquela que ainda não chegou aos 7 anos (CAMPOS, 1989, p. 54).

¹⁷ “Crianças pequenas” vem significar aquelas compreendidas na faixa etária de zero a seis anos, enfocada nos estudos e pesquisas em geral relativas ao campo da história da infância.

1.1 Histórico das instituições voltadas à educação da infância

É oportuno registrar que a História da Infância ainda que tenha na criança seu ator principal pode tornar-se “uma história *sobre* a criança”, como adverte Kuhlmann Júnior (1998, p. 30 – Grifo do autor). Na pesquisa historiográfica, portanto, a fim de contornar essa limitação considera-se que “o conjunto das experiências vividas por crianças em diferentes lugares históricos, geográficos e sociais é muito mais do que uma representação dos adultos sobre esta fase da vida” (KUHLMANN JÚNIOR, 1998, p. 30).

A infância representa, no dizer Freitas e Biccas (2009, p. 59 – Grifo dos autores), “um *tempo social* que por sofrer interferências derivadas da situação concreta em que vive cada criança passa a ser um registro cronológico muitas vezes totalmente diverso da temporalidade biológica”. Assim, “independente da classe social, etnia ou gênero todos os sujeitos em desenvolvimento – as crianças – têm direitos inalienáveis e intransferíveis, direitos que devem, democraticamente, ser legitimados nos diferentes contextos, através da sua plena concretização” (FARIAS, 2005, p. 48). Portanto, independentemente do grupo social que o (re)produz, o desenvolvimento histórico das sociedades não comporta uma concepção universal de criança nem um conceito único de infância.

Historicamente, por essa concepção consolida-se a luta por certos direitos institucionalizados vinculados às crianças como, por exemplo, o direito à educação. No Brasil, como assevera Gouvêa (2004), a produção no campo da história da infância é nova e parcial, a ser aprofundada, tomando a infância como objeto de pesquisa:

Conferir historicidade à infância significa apreendê-la como constructo social. O processo de transformação da criança até o adulto, para além do fenômeno biológico, constitui um processo cultural através do qual o indivíduo introjeta o universo social onde se insere como ser de cultura. Nesse processo, constituem-se práticas culturais voltadas não apenas para significar o mundo para a criança, mas, também, para referenciar os agentes socializadores na ação educativa. Mediante a análise de tais práticas, pode-se apreender a concepção de infância e de mundo infantil num determinado tempo e espaço. (GOUVÊA, 2004, p. 13-14)

No que respeita à literatura educacional ocidental, ao longo da História se destacaram pensadores que traçaram propostas educativas teórico-metodológicas de Educação e Educação para a Infância, cujas contribuições até hoje influenciam a organização do processo pedagógico da Educação Infantil. Dentre as grandes contribuições no campo educacional destaca-se Jan Amos Komensky (1592-1670), considerado o maior educador e pedagogo desse período e da História, com sua obra *Didática Magna* (1657).

A partir daí, a conjuntura da Revolução Francesa (1789) também favoreceu a ocorrência de mudanças de cunho organizacional no campo educacional, sendo a Educação da Modernidade muito influenciada pelas ideias do suíço Jean Jacques Rousseau (1712-1778), principalmente, em sua obra *Emílio ou da Educação* e do *Contrato Social* (1762). No auge da Revolução Francesa, o suíço Johann H. Pestalozzi (1746-1827), considerado o “educador da humanidade” (ALMEIDA, 2006, p. 33), um dos precursores da Educação nova ou escolanovismo, influenciado por Rousseau, destacou a figura central do processo educativo do professor para o aluno, com maior ênfase ao ato de aprender no que de ensinar.

O alemão Frieddrich W. August Froebel (1782-1852), criador dos jardins de infância, influenciado por Rousseau e Pestalozzi, criou um sistema próprio para a educação da criança, sendo sua principal obra *A educação do ser humano* (1826), na qual destaca a atividade livre e o jogo como componentes fundamentais para a Educação da criança. Partindo do pressuposto de educar a partir do interesse da criança, o médico e educador belga, Ovide Decroly (1871-1932), em 1901, iniciou suas atividades educativas com crianças excepcionais desenvolveu o método dos “centros de interesse”, fundamentado em uma psicologia associativa e globalizadora da ordem perceptiva visual-verbal (ALMEIDA, 2006).

Na década de 1930, as ideias de John Dewey (1859-1952), pedagogo e filósofo norte-americano, propôs como método de educar os projetos de vários tipos: manuais, de construção, de competição, de comunicação, na promoção de uma aprendizagem mediada pela cooperação, participação, experimentação e liberdade intelectual. Médica e educadora italiana, Maria Montessori (1870-1952) inicialmente dedicou-se às crianças deficientes e depois às normais, fundando a *Casa dei bambini*, em 1907. Fundamentada numa concepção biológica de crescimento e desenvolvimento, aliava aspectos psicológicos e sociais, criando o método pedagógico baseado na autoeducação.

Já o francês Célestin Freinet (1896-1966) estabeleceu um vínculo direto entre educação e trabalho, favorecendo uma aprendizagem desafiadora na qual as atividades educativas promovessem a diversidade da vida real, sendo a sala de aula transformada em espaço para demonstrações, reuniões e debates, apresentações e conferências, exposição e projeções, entre outros, originando os famosos “cantinhos”. Enquanto que o francês Henri Wallon (1879-1962), médico, psicólogo e filósofo, interessado no desenvolvimento infantil, defendeu que o papel da instituição educativa é promover o desenvolvimento integral das crianças: intelectual, emocional, afetivo, psicomotor, na formação do eu como pessoa (ALMEIDA, 2006).

A contribuição da teoria histórico-cultural, proposta pelo russo Lev Semenovitch Vigotski (1896-1934), define o sujeito como *ser sócio-histórico-cultural*: “sócio porque vive em sociedade, relaciona-se com o outro, auxiliando e sendo auxiliado, a partir das mediações vivenciadas” (SOUZA, 2006, p. 62), com destaque para duas obras traduzidas para o português: *Pensamento e linguagem* (1988), *Formação social da mente* (1999), entre outras. O suíço Jean Piaget (1896-1980), utilizando a criança como seu objeto de investigação, criou a epistemologia genética, mediante método clínico. Em sua psicologia evolutiva investigou como se dava a gênese da construção do conhecimento no campo social, afetivo, biofisiológico e cognitivo (ALMEIDA, 2006). Sendo suas obras: *A representação do mundo na criança* (1936), *Epistemologia Genética* (1970), entre outras.

No desenrolar desse contexto histórico, tais propostas teóricas difundiram-se e influenciaram o germe do trabalho pedagógico nos diversos tipos de instituições destinadas à primeira infância, conforme foram surgindo no Ocidente. Posto que “diversas são as possibilidades de leitura e apropriação das teorias; diversas são as portas de entrada, as formas de abordagem, os posicionamentos, os temas de interesse, as estratégias adotadas” (KRAMER, 1997, p. 25).

Desse modo, tentar compreender o sentido do pensamento, das ações de períodos anteriores, dos aspectos culturais e de suas transformações pode ajudar a constituição da História da Educação no Brasil, no desempenho da sua função e atividade nuclear primariamente educativa. Bem como auxilia esclarecer os quês e porquês dos métodos, didáticas, estratégias e origem de concepções presentes nas práticas educativas na formação da infância, situando-as entre as contribuições teóricas em dado momento histórico, relevantes para a História da Educação Infantil e das Instituições Pré-Escolares.

Enfatizamos, com respeito à infância escolar, que a “compreensão da educação infantil necessita do estudo da história da infância e das políticas de assistência” (KUHLMANN JÚNIOR, 1998, p. 11). Por uma perspectiva histórica ampla do fenômeno do abandono de crianças, derivando daí a assistência às crianças desamparadas. Inicialmente, em Portugal, as instituições de assistência direta à criança abandonada “foram criadas mediante os esforços conjugados da sociedade, do clero e da Coroa, no momento em que surgiram as confrarias e as corporações de ofício. A ação decisiva, no início, partiu das mulheres da alta nobreza, infantas e rainhas”, como refere Marcílio (2001, p. 56). No Brasil, em sua gênese, os empreendimentos assistencialistas de cunho caritativo foram prestados especialmente pela religião católica, regidos pelos princípios do amor e da fraternidade, e estendiam-se a doentes, carentes em geral e aos órfãos. Como modelo assistencial fundamentado na ciência, a

filantropia tomou o lugar do modelo da caridade, atribuindo-se a ela “a tarefa de organizar a assistência dentro das novas exigências sociais, políticas econômicas e morais, que nascem com o início do século XX no Brasil” (MARCÍLIO, 2001, p. 76).

Diante disso, Kuhlmann Júnior (1998, p. 77) reflete que “há uma diversidade de opiniões sobre as causas e os temas que teriam influenciado a constituição das instituições pré-escolares – creches¹⁸, escolas maternas e jardins-de-infância”. Portanto, para uma melhor compreensão da história das instituições pré-escolares faz-se necessário entender a constituição dessas instituições.

Historicamente, destaca-se o surgimento da consciência da particularidade infantil, a partir do século XVII. A criança passa a ser vista como diferente do adulto, sendo esse o salto que leva a reconhecê-la socialmente, como aponta Kuhlmann Júnior (1998). Diante dessa nova condição, culminou a concepção moderna de “sentimento de infância”¹⁹ (ARIÈS, 1981), que se desenvolveu devido “a mudança de concepção de infância [que] foi compreendida como sendo eco da própria mudança nas formas de organização da sociedade, das relações de trabalho, das atividades realizadas e dos tipos de inserção que nessa sociedade têm as crianças” (KRAMER, 1997, p. 19). Assim, desde o século XVII, originam-se as preocupações com a educação das crianças. Como salienta Almeida (2006, p. 14), o “problema de como, quando, onde e a quem instruir” ganha relevância ocasionando alterações na concepção e compreensão de infância derivadas da importância tanto moral como social, ante a superação dos antigos fundamentos sociais, morais, econômicos, culturais e políticos.

Tal ação educativa se deu em diferentes modalidades de estabelecimentos de educação de infância. Em 1801, por exemplo, as creches são estabelecidas por Mme. de Pastoret e depois por Marbeau, em 1844. Em 1837, emergem na Alemanha os jardins de infância, idealizados por Froebel. Em 1848, Pape-Carpantier divulga na França as escolas maternas e “uma multiplicidade de organizações denominadas orfanatos, salas de asilos, casas de

¹⁸ De acordo com Merisse (1997, p. 35-36), “a creche é uma instituição que aparece no Brasil apenas no final do século XIX. [...] Na Europa, nessa época, ela já existia há mais de um século. A creche é uma instituição cuja presença está em franca expansão na sociedade brasileira. Principalmente desde o final da década de 70, é possível verificar um grande aumento da demanda por esse serviço e nas pressões para a instalação desses equipamentos pelo poder público, particularmente o municipal”.

¹⁹ Concepção teórica sustentada por Philippe Ariès (1981), em sua obra *Centuries of childhood*, traduzida no Brasil como *História Social da Criança e da Família*, que auxilia na compreensão sobre o primeiro “sentimento de infância” surgido da nomeada “descoberta da infância” desvelada pelo estudo da arte e da iconografia, na história da infância na Idade Média, a partir do século XIII. Na atualidade, estudos teóricos contradizem alguns pontos da tese de Ariès, porém, concebemos seu estudo como uma contribuição importante nas pesquisas sobre infância e criança. É sabido que certo número de historiadores mediavalistas e revisionistas “[...] começaram a examinar diferentes tipos de evidências e descartar algumas informações de Ariès, por serem muito limitadas” (STEARNS, 2006, p. 76-77), e reagiu à interpretação da chamada escola tradicionalista fria.

infância, etc., destinadas a prestar assistência à infância” (KISHIMOTO, 1990, p. 56). A mesma autora alerta para o fato de que:

Nos primórdios da educação infantil, em alguns países europeus, capitalistas e no Brasil, o jardim de infância froebeliano serviu como instrumento de discriminação social. Embora, Froebel tenha criado o Kindergarten para educar crianças pobres entre 3 e 6 anos, países capitalistas apropriam-se desse estabelecimento para oferecer status superior às crianças de meios privilegiados. (KISHIMOTO, 1990, p. 56)

Os jardins de infância de orientação froebeliana, portanto, foram procurados pelas famílias das elites, mas houve a criação de instituições pré-escolares de iniciativa privada e pública. A partir da segunda metade do século XIX, o quadro das instituições destinadas à primeira infância era formado basicamente pela creche e jardim de infância ao lado de outras modalidades educacionais, que foram absorvidas como modelos em diferentes países.

No caso do Brasil, as tendências que acompanharam a implantação de creches e jardins de infância, no final do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX foram: a jurídico-policial, que defendia a infância moralmente abandonada, a médico-higienista e a religiosa, ambas tinham a intenção de combater o alto índice de mortalidade infantil tanto no interior da família como nas instituições de atendimento à infância. Na realidade, cada instituição “[...] apresentava as suas justificativas para a implantação de creches, asilos e jardins de infância onde seus agentes promoveram a constituição de associações assistenciais privadas” (KUHLMANN JÚNIOR, 1998, p. 88).

Diante disso, Sá enfatiza (2007, p. 40) que “a infância e sua educação estão presentes nas Exposições Universais, que ocorreram em diferentes países desde 1851 até os primórdios do Século XX”. Como explica Kuhlmann Júnior e Fernandes (2004 apud Sá, 2007):

As Exposições Universais tiveram uma repercussão significativa em seu tempo [...] elas prestigiaram a educação como signo de modernidade, difundindo um conjunto de propostas na área, que abarcavam diferentes instituições – da creche ao ensino superior, passando pelo ensino profissional e pela educação especial – métodos pedagógicos e materiais didáticos. A educação era identificada como um dos elementos de progresso cultuado, ao lado da eletricidade, das máquinas, das inovações tecnológicas, dos produtos industriais. (KUHLMANN JÚNIOR; FERNANDES, 2004, p. 26, APUD SÁ, 2007, p. 40-41)

Os principais expoentes da educação pré-escolar no setor privado voltado para as elites foi o do Colégio Menezes Vieira, fundado em 1875, no Rio de Janeiro, o da Escola Americana, de 1877, em São Paulo. Já as iniciativas no setor público se deram apenas a partir

da República. Em 1896, a Escola Normal Caetano de Campos, manteve anexo o funcionamento de um jardim de infância, para atender as crianças da burguesia paulistana, e para a realização de estágios dos professores em formação (KUHLMANN JÚNIOR, 1998).

É importante assinalar que no final do século XIX surgiram no Brasil as primeiras propostas de instituições para atendimento à infância, com a fundação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro, em 1899, que foi pioneira e se multiplicou por todo o país. Nesse mesmo ano, foi inaugurada uma creche para filhos de operários da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado, no Rio de Janeiro, considerada a primeira creche brasileira. Uma das características da creche popular, que perdura até a atualidade, é ter sido criada para atender as mães trabalhadoras, domésticas e operárias (KUHLMANN JÚNIOR, 1998).

Nesse período, se deu a culminância das iniciativas do médico Carlos Arthur Moncorvo Filho (1871-1944), como a criação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI), em 24 de março de 1899. A finalidade do Instituto, no dizer de Câmara (2013, p. 60 – Grifos da autora), era “intervir e amparar, por meio de medidas eugênicas, preventivas, protetoras e educativas, as crianças pobres, doentes, “defeituosas”, maltratadas e moralmente abandonadas da capital do País”.

No início do século XX, surge a instituição creche no contexto para o desenvolvimento da criança pequena no Brasil (CÂMARA, 2013). Contudo, Oliveira (2001) adverte que a instituição creche não se distinguia do atendimento prestado em asilos e orfanatos. Nesse contexto, em 1910, Moncorvo Filho criou o Serviço de Inspeção Sanitária Escolar. Sob a perspectiva do saber médico sobre a infância vem instituir a criança normal e anormal, influenciando a educação e o saber pedagógico na escola, nas primeiras décadas do Brasil republicano, sendo que os preceitos higiênicos²⁰ dessa proposta foram disseminados a um público mais amplo da sociedade da época (CÂMARA, 2013). Sobre esse assunto refletimos que popularização não é sinônimo de qualidade, pois embora o acesso às práticas e hábitos de higiene tenha sido socializado, desde então entre a maioria das esferas da população, constatamos que a elite e a classe média dispõe de poder aquisitivo favorável que permite diferenciadas práticas e hábitos de higiene, bem como a aquisição de produtos de higienização, tanto pessoal como em geral, de qualidade superior às adquiridas pelas demais camadas sociais.

²⁰ Note-se que a eugenia²⁰ foi usada como controle social da população, para remodelar o corpo social. O ideário segregador ligado à higienização serviu à inculcação ideológica dominante na formação, disciplinarização e manipulação do pensamento das classes operárias, de modo a perpetuar as diferenças sociais. O objetivo escuso dos higienistas era isolar o pobre em vilas operárias, separando-o das elites. Os agentes sanitários e médicos de então também foram formados para identificar e segregar os “menos capazes”. A saúde era trabalhada como regra de higiene (GIOPO, 1996).

No Brasil, no início do século XX, Oliveira (2001) pondera que a instituição creche constitui-se no contexto para o desenvolvimento da criança pequena e não se distinguia do atendimento prestado em asilos e orfanatos. Na década de 1920, os operários organizaram movimentos de protesto contra as condições de trabalho nas fábricas e também reivindicaram creches para seus filhos. Procurando diminuir a força desses movimentos, os donos das indústrias acabaram por conceder certos benefícios sociais, sendo criadas vilas operárias, clubes esportivos, algumas creches e escolas maternas para os filhos dos operários.

Além disso, os anseios populares desencadeados a partir da década de 1920, com os movimentos operários possivelmente colaboraram para que o Poder Público acesse à legalização das questões trabalhistas geradas pela nova situação socioeconômica promovida pelo ingresso das mulheres, principalmente, as mães, ao emergente mercado de trabalho. Diante disso, Cerisara (1999) ressalta que:

[...] o avanço acerca da necessidade [das] instituições de caráter educativo - distinto do espaço escolar, familiar e hospitalar - não foi natural, mas historicamente construído uma vez que ocorreu a partir de vários movimentos em torno da criança, do adolescente e da mulher por parte de diferentes segmentos da sociedade civil organizada e de representantes de órgãos públicos devido às grandes transformações sofridas pela sociedade em geral e pela família em especial nos centros urbanos, com a entrada das mulheres no mercado de trabalho. (CERISARA, 1999, p. 13)

Nesse contexto, o surgimento da indústria transformou toda estrutura social, modificando os hábitos e os costumes da família patriarcal, levando alguns setores da sociedade (religiosos, empresários, educadores) a começar a pensar num espaço específico de cuidados para as crianças fora do âmbito familiar. Tais elementos conjugam-se na gênese do aparecimento das instituições de atendimento à criança e relacionam-se às transformações das condições sociais concretas de diferentes grupos sociais, com características econômicas, políticas e culturais específicas (PASCHOAL & MACHADO, 2009). Desde então, a criança passou à condição de objeto do conhecimento, fundamentalmente em função das instituições, família (nuclear) e escola (estatal) voltada para a educação e para a disciplina da criança. A infância vai ganhando significado social, passando a desempenhar papel de destaque na ordem das relações sociais (PAULA, 1994).

Em 1921, a infância ganha destaque no universo jurídico com a Lei nº 4.242, que modifica o Código Civil, determinando “que se considere *abandonado* o menor sem habitação certa ou meios de subsistência, órfão ou com responsável julgado incapaz de sua guarda. Tentando por esta via pressionar as famílias pobres a exercer controle sobre seus

filhos” (ALVIN; VALLADARES, 1988, p. 6 apud SÁ, 2007, p. 30 – Grifo dos autores). Desde então “a palavra “menor” passa ao vocabulário corrente na categoria classificatória da infância pobre. O código distingue dois tipos de menores, os abandonados e os delinquentes, como que reconhecendo suas duas variantes possíveis no universo da pobreza”, conforme Alvin e Valladares (1988, p. 6 apud Sá, 2007, p. 30 – Grifo dos autores). Nos idos de 1927, Freitas e Biccás (2009) referem que entra em vigência o Código de Menores, promulgado por Washington Luiz, arrematando um ciclo de debates relacionados à “questão social menor” (FREITAS; BICCAS, 2009, p. 48), que já vinha acontecendo desde 1920, quando ocorreu no Rio de Janeiro, o Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância.

No contexto nacional, ao longo da década de 1920, um importante evento influenciou a história da educação no Brasil, por meio das reformas realizadas nos sistemas estaduais de ensino. Os adeptos e divulgadores da Escola Nova, declarando-se liberais abertos, iniciaram a partir da década de 1920, sobretudo, a partir da criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, discussões para a renovação educacional, sob a influência das ideias do movimento da Escola Nova que circulava no exterior (HILSDORF, 2003).

Ocorrendo à modernização da escola brasileira, ensejada por Fernando de Azevedo, com a publicação de “A Cultura Brasileira”, no fim da década de 1930, introduzindo a pedagogia da Escola Nova no país, cuja culminância se deu “no aproveitamento de suas ideias pela Revolução de 1930, a grande revolução burguesa que, essa sim, estendeu a todos os direitos liberais que a Primeira República não conseguira concretizar, inclusive o direito à educação” (HILSDORF, 2003, p. 79). Kishimoto (1990) destaca que a atuação dos Pioneiros da Educação, na “IV Conferência Nacional de Educação (1931) e no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), propicia a elaboração de um programa educacional que sugere a inclusão de práticas de jogos para a prática de educação física e como complemento da educação pré-escolar” (KISHIMOTO, 1990, p. 62).

Como esclarece Hilsdorf (2003, p. 79), com vistas à renovação educacional à sociedade “capitalista-urbano-industrial e às ideias do movimento da Escola Nova que circulava no exterior”, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, de autoria de Fernando de Azevedo, “formulava uma política liberal nacional e atualizada de educação para o país com base na escola única, pública e leiga” (HILSDORF, 2003, p. 79). Texto este considerado um marco para a educação brasileira, por favorecer uma reconstrução educacional no Brasil. No que diz respeito às instituições ligadas à infância, o programa educacional do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, de 1932, aproximava as instituições ao prever o “desenvolvimento das instituições de educação e assistência física e psíquica às

crianças na idade pré-escolar (creches, escolas maternais e jardins-de-infância) e de todas as instituições pré-escolares e pós-escolares” (FARIA, 1999, p. 30)

Desde então, cabe lembrar que nesse período, sob a influência da Escola Nova, surgiu no país o atendimento em praças públicas, denominados de “Parques Infantis”, para crianças das classes operárias (KUHLMANN JÚNIOR, 2001). Contudo, a pré-escola ainda mantinha durante o Estado Novo (1937-1945) o seu caráter assistencial, destinada preferencialmente aos filhos de operários, domésticas e às crianças pobres em geral (MARCÍLIO, 2001).

Tendo em vista o desenvolvimento do Brasil e o atendimento à infância, é criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), no Rio de Janeiro, a 05 de novembro de 1941, submetido ao Governo Federal, cujo objetivo era “congregar o aparato público, já existente, com as instituições particulares, que realizavam atendimento à infância, dando-lhes normas e regras de funcionamento, oriundas dos estudos científicos realizados pelos médicos e juristas” (COUTO; MELO, 1998, p. 31).

O SAM, além da Escola XV de Novembro, sua principal instituição, era integrado pelo “Instituto Sete de Setembro, a Escola João Luiz Alves, o Patronato Agrícola Arthur Bernardes e o Patronato Agrícola Wenceslau Braz [que serviram para] encerrar crianças e adolescentes pobres”, como explica Earp (1998, p. 72). O SAM foi considerado, pois, “a primeira política oficial de atendimento à infância “desvalida” [servindo] de modelo para implantação de juizados em todo o país” (EARP, 1998, p. 73 – Grifo da autora). Sua atuação, portanto, esteve atrelada diretamente ao Juizado de Menores.

Nesse âmbito, ocorreu a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), pelo presidente Getúlio Vargas, mediante o Decreto-Lei nº 5.452, de 01 de maio de 1943, as relações entre patrões e empregados foram regulamentadas. Apesar de a lei determinar a organização de berçários pelas empresas, para abrigar os filhos das mães operárias, durante o período de amamentação, inexistindo a devida fiscalização do Poder Público, esta conquista não se efetivou na prática (OLIVEIRA, 2001).

Já no caso das creches criadas nas décadas de 1930 a 1950 continuaram a ser de responsabilidade de entidades filantrópicas e de caráter médico e assistencialista (OLIVEIRA, 2001). A partir de meados da década de 1950, a implantação, o avanço e expansão da industrialização no Brasil e maior urbanização propiciou o trabalho nas fábricas para mulheres solteiras e casadas, sendo que estas últimas enfrentaram o problema do cuidado com os filhos. Ocorreu também um crescimento significativo de mulheres da classe média ao mercado de trabalho, que ocuparam cargos de professoras e funcionárias públicas, o que

ocasionou um aumento da procura dos serviços das creches e berçários particulares (OLIVEIRA, 2001).

O contexto brasileiro de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, decorrentes do avanço e da expansão da industrialização no Brasil e maior urbanização, ocorrido a partir da década de 1950, propiciou a conquista de algumas reivindicações da classe trabalhadora como a instituição de creches, escolas maternas, jardins de infância e parques infantis em maior número, geridas e mantidas pelo poder público (OLIVEIRA, 2001). Como ponto positivo, a consolidação das transformações ocorridas na sociedade, na estrutura familiar, nos meios de produção e no mercado de trabalho ensejaram a democratização das oportunidades educacionais para as crianças pequenas (PASCHOAL & MACHADO, 2009).

Cabe mencionar que entre as décadas de 1930 a 1960, Oliveira (2001, p. 19-20) atesta que grupos sociais politicamente influentes, preocupados “com medidas de promoção de saúde junto à população mais pobre e com formas de evitar a marginalidade e a criminalidade de crianças e jovens desta população levaram alguns a defenderem a creche como agência promotora de bem-estar social”. O que demonstra resquícios de uma política eugênica e higienista, de popularização do pobre pela pobreza.

Na história e evolução do atendimento à criança pequena, a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e, relativamente à problemática da educação, regia no Art. 23 que: “A educação pré-primária²¹ destina-se aos menores até sete anos e será ministrada em escolas maternas ou jardins de infância”. E no Art. 24: “As empresas que tenham a seu serviço mães de menores de 7 anos serão estimuladas a organizar e manter, por iniciativa própria ou em cooperação com os poderes públicos, instituições de educação pré-primária” (BRASIL, 1961).

Assim, mediante a LDBEN nº 4024/1961, se deu a inclusão da educação pré-primária no sistema de ensino brasileiro. O que podemos considerar um avanço, ainda que de modo ambíguo, pois, é flagrante a inexistência de maiores esclarecimentos que estabeleçam de que modo se daria a efetivação na prática. Diante disso, indagamos: Essa educação pré-primária destinada às crianças menores de sete anos seria ministrada em quais escolas maternas ou jardins de infância, por quais profissionais e com quais habilitações? Qual a idade mínima para o atendimento desses “menores de sete anos”? De que maneira e com quais

²¹ A partir da década de 1930, com a criação dos jardins de infância no Brasil, houve também a criação das salas pré-primárias, para educação pública de crianças menores de seis anos, cuja expansão se deu somente na década de 1970 (SÁ, 2012). Conforme várias literaturas referentes à questão do pré-escolar consultadas, na década de 1970, no Brasil e em vários países como, por exemplo, Estados Unidos, Inglaterra, Bulgária, Itália, Japão, parecia ser ainda indistinto o uso das expressões “educação pré-primária” e/ou “educação pré-escolar”, porém, vai ocorrendo uma progressiva prevalência desta última (BRASIL, 1979).

investimentos as empresas que tivessem a seu serviço mães de menores de 7 anos seriam estimuladas a organizar e manter, por iniciativa própria ou em cooperação com os poderes públicos, instituições de educação pré-escolar?

Como pontua Kramer (1982), a política voltada para a infância começa a mudar nos anos de 1960, com o desenvolvimento de políticas de assistência ao menor quando dá início à “fase do Estado do Bem-Estar” (MARCÍLIO, 2001, p. 76). Em 1963, é extinto o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) e em seu lugar é criado a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM)²², vinculada diretamente à Presidência da República, com o objetivo de atender aos ditos menores carentes, conforme a Lei Federal nº 4.513, de 01 de dezembro de 1964, mesmo ano do golpe político que inaugura o Governo Militar, que perdurou até meados dos anos dos anos de 1980 (LIMA, 1975).

Evocando os marcos legais, após a instalação do período militar em 1964, foi elaborada uma nova Constituição Brasileira, em 24 de janeiro de 1967, na Emenda Constitucional nº 1, de 17/10/1969, no Título VI – Da família, da educação e da cultura, no § 4º, rege que “Lei especial disporá sobre a assistência à maternidade, à infância e à adolescência e sobre a educação de excepcionais”. Percebemos, portanto, que toca à infância de maneira ambígua e questionamos: Que Lei especial seria essa, que órgão teria a incumbência de elaborá-la e em qual prazo? Como uma Lei abarcaria a um só tempo a complexidade relacionada à assistência à maternidade, à infância e à adolescência e sobre a educação de excepcionais?

Já em 1968 é criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), mediante a Lei nº 5.537, de 21 de novembro. Nesse mesmo ano, pelo Comitê Nacional Brasileiro, a Organização Mundial de Educação Pré-Escolar (OMEP), funda os Centros de Atendimento ao Pré-Escolar (CAPEs) (LIMA, 1975). Cabe destacar que nas décadas de 1960 a 1970, no Brasil e no exterior, Oliveira (2001, p. 20 – Grifos da autora) evidencia “a teoria da “privação cultural” utilizada para:

[...] explicar a ideia de marginalidade das camadas sociais mais pobres. A partir delas considerava-se que o atendimento à criança pequena em creches possibilitaria a superação das precárias condições sociais a que ela estava sujeita, através de uma “educação compensatória”, sem alteração das estruturas sociais existentes na raiz daqueles problemas. (OLIVEIRA, 2001, p. 20 – Grifos da autora)

²² Para aprofundar assuntos sobre a FUNABEM consulte: Brasil (1979), Schultz (1983), Campos (1989), Rosemberg (1992), Kramer (1982; 2006).

A “educação compensatória”, cuja especificidade era assistencialista, com ênfase na alfabetização, caracterizou uma tentativa de superação da ideia de carência, deficiência e marginalidade que permeava o atendimento às crianças pequenas das famílias de baixa renda, das classes operárias, desprivilegiadas, procurando fazer das creches e pré-escolas veículos promotores de bem-estar social (OLIVEIRA, 2001). Kramer (1982) chama atenção para o fato de que:

Se a abordagem da privação cultural tem sido a tônica da educação pré-escolar, ela não lhe é exclusiva. E aqui é necessário estabelecermos uma distinção entre os programas que, explicitamente, se dizem compensatórios e aqueles que não o afirmam, mas atuam de acordo com seus pressupostos. (KRAMER, 1982, p. 60).

Assim, o surgimento da preocupação com a pré-escola pública, num primeiro momento regeu-se por uma tendência assistencialista e justificou-se por uma educação compensatória às crianças de famílias de classes populares. No entanto, ressaltamos que:

[...] as crianças de diferentes grupos sociais eram submetidas a contextos de desenvolvimento diferentes e desiguais, nas famílias, nas creches e pré-escolas. Enquanto que as crianças pobres eram atendidas em creches com propostas que partiam de uma ideia de carência e deficiência, as crianças mais ricas eram colocadas em ambientes estimuladores e consideradas como tendo um processo dinâmico de viver e desenvolver-se. (OLIVEIRA, 2001, p. 21)

Em certas creches e pré-escolas públicas, numa orientação técnica, incluía-se a preocupação relacionada à educação formal, em defesa à estimulação cognitiva e à alfabetização das crianças filhas de famílias de baixa renda. Enquanto que em pré-escolas particulares, direcionadas a uma população socialmente mais privilegiada, a preocupação era desenvolver um trabalho “com a criatividade, a sociabilidade, o desenvolvimento infantil como um todo. Apoiavam-se [...] em estudos da Psicologia que destacavam o período de zero a seis anos como “crítico para o desenvolvimento infantil, como rico em possibilidades de construção de conhecimentos”” (OLIVEIRA, 2001, p. 21 – Grifos da autora).

Assim, a rigor distinguiram-se duas funções principais na educação do pré-escolar. Por um lado, uma função alimentadora que deveria se realizar no decorrer do processo regular de atendimento do pré-escolar, em creches classes pré-escolares. E, por outro lado, uma função “compensatória de carências variadas, que, sendo emergencial, se concentraria na criança de seis a sete anos que, não trazendo maturidade suficiente para a escolarização de 1º grau, seria para esta preparada em termos de educação para a prontidão” (BRASIL, 1979, p. 42).

1.2 – A década de 1970 e o movimento de expansão de creches e pré-escolas

Em vários países, o final da década de 1960 e início da de 1970 corresponde a um movimento de expansão das creches e pré-escolas, um novo ciclo que propiciou revisão de seu significado. No dizer de Rosemberg (1989), pois:

Este novo ciclo tem sua origem em reivindicações e propostas de movimentos sociais urbanos, entre eles os movimentos feministas. Esse período não corresponde apenas nos diversos países, a uma expansão das redes públicas e dos recursos alocados, mas a uma nova procura em compreender essa instituição na sua complexidade psicológica, social, econômica e política. (ROSEMBERG, 1989, p. 92)

Esse movimento de expansão de creches e pré-escolas, porém, precisa ser observado para além da perspectiva do aumento no número dessas instituições educativas, pela complexidade do conjunto, que envolvem aspectos psicológicos, sociais, econômicos e políticos, conforme assinala Rosemberg (1989). Na história da educação das crianças pequenas, a década de 1970 se cons perspectiva do aumento no número tituiu, portanto, em um ponto de referência. No Brasil, Biccas (1995) assinala que na década de 1970 aconteceu uma expansão da educação pública de crianças menores de sete anos, com significativo aumento da oferta de creches e pré-escolas, em meio ao período do regime de Ditadura Militar que corresponde a um:

[...] contexto de lutas sociais deflagradas por grandes mudanças no contexto político e social brasileiro, decorrentes das que se operaram no sistema econômico na década anterior, são implantadas políticas públicas destinadas a este segmento, o que viria a influir significativamente nas mobilizações e deliberações para a educação infantil, nas décadas seguintes. Na conjuntura de lutas sociais para atender à demanda por creches e pré-escola, as políticas educacionais tomaram proporções de urgência nacional. O governo federal lançou as bases de um programa de baixo custo, cujas orientações previam a ampla participação da comunidade. (BRANT, 2014, p. 1)

Entretanto, a preocupação e o investimento do Poder Público na Educação pré-escolar tencionava superar “a grande calamidade do sistema escolar brasileiro [...] na sequência da 1ª para a 2ª série do ensino fundamental. Neste acesso é que sempre se perpetraram os piores genocídios da escala de escolaridade no Brasil” (BRASIL, 1979, p. 22). Quer dizer, a grande maioria da clientela estudantil matriculada na 1ª série do ensino de 1º grau não conseguia promoção para a série seguinte. Sendo que as duas principais ordens de causas prováveis que

se deveria debitar esse fracasso e insucesso escolar: “a. causas que residem nos antecedentes das crianças; b. causas que residem na programação escolar” (BRASIL, 1979, p. 22).

Nesse intuito, na década de 1970, embora a educação pré-escolar fosse considerada um “nível ainda não obrigatório de ação educativa” [...] (BRASIL, 1979, p. 30), foi implementada uma verdadeira política de ação compensatória e soluções alternativas que promovesse a urgência do fortalecimento e a difusão da “educação que precede à do ensino de 1º grau. Porque tal seja a educação recebida dos zero aos seis anos, tal será o desempenho do educando a partir da 1ª série de escolaridade regular” (BRASIL, 1979, p. 22). Essa concepção referia-se “especificamente à prática pedagógica desenvolvida nas escolas de 1º Grau e, em especial, nas primeiras séries, onde existe um verdadeiro estrangulamento devido, sobretudo, à evasão e repetência” (KRAMER, 1982, p. 60).

Na Indicação nº 45, da Educação Pré-escolar, e no Parecer nº 2018/1974 (Grifo do original), calculou-se hipoteticamente que se “fosse possível diminuir em 50% a atual reprovação observada na 1ª série, seriam obtidos, pelo menos, 1.700.000 novas vagas nessa série, o que poderia acarretar sensível redução dos programas de construção escolar, além de baratear os custos globais “per capita””, referentes ao ensino do 1º grau. Desse modo, os altos índices de repetência e evasão observados nas primeiras séries do 1º grau, constituíram-se no “dado concreto em torno do qual se desenvolveu todo o esforço político e intelectual em relação à pré-escola” (JOBIM E SOUZA, 1988, p. 39).

Embora no discurso oficial se vislumbresse uma preocupação real com a situação da infância brasileira, conforme Jobim e Souza (1988, p. 39), a mesma “se reveste, em alguns momentos, de uma visão ingênua do papel e das funções da educação pré-escolar, que é então concebida como redentora de todos os males sociais, capaz até de resolver problemas que escapam ao seu âmbito de atuação”. Como, por exemplo, os problemas mais graves da desigualdade social e distribuição de renda. Sendo necessário, portanto, “[...] incluir a natureza dos programas em desenvolvimento, suas limitações e possibilidades”, como discuti Campos (1989, p. 11).

Diante disso, a 22 de maio de 1970, o Decreto nº 66.623, dispunha sobre a organização administrativa do Ministério da Saúde, sendo criada a Coordenação de Proteção Materno-Infantil, cuja administração e atribuições mediante Artigo 26, seria: “dirigida por um Coordenador, [que] tem por finalidade planejar, orientar, coordenar, controlar, auxiliar e fiscalizar as atividades de proteção à maternidade, à infância e à adolescência”. E em seu Parágrafo Único: “a Coordenação de Proteção Materno-Infantil é resultante da transformação do Departamento Nacional da Criança” (BRASIL, 1979, p. 14).

Considerando a importância da educação escolarizada desde os primeiros anos da criança, algum avanço se verificou na redação da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixou as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e entre suas providências, no Capítulo II, referente ao ensino de 1º grau, no Artigo 19, Parágrafo Segundo, determinava que: “Os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam conveniente educação em escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes”. Notamos aí, a admissão, pelo Poder Público, de inaugurar “sistemas de ensino”.

Todavia, as dúvidas permanecem inalteradas ante a falta de clareza no texto legal, pois, como esse “sistemas de ensino” seria organizado? Que “conveniente educação” as crianças de idade inferior a sete anos receberiam em escolas maternas, jardins de infância? E que instituições equivalentes seriam essas? Assim, no período de reforma da LDB nº 5692/1971, em pleno regime militar, “este chamava para si o papel de grande articulador e facilitador da implantação de um sistema educacional que deveria ter alto rendimento em termos de quantidade e qualidade, amparado no discurso da democratização do ensino”²³ (OLIVEIRA, 2010, p. 99). Já a 30 de novembro de 1972, mediante a Lei nº 5.829, foi criado o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) e no Artigo 3º rege que o mesmo:

[...] elaborará programas de assistência alimentar destinados a atender, prioritariamente, a população escolar de estabelecimentos oficiais de ensino do primeiro grau, gestantes, nutrízes, lactantes e população infantil até seis anos, assim como programas de educação nutricional, principalmente para população de baixa renda familiar. (BRASIL, 1979, p. 13)

Note-se que os nascentes programas de assistência alimentar e de educação nutricional tem como diferencial dar prioridade ao atendimento da população escolar. Em 1974, o Conselho Federal de Educação²⁴, propôs o Parecer nº 2018, aprovado em 05 de julho, que

²³ Na Exposição de Motivos nº 273, de 30 de março de 1971, o Ministro da Educação e Cultura, Coronel Jarbas G. Passarinho coloca que dentre os programas de reforma planejados pelo Governo a partir de 1964, “[...] acompanhando as transformações profundas que se operam na vida nacional, a Educação tem figurado em posição de especial relevo” (p. 7). À Educação é dada a função de fazer o entrelaçamento entre o econômico e o social, fatores que subsidiam um desenvolvimento centrado no homem e para ele dirigido. Ou seja, uma espécie de inter-relação da educação e o progresso material da nação. Tal discurso traz para a educação uma alta expectativa: a de que ela teria a responsabilidade de promover o desenvolvimento. E mais, quanto maior for essa reciprocidade, maior e melhor seria o desenvolvimento. Tal necessidade tinha caráter de urgência, pois o ministro ressalva na mensagem, por diversas vezes, a questão do “atraso” em que o Brasil estava mergulhado (OLIVEIRA, 2010, p. 99-100).

²⁴ Em 1962, é criado o Conselho Federal de Educação, substituindo o Conselho Nacional de Educação e cumprindo o artigo 9º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024/1961, que regia: “As Câmaras emitirão pareceres e decidirão, privativa e autonomamente, os assuntos a elas pertinentes, cabendo, quando for o caso, recurso ao Conselho Pleno”. Em 1962, foram criados também os Conselhos Estaduais de Educação. Pelo Ministério da Educação e Cultura, é criado o Plano Nacional de Educação e o Programa Nacional de Alfabetização, inspirado no Método Paulo Freire (LIMA, 1975).

visou à elaboração de legislação que contemplasse as normas e procedimentos para regulamentar a implantação de programas dirigidos às populações em idade pré-escolar, além de recomendar a busca de novas fontes de recursos financeiros para prover a educação pré-escolar (LIMA, 1975). O mesmo Parecer veio aprofundar o Artigo 19, da LDB Lei nº 5.692/1971, no intuito de aperfeiçoar os programas de atendimento ao pré-escolar, nos sistemas públicos, posto necessitarem “[...] ter seus objetivos, metas e sistemática operacional melhor definidos” (BRASIL, 1979, p. 29), porém, somente como uma recomendação, sem prover meios concretos para sua efetividade na prática.

Nesse período, se dá o surgimento de movimentos²⁵ de luta e movimentos feministas de reivindicação popular por creches e pré-escolas em todo o Brasil e surgiram projetos para a implantação de pré-escolas de massa. No processo de pedagogização da infância, Rosemberg (1992) avalia o papel dos movimentos sociais e de educação popular na década de 1970, quando o MEC formulou um Programa Nacional de Educação Pré-Escolar, de iniciativa do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)²⁶, durante o governo do Presidente Ernesto Geisel. Antecipando-se ao MEC, porém, o mérito de implantá-lo foi da Legião Brasileira de Assistência (LBA)²⁷, através do Projeto Casulo, criado em 1974, para crianças a partir de 4 anos, que tinha o objetivo de dar apoio financeiro e técnico às creches em todo o Brasil (LIMA, 1975), bem como fomentar projetos criados por Secretarias de Educação de diferentes Estados brasileiros (ROSEMBERG, 1989; SILVA, 2005). Em 1977, quando o Projeto Casulo foi implantado, rapidamente se expandiu com expressiva atuação na área da creche e ultrapassou a meta preestabelecida de atender 70 mil crianças no ano da implantação.

Embora se intitulasse “Creche Casulo”, Rosemberg (1992) explica que o modelo se assemelhava à pré-escola, atendendo crianças a partir dos quatro anos, por um período de quatro horas. Além disso, como o projeto dispunha de verbas para sua implantação, a LBA atuou de forma indireta, repassando recursos tanto a instituições privadas como a municipais, desde que se submetessem ao cumprimento de requisitos operacionais. A LBA dispor de

²⁵ Para além dos movimentos populares que reivindicaram creches e pré-escolas no Brasil, durante o governo militar, Cunha e Góes (1989, p. 18), advertem que “no tecido do populismo emergiram algumas propostas marcadamente populares e de pensamento coletivo construído em termos sérios. [...] Seu alcance é o de um caminhar coletivo, solidário, de todos, sem cultos a personalidades políticas. Sem caudilhismos. Democrático”. Como, por exemplo, o Movimento de Cultura Popular (MCP), no Recife (1963); a Campanha de Pé no Chão Também Se Aprende a Ler, em Natal; no âmbito da Igreja Católica Apostólica Romana, o Movimento de Educação de Base (MEB); na União Nacional dos Estudantes (UNE), o Centro Popular de Cultura.

²⁶ Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), criado pela Lei nº 5.370/1967, mostra uma forte influência das ideias de Paulo Freire, perseguido pela ditadura militar, propunha erradicar o analfabetismo no Brasil, que à época apresentava o índice de analfabetismo de 32,05%. Sem atingir esse objetivo, foi extinto em 1985, sendo em seu lugar criado o Projeto Educar (LIMA, 1975).

²⁷ Legião Brasileira de Assistência (LBA), criada em 1946, pelo governo federal e a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) eram vinculadas ao Ministério de Assistência e Previdência Social (LIMA, 1975).

quadros técnicos para atuar em nível local, com experiência de trabalho com a comunidade em projetos de assistência, foi outro fator decisivo para o sucesso da implantação do programa nacional de educação voltado para o pré-escolar. Contribuindo para isso as iniciativas das Prefeituras Municipais, pois visavam atingir crianças do meio popular, conforme enfatiza Biccás (1995):

Os programas pré-escolares de massa foram propostos quando as camadas populares entram em cena, reivindicando a educação formal de seus filhos, devido à forte marca, na trajetória de vida, da exclusão da escola, e à importância que lhe é atribuída. A pré-escola torna-se fundamental, na perspectiva dos pais, para, entre outras coisas, auxiliar no sucesso na escola formal. (BICCAS, 1995, p. 114)

Assim, o Parecer nº 1.600, aprovado em 09 de maio de 1975, discutia, entre outras problemáticas, as providências quanto à formação de professores para atuar junto ao pré-escolar junto aos programas de educação pré-escolar, observando que o atendimento ao pré-escolar exigia: “[...] além do trabalho do professor, a colaboração de profissionais tais como o médico, o nutricionista, o psicólogo e outros que, num trabalho cooperativo, terão a missão de atender ao pré-escolar em todos os aspectos, permitindo-lhe o desenvolvimento global” (BRASIL, 1979, p. 37). O mesmo Parecer evidencia três problemas da educação pré-escolar à época como sendo: “local, recursos humanos, custos” (BRASIL, 1975, p. 42), sinalizando a ausência de um atendimento satisfatório às crianças, cuja faixa etária precedesse a admissão na vida escolar. Já o Parecer nº 2.521, aprovado em 02 de julho de 1975, também propôs uma interpretação do Artigo 19, da LDB 5692/1971, relacionada à validade dos programas antecipatórios da escolarização regular, examinando a implicância do ingresso ao primeiro ano primário de alunos com menos de sete anos de idade.

Em 1975, vinculada ao MEC é criada a Coordenação de Educação Pré-Escolar, inicialmente chamada de CODEPRE, que depois passa a denominar-se COEPRE. Essa iniciativa decorreu da divulgação do novo discurso sobre a formulação da proposta de um novo modelo de educação pré-escolar de massa, com “uma estrutura administrativa específica, que absorveu novos quadros. Criado, de início, como setor (SEPRE – Setor de Educação Pré-escolar), logo transformado em Coordenadoria (COEPRE – Coordenadoria de Educação Pré-Escolar)”, e assim se manteve até 1987, conforme Rosemberg (1992, p. 26).

Nesse período, outras realizações a ser notadas em torno da discussão e propostas para a pré-escola é o I Seminário de Planejamento da Educação Pré-Escolar, em 18 de abril de 1975, e o II Seminário de Planejamento da Educação Pré-Escolar, em 22 e 23 de maio de 1975. Nesse ano, também aconteceu o I Encontro Nacional de Coordenadores de Educação

Pré-Escolar dos Sistemas de Ensino, e o I Congresso Brasileiro de Educação Pré-Escolar, pela OMEP-Brasil (LIMA, 1975).

O Parecer nº 1038, de 13 de abril de 1977, deu uma nova redação ao Parágrafo 2º do Artigo 19, da Lei nº 5692/1971, propondo que a pré-escola fosse incluída como etapa obrigatória da escolaridade de 1º Grau. Diante do quadro de carência cultural e insuficiência nutricional citado, tinha em vista que: “O ideal seria que os sistemas dispusessem de meios para oferecer a essa clientela uma assistência adequada que se iniciaria com a creche, para prosseguir sucessivamente, nos níveis de escola maternal, jardim de infância e, finalmente, classe pré-escolar” (BRASIL, 1979, p. 81). Entretanto, tendo em vista as “implicações político-educacionais de três ordens de variáveis: nutrição, higiene-saúde e ambiente familiar” (BRASIL, 1979, p. 95), o mesmo Parecer analisa criticamente tal problemática em suas múltiplas dimensões:

Como um esforço desse tipo envolveria recursos imensos, além de implicar formas de ação intersetorial (saúde, educação, assistência social, etc.), variáveis essas que encontram, no momento, imensas dificuldades de viabilização, a idéia predominante entre os estudiosos do tema, é a montagem de programas especiais de recuperação destinados a crianças de 5 e 6 anos, que estejam no limiar da escolaridade regular de 1º. grau”. (BRASIL, 1979, p. 81).

Considerando mais especificamente uma política educacional que equacionasse os problemas relacionados à população infantil, de acordo com estudos da Coordenação da Proteção Materno-Infantil do Ministério da Saúde, citados no Diagnóstico Preliminar da Educação Pré-Escolar²⁸ (MEC/DEF, 1975):

[...] a desnutrição protéico-calórica, as anemias nutricionais por carência de ferro, ácido fólico e vitamina B12, o bócio e o cretinismo endêmico e a hipovitaminose são alguns dos graves problemas de saúde das crianças pré-escolares dos ambientes de baixo nível sócio-econômico, e provocam deficiências orgânicas da mais variada natureza, como problemas dentários, raquitismo, anemia, verminose, tuberculose, deficiências visuais e auditivas decorrentes de infecções crônicas. [Sendo estes alguns dos] múltiplos fatores que interferem no desempenho escolar das crianças, alguns que extrapolam a ação educativa “stricto sensu”, envolvem maiores dificuldades no equacionamento de uma política educacional compatível com as diretrizes do projeto nacional de desenvolvimento, motivo que justifica concentrarmos neles nossa atenção. (BRASIL, 1979, p. 95-96)

Diante disso, a “multiplicidade de circunstâncias que envolvem e condicionam o desenvolvimento normal dessa faixa etária de zero a seis anos, vêm exigindo dos sistemas

²⁸ Assuntos sobre o Diagnóstico Preliminar da Educação Pré-Escolar (1975) podem ser aprofundados em: Brasil (1979), Schultz (1983), Kramer (1989; 2006), Campos (1989; 2013) e Rosemberg (1992).

educacionais um esforço excepcional de criatividade e flexibilidade contendo propostas de soluções alternativas” (BRASIL, 1979, p. 26). Em 1979, por exemplo, como resolução do I Congresso da Mulher Paulista foi criado o Movimento de Luta por Creches. Nesse mesmo ano, aconteceu o Ano Internacional da Criança (LIMA, 1975). Em resumo, na década de 1970, dentre as instituições nacionais que realizaram estudos e pesquisas no campo do pré-escolar, citam-se:

A Coordenação da Proteção Materno-Infantil, que sucedeu ao Departamento Nacional da Criança; a Legião Brasileira de Assistência; a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, e Comitê Nacional Brasileiro da Organização Mundial para Educação Pré-Escolar, e, recentemente, criado pela Lei nº 5.829 de 30 de novembro de 1972, o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, que tem entre os seus programas prioritários, o de atendimento ao pré-escolar desnutrido. [Além da] ajuda valiosa que o país tem recebido do Fundo das Nações Unidas para a Infância. (BRASIL, 1979, p. 34)

A partir de dados coletados na Sinopse Estatística da Educação Pré-Escolar 1979-1980, em uma análise realizada por Jobim e Souza (1988) sobre a progressão do atendimento das crianças de 0 a 6 anos, principalmente, às populações de baixa renda, constatou-se entre 1975 a 1982, a ocorrência de uma estreita relação entre o “desenvolvimento de cada uma das regiões e seus respectivos índices de atendimento ao pré-escolar. Neste caso, as regiões mais desenvolvidas (Sudeste, Sul e Centro-Oeste) apresentam índices mais altos de atendimento do que as menos desenvolvidas (Norte, Nordeste)” (JOBIM E SOUZA, 1988, p. 41). De 1975 para 1980, “a região Sudeste continua apresentando um índice sensivelmente superior às demais, enquanto que a região Norte continua tendo o mais baixo índice de atendimento” (JOBIM E SOUZA, 1988, p. 41).

No início da década de 1980, a política governamental instituía oficialmente a educação pré-escolar, e como destacam Souza e Kramer (1988, p.14) a educação pré-escolar:

[...] foi instituída oficialmente, entendida como política governamental através do III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto. Neste período surgiram inúmeras dúvidas sobre a função compensatória da pré-escola e começou-se a pensar uma nova identidade para as creches, considerando o direito da criança e da mãe a um atendimento de qualidade, ou seja, um atendimento público desejável. (SOUZA e KRAMER, 1988, p. 14)

Dentre as iniciativas do Ministério de Educação e Cultura, em 1981, é lançado o Programa Nacional de Educação Pré-Escolar, pela Coordenação de Educação Pré-Escolar (COEPRE), priorizando as classes populares, portanto, determinante para a política educacional, além de integrar Secretarias de Estado da Educação e o MOBRAL (LIMA,

1975). Este programa, “teve uma rápida ascensão, sendo responsável por 50% do atendimento pré-escolar público no país em 1982”, como afirmam Souza e Kramer (1988, p. 14). De fato, de 1975 para 1984 ocorre uma lenta progressão do atendimento pré-escolar, porém, concentrado na zona urbana em relação à rural, com predominância do atendimento particular em relação ao público, este último dando prioridade às populações de baixa renda. Portanto, ainda se constituindo um privilégio para poucos, situação lamentável, mas “inteiramente compatível com a formação social brasileira no seu todo, em que predomina uma estrutura global de desigualdade em todos os planos: econômico, social, cultural, educacional, sanitário, etc.”, como salienta Jobim e Souza (1988, p. 44).

No Brasil, de 1970 a 1984, Rosemberg (1992) apresenta um balanço dos índices de crescimento do ensino pré-escolar, com aumento significativo quanto ao número de estabelecimentos, docentes e matrículas neste período, como observado na tabela abaixo.

Tabela 1						
Índices de crescimento do ensino pré-escolar Brasil, 1970-1984						
ANO	ENSINO PRÉ-ESCOLAR					
	GERAL			PÚBLICO		
	Estabelecimentos	Docentes	Matrículas	Estabelecimentos	Docentes	Matrículas
1970 N	6.616	16.996	374.267	3.402	9.432	221.413
	100	100	100	100	100	100
1971	114	122	113	115	121	118
1972	121	133	123	121	126	122
1973	127	145	133	123	138	126
1974	131	155	142	121	131	122
1975	138	155	151	128	124	129
1976	149	195	189	151	159	168
1977	169	221	208	168	174	186
1978	196	266	252	207	216	227
1979	208	304	320	230	251	295
1980	232	346	357	259	282	324
1981	272	393	412	313	332	386
1982	349	477	499	438	421	496
1983	476	570	519	646	550	555
1984	564	644	663	782	669	739

Fonte: Brasil, 1984; 1986.

Fonte: Rosemberg (1992, p. 27).

Embora os significativos índices de crescimento do ensino pré-escolar observados, refletimos que tais números, porém, não significam isenção de precariedades no funcionamento da educação pré-escolar, principalmente, a pública, ou garantia de melhoria nas condições de ensino e atendimento do pré-escolar, dos espaços utilizados ou da qualificação profissional.

Em 1985, se deu a criação da Secretaria Especial de Ação Comunitária (SEAC), que desenvolveu dois programas ligados à área de nutrição e saúde, destinada às crianças de 0 a 6

anos: o Programa Nacional do Leite e o Projeto Cresça Criança (conveniado com a UNICEF²⁹). E dois subprogramas: Creches Comunitárias e o da Campanha de Roupas e Agasalhos, que podiam financiar o atendimento em creches (MARAFON, 2009). Destacadamente, nos avanços dos marcos legais, a Nova Carta Constitucional de 1988, no Capítulo VII, Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso, no Art. 227, legisla sobre direitos essenciais da criança, do adolescente e do jovem:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, s/p.)

Dessa maneira, pela primeira vez na história brasileira, a Constituição Federal de 1988, anuncia avanços significativos com referência, principalmente, à infância, alinhando-se tanto à Declaração Universal dos Direitos Humanos³⁰ (1948), como à Declaração dos Direitos Internacionais da Criança³¹ (1959).

1.3 A escolarização da infância mato-grossense: ações institucionais confessionais, públicas e filantrópicas

As primeiras iniciativas para a educação da infância em Mato Grosso (Uno) foram dos setores privado e religioso, esse último aliava uma intenção catequizadora, direcionada também aos índios. Contudo, até 1930, a iniciativa pública em Mato Grosso não havia ainda instalado o Jardim de Infância, conforme previsto na Instrução Pública de 1910³². Nesse

²⁹ O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), criado em 1946, é vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU).

³⁰ Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovado em Assembleia Geral, da Organização das Nações Unidas (ONU), em 10 de dezembro de 1948, no contexto histórico seguido à 2ª Grande Guerra Mundial, num claro projeto de suplantar a desumanidade provocada pela guerra. Estabelecendo em seu Artigo XXV, que: “2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais”, tornando-se uma fonte do direito internacional. Disponível em: <http://www.mprs.mp.br/infancia/documentos_internacionais/id88.htm>. Acesso em: 07 jul. 2014.

³¹ Declaração dos Direitos da Criança, aprovada unanimemente em Assembleia Geral, pela da ONU, no dia 20 de novembro de 1959. Disponível em: <<http://recicrianca.org.br/direitos.html>>. Acesso em: 07 jul. 2014.

³² Em Mato Grosso, a Lei nº 533, de 4 de julho de 1910, reorganiza a Instrução Pública, e no Art.1º, cria uma “Escola Normal Mista, tendo por dependência um grupo escolar modelo, de instrução primária, e um jardim da infância para meninos e meninas de 3 a 6 anos de idade”, e no Art.4º determina como componentes dos conteúdos de aprendizagem no Jardim da infância o estudo: “[...] intuitivo da língua materna [...], trabalhos manuais, como enfeites, ornamentos, entrelaçamentos e outros, modelagens, desenho, nomes, números, cores e formas dos objetos; dimensões, tempo, espaço, sons, qualidades, medidas e suas aplicações e uso, bem como a mais completa e profusa variedade de brinquedos” (MATO GROSSO, 1910, s/p.).

período, alguns motivos apontados para a não implementação do Jardim da Infância destinado à instrução da infância em Mato Grosso foram “a falta de professor capacitado, falta de fiscalização e espaço físico impróprio”, portanto, não dependeu “apenas de vontade política, mas sim de condições estruturais”, além do “descaso do Estado em resolver tal situação” (SANTOS; REZENDE; SÁ, 2011, s/p.).

A partir da década de 1930, porém, ocorreu em Mato Grosso, a “criação dos jardins de infância, [e] houve a criação das salas *pré-primárias*” (SÁ, 2012, p. 44 – Grifos da autora), mediante oferta paulatina. Situação esta que perdurou sem alterações até a década de 1970, quando no governo de Pedro Pedrossian (1966-1971) começou a ocorrer uma tímida expansão da educação pública em jardins de infância e escolas *pré-primárias*, sob influência das propostas da Escola Nova. Silva, Souza e Holanda (2007, p. 15), retratam na década de 1960 a história da Creche e Lar Santa Rosa, criada a 19 de junho de 1963, sendo implantada “a primeira creche da cidade de Corumbá”, portanto, um marco importante na construção da história desse município. A organização e funcionamento da instituição integrou simultaneamente a configuração “creche” e “lar”, ainda que historicamente suas especificidades sejam originalmente bem demarcadas.

Em Mato Grosso (Uno), na década de 1970, Sá (2012, p. 45) observa que “as instituições pré-escolares foram criadas sob orientação da Secretaria da Educação, Cultura e Saúde, acompanhando um movimento nacional” de expansão. No entanto, Silva (1997, p. 83) afirma que a pré-escola “da rede estadual de ensino tinha abrangência bastante limitada, pois só existia nos Institutos de Educação de cada município. Funcionando nos moldes da proposta montessoriana, com salas equipadas e professoras treinadas, atendia uma parcela muito pequena da população”. Segundo dados da Secretaria Estadual de Educação (SEE), “em 1974, o número de crianças na pré-escola era de 4.256 e em 1984 passa para 12.850” (SILVA, 1997, p. 83). Um crescimento significativo que demonstra nos anos de 1980 uma oferta de vagas ao pré-escolar duas vezes maior em relação a 1970.

No que tange à legislação da educação pré-escolar no estado, Silva (1997, p. 82) advertem que “até meados de 70, a legislação existente é inexpressiva e fragmentada”. No circuito estadual existiu, a partir de 1973, o “Departamento de Educação Pré-Escolar da Secretaria de Educação e Cultura (SEC/MT) que estipulava a faixa etária para a pré-escola (4 a 6 anos de idade) e a terminologia a ser utilizada para o ensino pré-escolar seria: maternal, jardim I, jardim II e pré-alfabetização” (SILVA, 1997, p. 82).

Inserido no contexto nacional de expansão de instituições pré-escolares públicas ocorrido a partir dos anos de 1970, enfatizamos que no uso de suas atribuições legais José

Manoel Fontanillas Fragelli, então Governador do Estado de Mato Grosso (Uno), decretou sobre a criação da “Casa Escola O Infantil do Bom Senso”, pelo Decreto nº 2328, de novembro de 1974, com sede nos municípios de Cuiabá, Campo Grande, Três Lagoas, Corumbá, Aquidauana e Dourados, sendo esse o primeiro indício encontrado que contribui para discutir a gênese dessa iniciativa pública de escolarização da infância no estado. O referido Decreto, no Artigo 2, prescrevia ainda que competia à Secretaria de Educação e Cultura, a seleção de pessoal docente e de todo o necessário ao funcionamento das Escolas nos moldes do Sistema Estadual de Ensino, vigentes à época, abrindo espaço para o funcionamento dessa configuração de educação pré-escolar pública em Mato Grosso (Uno).

Diante dos elementos relacionados à criação deste projeto estadual maior, vimos necessidade de promover reflexões sobre sua designação: “Casa Escola O Infantil do Bom Senso”. No entanto, devido lacunas presentes em documentos sobre as Mensagens dos Governadores de Mato Grosso referentes a esse período não pudemos saber o porquê de os órgãos governamentais terem escolhido esse título para o projeto.

Nas pesquisas de Silva e Rosa (2001, p. 240) sobre a “Casa Escola O Infantil do Bom Senso” nas cidades de Aquidauana, Corumbá e Campo Grande onde o projeto da Casa Escola também foi implementado, referem que “para que o projeto começasse a funcionar foram considerados três requisitos básicos: a estruturação do espaço físico, a formação das professoras e a dotação de materiais para as escolas”.

Em relação ao conteúdo de aprendizagem, Silva e Rosa (2001, p. 237) afirmam que: “A proposta pedagógica da Casa-Escola Infantil do Bom Senso baseava-se na metodologia montessoriana”, e detalham que as professoras da “Casa-Escola Infantil do Bom Senso” “foram introduzidas no método a partir de cursos ministrados pela Organização Brasileira de Atividades Pedagógicas (OBRAPE), do Rio de Janeiro, dirigida pela professora Talita de Almeida, que, na época, era membro da Associação Montessori Internacional” (SILVA & ROSA, 2001, p. 238).

Em Mato Grosso (Uno), o projeto “Casa Escola O Infantil do Bom Senso”, na década de 1970, originou a primeira instituição de educação pré-escolar pública dessa modalidade de ensino em Dourados. Sendo o objetivo principal da dissertação analisar a história dessa instituição educativa, no intervalo de 1973 a 1986, período delimitado por abarcar aspectos referentes à sua instalação e funcionamento, como veremos no próximo capítulo. Tendo em vista o contexto da pesquisa circunscrito à cidade de Dourados a privilegiamos em detrimento das demais cidades do estado, para elucidar sua criação e os principais aspectos que marcaram

a história da infância e a educação escolarizada no município, desde sua gênese até a década de 1980, conforme finalização do arco temporal deste estudo.

Assinalamos de importância que no início, segundo Santana Júnior (2009), as terras da região de Dourados eram habitadas por índios Guaranis, bem como pelas tribos Terena e Kaiowá, que também compuseram a ocupação do território douradense e que hoje constituem uma das maiores populações indígenas do Brasil, conforme dados disponíveis do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013).

Historicamente, a fundação da Colônia Militar de Dourados, sob o comando de Antônio João Ribeiro, ocorreu em 10 de maio de 1861. Com a deflagração da Guerra do Paraguai (1864-1870), os ex-combatentes da invasão paraguaia acabaram permanecendo na região. Apesar disso, foi somente no final do século XIX e início do XX, com a chegada de migrantes originárias do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo, que as terras da região de Dourados “passaram a ser exploradas mediante extração da erva-mate nativa e pecuária extensiva” (SANTANA JÚNIOR, 2009, p. 92).

Há de se considerar que foi, sobretudo, com a exploração da erva-mate nativa pela Companhia Mate Laranjeira S/A, que de 1882 a 1924, deteve o monopólio da exploração dos ervais nativos em toda a região, que o desenvolvimento regional foi impulsionado na localidade de Dourados. A extração da erva-mate era, portanto, o negócio mais lucrativo do sul do Estado de Mato Grosso, pois já tinha um mercado consumidor seguro. Nesse período, a esse desenvolvimento regional acrescenta-se o crescimento da cultura pastoril e a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (QUEIROZ, 2009).

Tais circunstâncias favoreceram a criação do Distrito de Dourados pela Lei nº 658, de 15 de junho de 1914, subordinado ao município de Ponta Porã, de acordo com o quadro de apuração do recenseamento geral de I-IX-1920, permanecendo em divisão administrativa até o ano de 1933. E, posteriormente, por meio do Decreto nº 30, de 20 de dezembro de 1935, no governo estadual de Mário Corrêa da Costa, Dourados é elevado à categoria de município, desmembrado do município de Ponta Porã, tornando-se sede do antigo Distrito, e instalado a 22 de janeiro de 1936. O município de Dourados foi criado durante o período da segunda República, que se estendeu de 1930 a 1945, no Brasil.

Relativamente à gênese da história da infância em Dourados, antes da colonização desencadeada pela Marcha para Oeste³³, a educação escolar crescia lentamente. No início, a

³³ A fim de “promover a ocupação dos chamados “espaços vazios” do interior brasileiro”, Brazil e Mancini (2012, p. 127 – Grifo das autoras) apontam ainda que a “Marcha para Oeste” se constituiu em uma “onda migratória proveniente da lógica da política varguista com objetivo de alcançar o sul-sudeste do centro-oeste

educação acontecia nas fazendas da região e/ou nas próprias casas dos professores e alunos. Somente na década de 1930 há o registro de que a educação passa a ser contemplada nos projetos políticos do município de Dourados, efetivando-se mediante o ensino ministrado em “turmas mistas, cujas atividades desenvolviam-se nas residências dos próprios professores, sem dispor de verbas públicas para cobrir despesas dos alunos com material didático” (BRAZIL & MANCINI 2012, p. 127).

A partir da década de 1940, a “Marcha para Oeste” desencadeou a criação de Colônias Agrícolas e um crescente processo migratório. Assim, se deu a formação territorial agrária da região impulsionada por políticas do Governo varguista, atrelada a diretrizes governamentais que implementaram “[...] a ocupação de terras devolutas no país, objetivando descentralizar o alto índice demográfico dos centros urbanos, resguardando o território e, assegurando a nacionalidade das fronteiras e seus recursos naturais” (SANTANA JÚNIOR, 2009, p. 92). Além da “implantação da pequena propriedade, tendo em vista, a necessidade de expansão das relações capitalistas de produção e, conseqüentemente, do capital agrícola” (SANTANA JÚNIOR, 2009, p. 94).

Nesse período, Santana Júnior (2009, p. 93) destaca a “criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), fundada em 1943, pelo Decreto-Lei nº 5.941, de 28 de outubro, no estado de Mato Grosso”, com uma área de 50.000 hectares, reservada desde 1923 para a colonização. Esse projeto colonizador mediante doação dessas terras, viabilizado pelo governo Vargas por meio de uma intensa propaganda da imprensa, atraiu “migrantes provenientes dos estados do Nordeste, de São Paulo, de Minas Gerais, e uma parcela considerável do Rio Grande do Sul” (SANTOS & COELHO, 2010, p. 12), bem como imigrantes de países da América Latina, Europa, Ásia e Japão (OLIVEIRA, 1999).

Na década de 1960, com a visita de João Goulart (pseudônimo de Jango), Presidente da República, ocorreu a entrega de “títulos de propriedade de “lotes” para os colonos [da CAND] assim como fez Getúlio Vargas na década de 1940” (SANTOS & COELHO, 2010, p. 9 – Grifo dos autores), no implemento da Reforma de Base³⁴, na qual estava inclusas as reformas agrária e urbana. Nessa conjuntura, a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) exerceu papel de fundamental importância para a “implementação dos programas de colonização, ocupação, integração e desenvolvimento do Centro-Oeste,

brasileiro”, gerada pela “política de construção da “integração nacional” idealizado por Getúlio Vargas”, sobretudo no período do Estado Novo (1937- 1945).

³⁴ “Reforma de Base” foi o nome dado pelo Presidente João Goulart (1961-1963) às suas medidas políticas, que visavam “reformas estruturais” em diversos setores do país (educação, estrutura agrária, política, etc.). (SANTOS & COELHO, 2010, p. 9 – Grifo dos autores).

modificaram a configuração territorial da região, principalmente da região de Dourados” (SANTANA JÚNIOR, 2009, p. 93). Esse processo de ocupação e povoamento promoveu uma expansão demográfica entre os espaços urbano e rural de Dourados, conforme Tabela 1.

Tabela 1 - Percentuais da população do município de Dourados residente em área urbana e em área rural (1940-1980) (Em %)

Ano/ Localidade	1940	1950	1960	1970	1980
Urbana	12	18	28	47	82
Rural	88	82	72	53	18

Fonte³⁵: Adaptado do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul - SEPLAN. Dados Gerais - Dourados, 1993; IPLAN, 2002.

Os dados da Tabela 1, acima, destacam que o crescimento populacional ocorreu inicialmente em maior proporção na área rural, uma vez que a CAND tinha os seus objetivos mais voltados à produção agrícola, com o plantio do algodão, arroz, milho, café, feijão entre outros. Em 1940, a população urbana era percentualmente muito menor que a rural, assim permanecendo até a década de 1970, quando se dá a reversão desse quadro aliado às transformações econômicas, políticas, culturais e sociais que se deu na região.

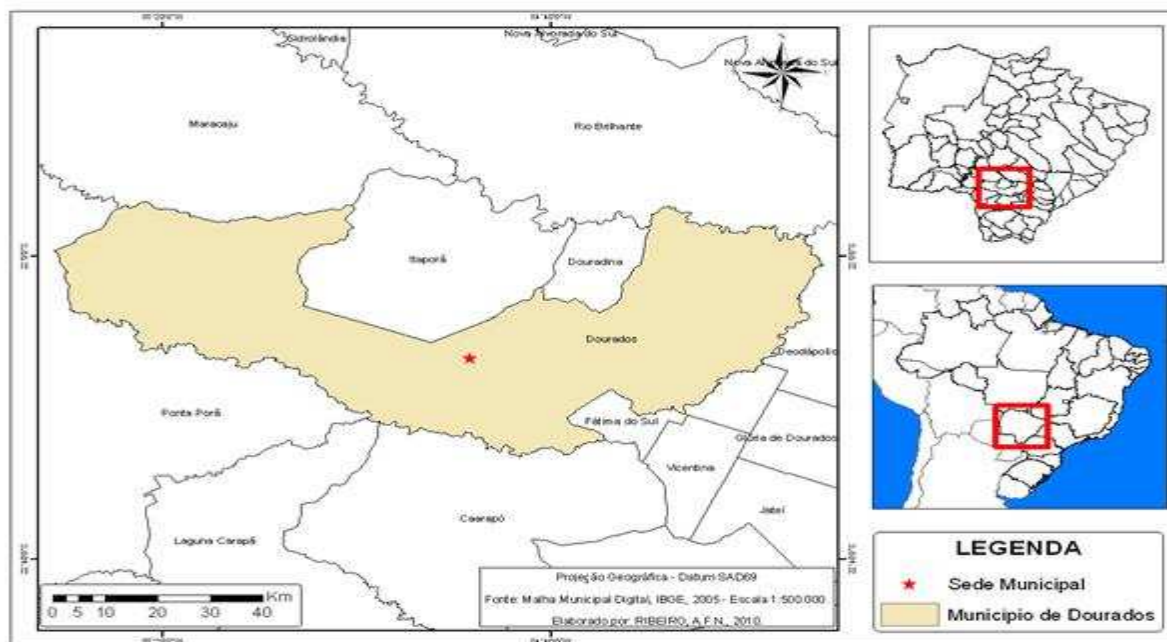
Essas mudanças contribuíram para maior urbanização com a instalação, principalmente, a partir de 1950, de hospitais, bancos, cinema, clubes, linha telefônica; ampliação do comércio, loteamentos imobiliários; a criação de associações de classe e, também, de mais escolas. Até os anos de 1960, Piacentine (2012, p. 65) assinala que “as crianças que tinham pouco acesso às escolas no município de Dourados eram as moradoras em áreas rurais”.

Em fins dos anos 1960 e início da década de 1970, Santos e Coelho (2010, p. 10, – Grifo dos autores) explicam que ocorreu “um grande crescimento econômico no país, conhecido como “milagre econômico”. Esse termo foi usado para designar um crescimento econômico recorde, de períodos de inflação baixa e grandes projetos desenvolvimentistas”. A “cidade de Dourados, na década de 1970, era considerada uma importante produtora agrícola, sobretudo, para a região do estado de Mato Grosso” (SANTOS & COELHO 2010, p. 12).

Nesse período, tal indicativo evidencia-se pelo fato de que o município de Dourados “ocupava o 2º lugar no Estado, em produção extrativa vegetal e o 6º lugar em pecuária e agricultura. [...] em 1971, estava colocado em 5º lugar na arrecadação estadual e em 1º lugar entre os municípios da micro-região”, na qual estava inserido (GRESSLER & RACHI, 1976, p. 20 apud SANTOS & COELHO, 2010, p. 9).

³⁵ Tabela construída por Fernandes e Freitas (2003, s/p.) em *Percursos e desafios da municipalização do Ensino fundamental em Dourados, MS*, apresentado no GT n.05: Estado e Política Educacional, na 26ª Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), em 2003.

Figura 1 – Localização do município de Dourados



Fonte: Mapa de Dourados. Disponível em: <<http://www.elistas.net/lista/humboldt/archivo/msg/13662/>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

Na Figura 1, acima, pode ser observada no mapa a localização da cidade de Dourados, em âmbito estadual e nacional. Atualmente, o município de Dourados possui uma área territorial de 4.086.236 km², que representa 1,14% do Estado. Localiza-se a 220 km de Campo Grande, a capital do estado, a sudoeste de Mato Grosso do Sul, na faixa de fronteira do Brasil com o Paraguai. O município de Dourados é constituído pelos distritos: Guaçu, Indápolis (ex-Serraria/Lei Estadual nº 387, de 20/09/1983), Ithaum, Panambi, Picadinha, São Pedro, Vila Formosa e Vila Vargas. Em 2010, a população de Dourados chegou a 196.035 habitantes. Em 2013, a estimativa populacional era de 207.498 habitantes (50,777 habitantes por km²), despontando demograficamente como a segunda cidade mais populosa do estado (IBGE, 2013).

Isto posto, enfatizamos que em Dourados a história da infância bem como sua escolarização em seus primórdios se deu por meio de ações institucionais confessionais, públicas e filantrópicas. Quanto às iniciativas religiosas, sob a égide de um protestantismo de missões, em 1929 se instalou na região de Dourados a Missão Evangélica Caiuá. Os missionários da Missão Leste do Brasil, imbuídos de propagar o ensino, inicialmente na casa de Culto da Igreja Presbiteriana do Brasil, criaram em 06 de abril de 1939, a Escola Presbiteriana Erasmo Braga, entidade de confissão protestante, mantida pela Igreja Presbiteriana do Brasil, considerada a primeira escola de natureza particular fundada em Dourados e em funcionamento até a atualidade (SANTINI, 2011).

Figura 2 – A Escola Presbiteriana Erasmo Braga em Dourados (1940)



Fonte: Erasmo Braga. Disponível em: <<http://www.erasmobraga.limnos.uni5.net/a-escola>>. Acesso em: 01 jun. 2013.

A Figura 2, acima, traz na década de 1940 a primeira instalação da Escola Presbiteriana Erasmo Braga em Dourados, em espaço próprio e exclusivo para fins educatuivos. A imagem permite observar que o prédio era amplo, situado em uma rua ainda não pavimentada. A parte frontal do prédio era majestoso no porte, ainda que construído em madeira e com telhas de cerâmica em duas águas, ladeadas por varandas. A instalação possuía uma entrada principal, com uma porta em madeira e várias janelas de madeira nas laterais, em cujo uma mureta. Sobre a construção, no centro, havia uma pequena torre. Ao lado dessa construção se encontravam outras construções predominantemente de madeira. Ao fundo da construção, se vê uma torre alta a guisa de suporte para um sino, presente na instituição até à atualidade, que provavelmente era usado para marcar o tempo escolar, ou seja, a duração de cada aula.

A Escola Presbiteriana Erasmo Braga foi a primeira em Dourados a ofertar a educação pré-escolar e, na década de 1970, era composta por Maternal, Jardim I, Jardim II e Pré-escola. As crianças ingressavam no Jardim I e no Jardim II, com 4 e 5 anos, respectivamente, e na Pré-escola, com seis anos de idade. Diante disso, presumimos que o ingresso ao Maternal deveria se dar aos 3 anos de idade. A escola também oferecia o ensino primário de 1ª a 4ª séries. Tais dados foram verificados mediante documentos guardados em seu arquivo passivo, que se constituem em Livros de Chamada, Diários de Classe, Livros de Matrícula, Livros de Ponto, de professoras e administrativo, Pastas de documentos de alunos(as), com boletim,

histórico escolar, requerimento para expedição de guia de transferência, entre outros. Encontramos quatro livros de matrícula de 1969 a 1973, mediante os quais vislumbramos a quantidade de crianças que tiveram acesso à educação pré-escolar ofertada nesse período, porém, diante do parco volume de documentos preservados pela escola os dados levantados podem ser considerados indícios que apontam, ainda que indistintamente, para particularidades da história investigada, conforme Tabela 2, abaixo.

Tabela 2 - Crianças matriculadas na Pré-escola da Escola Presbiteriana Erasmo Braga (1969-1973)

Ano	Turma	Nº de meninas matriculadas	Nº meninos matriculados	Nº total de matriculados(as)
1969	Jardim	7	7	14
	Pré-primário	18	13	31
1970	Jardim	14	14	28
	Pré-escola	17	13	30
1971	Jardim	14	10	24
	Pré-escola	19	20	39
1972	Jardim	4	9	13
	Pré-escola	24	9	33
1973	Jardim	21	21	42
	Pré-escola	12	18	30
Total de matrículas no período				272

Fonte: elaboração a partir de dados colhidos em Livro de Matrícula do período, realizada por pesquisa anterior³⁶.

Como exposto na Tabela 2, acima, a totalidade de crianças matriculadas na Escola Presbiteriana Erasmo Braga, nos anos de 1969 a 1973 na modalidade pré-escolar, Jardim e Pré-escola, foi de 272 crianças, de ambos os sexos.

Tabela 3 - Evolução da população de Dourados (1960 a 1980)

Anos	Urbana	Rural	Total	Taxa de Urbanização (%)
1960	16.468	68.487	84.955	19,4%
1970	31.599	47.587	79.186	39,9%
1980	84.849	21.644	106.493	79,7%

Fonte: Adaptado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/2006. Elaboração: Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente (SEPLAN/SUPLOR), Dourados-MS.

Segundo o IBGE (2006), a cidade de Dourados contava com uma população urbana estimada em 31.599 habitantes, conforme Tabela 3, acima. Assim, se hipoteticamente supormos que 10% da população era constituída de crianças com idades entre de 4 a 6, teríamos em torno de 3.159,9 crianças no município para ingressarem na educação pré-escolar. Daí sendo possível supor que de 1969 a 1973 a Escola Presbiteriana Erasmo Braga

³⁶ NUNES, Ronise. *Elos historiográficos da Educação Infantil no município de Dourados na década de 1970: um olhar no passado para entender o presente* (Monografia). Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Regina Aparecida Marques de Souza. Curso de Especialização em Educação Infantil. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Dourados, 2012.

atendeu um número consideravelmente pequeno em relação a provável demanda naquele período. Levando-se em conta que por ser de natureza privada o fator econômico contribuiu para que a educação ofertada por essa escola não tenha sido acessível para todas as crianças.

Sob a égide do catolicismo, a atuação católica na educação em Dourados em fins da década de 1940 em diante, Mancini e Sarat (2007, p. 5) destacam que “a Igreja Católica criou em 1941, a Escola Paroquial “Imaculada Conceição”, que foi fechada em 1946”, após a chegada de Frei Higino Lattek, o primeiro vigário de Dourados. Moreira (1990, p. 77, apud MANCINI & SARAT, 2007, p. 5), refere que: “Em 1950, essa mesma instituição criou a Escola Paroquial Patronato de Menores que funcionou até 1953, na antiga Casa das Irmãs”. Santini (2011, p. 9) expõe que “a escola Patronato de Menores começou a ser construída no ano de 1952, sendo concluída apenas em 1956. Entretanto, a escola foi inaugurada em 1954, pelo frei Teodardo Leitz”. Brazil e Mancini (2012, p. 129) afirmam que: “Essa Escola foi destinada ao ensino primário e de educação mista. A instituição foi assentada ao lado da igreja matriz de Dourados e contava inicialmente com 300 alunos matriculados, na qual atuavam oito professoras, das quais quatro eram freiras”. Entretanto, nos levantamentos realizados no Jornal O Progresso, a notícia sob o título: “Matrícula no Patronato de Menores³⁷”, refere que:

Está aberta, até o dia 28 deste mês, a matrícula da Escola do Patronato de Menores. Funcionarão os seguintes Cursos: Jardim da Infância, Curso Primário, Curso de Admissão, Curso de bordado, corte e costura. Os interessados queiram dirigir-se ao próprio Patronato onde serão atendidos das 8 as 11 e das 14 as 17 horas. As aulas começarão no dia 1 de março sendo administradas pessoalmente pelas revmas. Irmãs Franciscanas. O uniforme e o mesmo do ano passado. Haverá um pequeno aumento das mensalidades, concedendo-se abatimento ou lugar gratuito em casos especiais. Madre Liuba, diretora. (O PROGRESSO, 20/02/1955, p. 1)

Esse noticiário indica que a Escola Patronato de Menores de Dourados, na década de 1950 já oferecia o Jardim da Infância. Desse modo, pode-se dizer que após o Jardim da Infância da Escola Presbiteriana Erasmo Braga, a outra instituição precursora a ofertar educação pré-escolar em Dourados foi a Escola Patronato de Menores. Santini (2011, p. 9) revela que posteriormente o Patronato de Menores “tem seu nome trocado para Educandário Santo Antônio”.

Nesse período, foi criada em 1955 a Escola Franciscana Imaculada Conceição, pelas Irmãs Franciscanas vindas do Rio Grande do Sul. No início, a escola ofertou apenas o Curso primário e em 1958 passaram a oferecer também o Curso Ginásial e o Curso Normal. Este

³⁷ Fonte: O PROGRESSO, 20/02/1955, p. 1. Ano IV. Nº. 196. Coleção Jornais e Boletins, Centro de Documentação Regional UFGD, de Dourados-MS.

último constituiu-se no primeiro curso de formação de professores primários oferecido na cidade de Dourados. O curso contava com o Normal Regional (Primeiro Grau) e o Normal Colegial (Segundo Grau), conforme prescrevia a Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946. O primeiro começou a funcionar com 08 alunas e o segundo com 06 alunas (MANCINI; OLIVEIRA; SILVA, 2007). Brazil e Mancini (2012, p. 131) apontam que “em 1959, o Curso Normal dessa escola católica, funcionava no mesmo prédio do Patronato de Menores Santo Antônio (PMSA). A fundadora do curso foi a irmã Clara Thomas, diretora da escola de 1961 a 1960”.

Em 1959, deu-se início à construção do prédio da Escola Imaculada Conceição, que ficou pronto apenas em 1969³⁸. Mancini e Sarat (2007, p. 10) mencionam que a Escola Franciscana Imaculada Conceição, “era considerada, desde a sua fundação, como uma instituição importante para o município por trazer diretrizes filosóficas que atendiam aos anseios da formação de uma população representada pela elite local”. A Figura 3, abaixo, traz a imagem do primeiro espaço no qual funcionou a Escola Imaculada Conceição em Dourados.

Figura 3 – Escola Franciscana Imaculada Conceição



Fonte: Escola Imaculada Conceição. Disponível em: <<http://www.escolaimaculada.com.br/institucional>>. Acesso em: 17 jul. 2014.

Essa imagem permite entrever o estabelecimento em que funcionou a Escola Imaculada Conceição em Dourados, no ano de 1956. Na posse registrada pela fotografia, aparecem nove freiras franciscanas que, provavelmente constituíram o quadro de professoras da instituição na cidade. Todas elas vestidas com os hábitos religiosos e segurando cada uma

³⁸ Fonte: Escola Imaculada Conceição. Institucional. Disponível em: <<http://www.escolaimaculada.com.br/institucional>>. Acesso em: 17 jul. 2014.

sua bicicleta, um meio de transporte muito usado nos anos de 1950, em Dourados, ainda muito utilizado até hoje. Além disso, em frente da escola, encostada à parede e com os braços cruzados às costas, se vê uma aluna uniformizada, de parece contar com aproximadamente 9 ou 10 anos, muito bem arrumada, trajando uma jardineira, com comprimento que vai até pouco abaixo do joelho, uma blusa branca de mangas longas, com meias e sapato social. A menina parece observar o movimento das freiras nas bicicletas, porém, possivelmente disfarçando sua timidez, pois não olha na direção de quem tirava a foto, do lado direito da imagem, que é a direção onde todas as freiras olham.

Como se pode observar pela fotografia, a escola funcionava em um prédio feito de madeira e coberto com telhas de barro. Era uma construção simples, lembrando uma casa, se não fossem pelas com várias janelas em madeira de porte médio e uma porta principal de entrada. Na parte frontal da construção, do lado esquerdo, há um suporte de cimento retangular, de aproximadamente pouco menos que um metro, sobre o qual está fixado um pequeno poste, que imaginamos servia para hastear a bandeira nacional, em comemorações cívicas. A construção fazia parte de uma rua ainda não pavimentada, como se pode notar na frente da escola e de seu entorno, tudo ainda era terra, ao fundo inclusive dava para ver algumas árvores e bem distante de lá outras casas em cuja frente se nota postes altos de madeira. Inquirimos: será que nessa época já havia a rede elétrica pública, em Dourados?

Cabe destacar que com a inauguração do novo prédio da Escola Imaculada Conceição, ela passou em 1971, a atender turmas mistas no primário e no ginásio, iniciando a partir desse ano, o atendimento também a clientela masculina. Além disso, ainda na década de 1970, essa escola passou a ofertar em suas próprias instalações, o ensino pré-primário, conforme registrou o Jornal O Progresso, de 14 de novembro de 1974, na primeira página, com a matéria “Colégio Imaculada Conceição Informativo – 1975”³⁹, entre outros, anunciava a oferta de: “II) Cursos para o ano letivo de 1975 – Pré-Primário”. O que vem confirmar a atuação da escola nessa modalidade de educação. O Jornal O Progresso, que circulou em 3 de dezembro 1974, na última página, traz uma matéria sobre o “Colégio Imaculada Conceição”⁴⁰ com a abertura das matrículas para os cursos de: “Pré-Primário - Turno Vespertino [... preenchendo] os requisitos exigidos pela Lei vigente 5692/71. Aprovado seu quadro curricular pelo Parecer 59/74 do Conselho Estadual de Educação” (O PROGRESSO, 3/12/1974, p. 6).

³⁹ Fonte: “Colégio Imaculada Conceição Informativo – 1975”. O PROGRESSO, 14/11/1974, p. 1. Ano XXIV. Nº. 1.603. Coleção Jornais e Boletins, Centro de Documentação Regional UFGD, de Dourados-MS.

⁴⁰ “Colégio Imaculada Conceição”. O PROGRESSO, 03/12/1974, p. 6. Ano XXIV. Nº. 1.609. Coleção Jornais e Boletins, Centro de Documentação Regional UFGD, de Dourados-MS.

Na história da infância escolarizada no município, em relação às ações institucionais públicas, antecedendo a criação da “Casa Escola O Infantil do Bom Senso” de Dourados, que veremos no próximo capítulo, localizamos a *Escolinha Tia Themis* e o *Centro Educacional Dona Menodora*. Ambas as escolas são mencionadas no Livro Ata do “Curso Supletivo de Treinamento com Participação Comunitária para Professoras da Casa Escola O Infantil do Bom Senso⁴¹”, que aconteceu de 21 de novembro de 1973 a 12 de janeiro de 1974, e em seus registros finais a guisa de anexos é dado destaque para os seguintes avisos:

Importante:

- 1) Os pedidos de nomeação e as transferências, só deverão serem providenciadas a partir de 1 de fevereiro de 1974”.
- 2) As fichas de Inscrição e Compromissos em anexo nesta Pasta.
- 3) A Delegacia Regional de Ensino, deverá providenciar o recolhimento de 2 armários, mesinhas e cadeiras do antigo Pré-Primário que, conforme disse o Exm^o. Sr. Delegado Regional de Ensino, que passará para a Casa Escola, antes do dia 09 de dezembro, pois necessitaremos desses materiais para a realização da 2ª etapa. Esses materiais deverão ser recolhidos do Centro Educacional Dona Menodora, para a Escolinha tia Themis onde está sendo realizado o curso, uma vez que no Castro Alves onde será a Casa Escola, estão em aulas.
- 4) Com relação aos materiais para sala de coordenação e secretaria que constam no projeto de instalação, será estudado com a Prof^a Wanda Gattan, Diretora do D. S. U., qual a melhor maneira de providenciá-los, e logo o resultado será comunicado à D. R. E. (CURSO SUPLETIVO, 1973, s/p. – Grifo transcrito do texto manuscrito original)

Tais avisos desanuviam alguns pontos dessa história ao mesmo tempo em que anuviam outros. Um primeiro esclarecimento que destacamos do ponto 3 da citação acima, está na afirmação de que o Curso Supletivo aconteceu nas dependências da *Escolinha “Tia Themis”*, ante a alegada impossibilidade de ser no espaço da Escola Estadual Castro Alves (EECA), que estava em aulas. Diante disso, inquiremos, porém, sem resposta: Que ligação havia entre a *Escolinha “Tia Themis”* e a Escola Estadual Castro Alves para tal condescendência? Pelo documento que registra o Curso Supletivo, a única outra menção que encontramos sobre a *Escolinha “Tia Themis”* está na ficha de inscrição de T. R. B. Dentre os dados a ser preenchidos na ficha de inscrição está a pergunta: “Trabalha? (X) Sim () Não Onde? Escolinha “Tia Themis” Cargo: Diretora e professora”.

Assim, inferimos que além de diretora e professora, T. R. B. bem poderia ser a proprietária da *Escolinha “Tia Themis”*, por esta ter o seu nome e, provavelmente, esse estabelecimento ter sido de iniciativa particular e não pública. Mas, ficam os

⁴¹ Todos os dados apresentados sobre o “Curso Supletivo de Treinamento para professoras da Casa-Escola com Participação Comunitária O Infantil do Bom Senso”, foram colhidos de um Livro Ata depositado no arquivo escolar da EECA.

questionamentos: Quando se deu a criação desse estabelecimento? Por iniciativa de quais elementos? Por quanto tempo funcionou? Atendia quantas crianças? De quais faixas etárias? Quem eram essas crianças? A quais classes socioeconômicas e étnicas pertenceram? Quem era e quantas professoras atuaram junto às crianças? Qual era a formação das professoras? Qual era a organização didático-pedagógica da escola? Como era a organização do tempo-espaço dessa escola? Em que local funcionou? Como era seu espaço físico? Poderíamos elencar mais questionamentos, porém, paramos por aqui na instigação desses indícios a ser investigados por pesquisas posteriores, quem sabe pelo viés da metodologia da História Oral, posto que T. R. B., citada nos documentos como “diretora e professora” dessa instituição, é atualmente residente em Campo Grande-MS, conforme localizamos em pesquisa realizada na Internet.

Outro dado da citação acima que distinguimos como importante é que a Delegacia Regional de Ensino deveria providenciar o transporte de: “2 armários, mesinhas e cadeiras do antigo Pré-Primário [...] que passará para a Casa Escola [...] Esses materiais deverão ser recolhidos do Centro Educacional Dona Menodora”. Indagamos: Que *Centro Educacional Dona Menodora* era esse? O único esclarecimento dado pelo referido texto é que se tratava de um “antigo Pré-Primário”. Analisando o nome *Dona Menodora*, desse chamado *Centro Educacional*, pensamos que bem podia relacionar-se à mesma “Menodora”, homenageada e escolhida para nomear a “Escola Estadual de 1º e 2º Graus Menodora Fialho de Figueiredo [...] criada pelo Decreto nº. 2059 de 12/06/1974, conforme Diário Oficial nº. 16.614 de 20/06/1974 e autorizada a funcionar por meio da portaria nº. 164/76”⁴². Segundo a direção colegiada, a história do estabelecimento começou em 1º de março de 1971, quando o então Centro Educacional de Dourados, passou a denominar-se Escola Estadual de 1º e 2º graus “Menodora Fialho de Figueiredo”.

Após tais constatações, ao que tudo indica o “Centro Educacional Dona Menodora” que vimos referido no documento do Curso Supletivo, encontrado no arquivo escolar da EECA, trata-se do mesmo *Centro Educacional de Dourados*, como descrito no *blog* da Escola Menodora. Ante o exposto, chegamos a questões insolúveis no espaço dessa dissertação, posto fugir-lhe aos objetivos de estudo, porém, a serem ainda elucidadas *a posteriori*: Por que é afirmado que o “Exmº. Sr. Delegado Regional de Ensino” determinou que os móveis do “Centro Educacional Dona Menodora” passariam à Casa Escola? Se o “Exmº. Sr. Delegado Regional de Ensino” tinha poderes sobre esse estabelecimento de ensino, o mesmo era de

⁴² *Blog* da Escola Menodora. Disponível em: <<http://escolamenodora.blogspot.com.br/p/sobre-escola.html>>. Acesso em: 09 jan. 2015.

iniciativa pública? Estaremos diante da instituição de ensino precursora na educação escolarizada da infância douradense?

De fato, deparamo-nos com um dado novíssimo que auxilia uma revisão do que assumimos desde que empreendemos a presente pesquisa: de que a CEOIBS de Dourados foi a primeira instituição de educação pré-escolar pública do município, na década de 1970. Seguramente, doravante aquiescemos com Silva e Rosa (2001, p. 239), que a CEOIBS de Dourados inclui-se no que “pode ser considerada a primeira iniciativa pública de incentivo à educação pré-escolar no estado” [...] “implantada pela Secretaria Estadual nas escolas de Mato Grosso, durante os anos de 1970, visava oferecer educação às crianças de 3 a 6 anos de idade”. A presente dissertação se insere e contribui para a discussão “a respeito do papel que essa proposta exerceu sobre os rumos da pré-escola no estado de Mato Grosso do Sul” (SILVA & ROSA, 2001, p. 237).

Admitimos com relação ao *Centro Educacional Dona Menodora* que para a escrita dessa história, cabem iguais perguntas feitas anteriormente para empreender a busca pela história da *Escolinha Tia Themis*. Tais vestígios acerca do *Centro Educacional Dona Menodora* e da *Escolinha Tia Themis*, bem merecem ser investigados por pesquisas posteriores, de modo a contribuir para a historiografia da infância em Dourados, na composição da história da infância sul-mato-grossense e regional a partir da década de 1970.

Os lares, creches e institutos para menores, com suas ações de assistência e cuidados com as crianças, compuseram conjuntamente as ações institucionais filantrópicas na história da infância de Dourados, mais particularmente, o Lar Santa Rita de Cássia, criado em 1965.

As origens do Lar Santa Rita estão vinculadas ao crescimento populacional de Dourados em meados de 1965, que gerou paralelamente um crescente fluxo de crianças abandonadas, provindas, principalmente, das famílias menos favorecidas. Com vistas a contornar tais dificuldades, no salão do Fórum da Comarca de Dourados, a 12 de novembro de 1965, aconteceu a criação de uma entidade sem fins lucrativos, denominada “Abrigo de Menores Necessitados de Dourados” (1ª razão social), cuja finalidade era “assistir de modo geral aos menores necessitados de Dourados, zelando pela saúde e bem estar das crianças, dando-lhes proteção, educação e reintegrando-as à sociedade”⁴³. Em prédio próprio, devido às doações de pessoas, autoridades e outros segmentos, em 27 de agosto de 1966, se deu a inauguração do Abrigo de Menores Necessitados de Dourados, que recebeu o nome de *Lar Santa Rita de Cássia*, em homenagem à Santa.

⁴³ Lar de Crianças Santa Rita. Disponível em: <<http://www.larsantarita.org.br/entidade/historico>>. Acesso em: 17 jul. 2014.

Figura 4 – Crianças atendidas no Lar Santa Rita de Cássia, no seu início



Fonte: Lar de Crianças Santa Rita. Disponível em: <<http://www.larsantarita.org.br/entidade/historico>>. Acesso em: 17 jul. 2014.

A Figura 4, acima, traz uma fotografia com as crianças atendidas no Lar Santa Rita de Cássia, em seus primeiros anos de funcionamento em Dourados, em uma casa de alvenaria. A imagem revela a presença de duas funcionárias do Lar responsáveis pelo trato de trinta e duas crianças de variadas idades que lá eram atendidas. A imagem foi registrada possivelmente em um horário de sol forte, pois algumas crianças protegem os olhos com os braços. Há crianças que não possuem para a foto, permanecendo de costas, e outras tímidas, se escondem. Na imagem verificamos a presença de crianças do sexo feminino e masculino, sendo que as maiores estão em pé e as crianças menores estão sentadas no chão, enquanto que os bebês estão no colo das funcionárias e de uma das meninas juniores. A imagem permite, ainda, entrever que bonecas, carinhos e vários outros brinquedos, ostentados pelas crianças, faziam parte do cotidiano dessas crianças no Lar. Outro aspecto que destacamos a partir dessa imagem é a pouca presença de crianças negras frequentando o Lar, uma vez que a grande maioria eram crianças brancas.

O Lar Santa Rita de Cássia sobreviveu de donativos, realizando promoções de eventos sociais, a fim de angariar recursos, sendo a entidade também auxiliada por órgãos públicos. O Lar Santa Rita permanece em funcionamento até hoje como Centro de Educação Infantil Municipal (CEIM), sendo conveniado ao município de Dourados.

Destacamos ainda que entre as décadas de 1950 a 1980 havia em Dourados entidades que atendiam criança, em caráter assistencial, como o Instituto Agrícola do Menor (IAME), a Associação Pestalozzi de Dourados, o Lar Santa Rita, a Creche Lar André Luiz e Pavilhão da Sopa, a Creche São Francisco, a Creche Recanto da Criança e a Creche Recanto Raízes.

Tabela 4 – Relação de Lares e Creches instalados em Dourados (1965-1984)

Nº	Nome da instituição	Regime de Atendimento	Entidade mantenedora	Modalidade	nº de crianças atendidas	Data de fundação
1	Lar Santa Rita de Cássia	Semi-internato	União Espírita de Dourados - UESD	Religiosa	50	12.11.1965
2	Creche Lar André Luiz e Pavilhão da Sopa	Integral	Centro Espírita André Luiz	Religiosa	60	28.12.1980
3	Creche São Francisco	Integral	Igreja São Francisco	Religiosa	60	15.03.1983
4	Creche Recanto da Criança	Integral	não há	Assistencial e Filantrópica	60	10.06.1984
5	Creche Recanto Raízes	Fechou em dezembro de 1997, por falta de verbas.				

Fonte: Adaptado de Real (2000, p. 88).

A Tabela 4, acima, mostra que na fundação de lares e creches em Dourados, no período de 1965 a 1984, as entidades religiosas mantenedoras foram de iniciativa católica e espírita. Essas instituições localizavam-se, sobretudo, nos bairros periféricos do município de Dourados e, de acordo com Real (2000, p. 88), “preconizam em suas atividades, principalmente, a retirada das crianças das ruas, priorizando o atendimento à mãe que trabalha fora e não tem onde deixar os filhos”. Na década de 1980, as creches instaladas no município de Dourados foram: Maria de Nazaré (1983), Geny Ferreira Milan (1983) e Raio do Sol (1985). De fato, as creches foram criadas no município somente posteriormente mediante o Decreto nº 582, de 19 de dezembro de 2001.

Assim, neste capítulo buscamos apresentar algumas contribuições para a compreensão dos modos pelos quais a História da Infância, da Educação Infantil e das Instituições voltadas para a Infância têm se constituído no contexto histórico, em meio aos processos particulares e coletivos. Em meio a tais circunstâncias, surge a primeira “Casa Escola Infantil do Bom Senso” em Dourados, na década de 1970, como veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

A “CASA ESCOLA INFANTIL DO BOM SENSO” DE DOURADOS

Buscamos construir parte da evolução da história da CEOIBS de Dourados, delimitada pelo recorte temporal que instituímos para a pesquisa entre os anos de 1973 a 1986, a partir de sua materialidade. Para tanto, dentre as categorias fundamentais de análise propostas por Magalhães (1998; 2005) elegemos para exame os seguintes aspectos: origem, criação, construção, instalação, prédio (projeto da planta baixa, implantação, organização do espaço).

Assim, nesse capítulo, enfocamos a instalação e o funcionamento da CEOIBS de Dourados, mediante Processos de Autorização de Funcionamento, bem como apresentamos sua criação e sua integração à Escola Estadual Castro Alves (EECA).

Pensando nas experiências iniciais, destacamos como importante aspecto a ser considerado na institucionalização da CEOIBS Dourados a ocorrência do “Curso Supletivo de Treinamento com Participação Comunitária para Professoras da Casa Escola O Infantil do Bom Senso”⁴⁴, que aconteceu de novembro de 1973 a janeiro de 1974. Evidenciamos que devido ao fato de se tratar de uma escrituração administrativa produzida na gênese da CEOIBS de Dourados, no texto apresentamos os dados contidos nesse “documento”. Consideramos o Curso Supletivo, portanto, veículo pelo qual chegamos à CEOIBS de Dourados, o marco inicial dessa história.

No tópico seguinte, discutimos sobre os espaços de funcionamento da CEOIBS Dourados, especialmente, aqueles relacionados aos doze anos em que essa instituição funcionou em casas alugadas para fins educativos. E, finalmente, em 1986, examinamos como se deu a construção para funcionamento da CEOIBS de Dourados, no espaço físico da EECA.

2.1 Instalação e funcionamento da CEOIBS de Dourados

Em torno da noção de tempos, de espaços escolares, das diferentes modalidades de configurações de escolas e da organização do espaço que representaram as iniciativas da escolarização da infância, refletimos a respeito da modalidade *casa escola*, presente desde a nomenclatura da “Casa Escola O Infantil do Bom Senso”.

⁴⁴ O nome do curso supletivo entre aspas trata-se de uma transcrição do documento original.

A esse respeito Vidal e Faria Filho (2005) destacam que desde o Brasil Colonial, no século XVI, diferentes modalidades de configurações de escolas alternativas foram utilizadas, sendo marcadas pela improvisação de espaços em igrejas, sacristias, dependências das câmaras municipais, entre outros. Quanto às modalidades de configurações de escolas alternativas, Schueler (2006) assinala que as *casas de escola* foram caracterizadas pela vantagem e economia de recursos públicos na manutenção de uma só residência para comportar tanto a moradia dos mestres como os espaços da escola.

Em Mato Grosso (Uno), conforme enfocado por Xavier (2007), em suas origens a casa-escola, surgiu como meio escolar que embora em sua dimensão física possuísse uma caracterização doméstica, pois as aulas aconteciam na casa dos mestres, mantinha sua função primária como espaço simbólico e público, representativo da instrução pública, sendo utilizado para fins educacionais e instrucionais.

Nesse contexto, as casas-escolas com a utilização das residências dos próprios mestres, acabaram por desencadear processos para pensar em modalidades de escolarização em seus múltiplos sentidos e caminhos para o mundo. Processualmente, a partir de então, as autoridades passaram a buscar um espaço próprio para ensinar e o aprender que impulsionou a política de projetos arquitetônicos para a construção de locais destinados à educação pública, iniciativa que primeiro privilegiou o âmbito urbano em detrimento do rural (VIDAL & FARIA FILHO, 2005).

Particularmente quanto às soluções alternativas para o local e as instalações da educação pré-escolar, em âmbito nacional, citamos o Parecer nº 1.600/1975, refere que: “Pesquisas provam que muitas vezes o melhor prédio para o pré-escolar é aquele que se assemelha à sua casa”. Para Almeida (2009, p. 156 – Grifo da autora), tal opção constituir-se-ia no atendimento ao pré-escolar em uma “casa-escola como sua “segunda casa””.

Daí provavelmente advém a hipótese de o Governo incentivar o funcionamento de pré-escolas no ambiente de uma casa, por entender que as mesmas se constituiriam no melhor espaço para a educação das crianças. Tencionava-se aparentemente que o funcionamento de uma instituição pré-escolar em uma casa contornaria o choque geralmente sofrido pela criança ocasionado pela mudança brusca do ambiente familiar para o ambiente escolar, diferente do de sua casa. No entanto, Machado (1991, p. 15 – Grifo da autora) considera criticamente que em seu percurso histórico “a pré-escola ora imita a escola de primeiro grau com suas exigências e características, ora é simplesmente uma extensão da casa, ora apenas um “depósito” de crianças”.

O início da história da CEOIBS de Dourados em 1973 é justificado pela localização de um Livro Ata com registros sobre o “Curso Supletivo de Treinamento com Participação Comunitária”⁴⁵ para Professoras da Casa Escola O Infantil do Bom Senso”, que aconteceu de 21 de novembro de 1973 a 12 de janeiro de 1974, vigência deste curso de formação docente, notadamente durante o período das férias escolares.

De acordo com esse documento analisado, o cabeçalho das fichas de inscrição revela que o curso foi uma realização da Secretaria de Educação e Cultura de Mato Grosso, do Departamento Supletivo de Ensino, da Divisão de Educação Especial e da Seção de Educação Pré-Escolar, com o apoio do delegado Luiz Antônio Gonçalves, da Delegacia Regional de Ensino (DRE). A Coordenadora do curso, C. M. de O., contava que esse apoio permanecesse para a conclusão do mesmo e para a “produtividade futura e constante da Casa-Escola”

Constatamos que o registro inicial do curso parece tratar-se de um esboço de relatório a ser enviado à DRE, em cujo cabeçalho se lê: “Exm^o. Sr. Delegado Regional de Ensino”, datado de 30 de novembro de 1973, quando da conclusão da primeira, do total de quatro fases do curso. O Curso Supletivo visou oportunizar as cursistas conhecer “[...] a Filosofia do Novo Sistema em Educação Pré-Escolar a ser implantado neste município, conhecer[am] o Regulamento”⁴⁶, a responsabilidade que cada um deve ter, o respeito mutuo, a confiança em si mesmo, e a necessidade da Educação Pré-Escolar”. (CURSO SUPLETIVO, 1973, s/p.)

O Curso Supletivo serviu tanto à formação do primeiro corpo docente da instituição como à definição do currículo da CEOIBS de Dourados, identificado pela filosofia do novo sistema em educação pré-escolar e a concepção que regia a Casa Escola:

A Casa Escola Infantil do Bom Senso é uma grande família nesse nosso Grande Estado Grande, é uma dessas famílias que lutam pela conservação de uma tradição sadia e bem organizada visando o progresso ano para ano. Você está se preparando para fazer parte desta família e deve ser muito responsável, cooperar, manter uma boa disciplina, conscientizar que, além de uma boa amizade entre os membros dessa família, deve haver dirigentes e dirigidos. Uma família para crescer e progredir deve ter os seus membros sempre juntos e unidos por vários anos para que possa cuidar e ver crescer a semente plantada [...] dando tudo de si para o sucesso de seu nome e para o total desenvolvimento das sementinhas que você irá receber para proporcionar um bom futuro. Estas sementinhas serão os seus alunos. (CURSO SUPLETIVO, 1973, s/p.)

⁴⁵ Refletimos por Jobim e Souza (1988, p. 45), que a participação comunitária legítima precisa incluir “a incorporação dos pais no processo de discussão e análise de sua própria condição de vida. Participação inclui consciência dos fatores políticos, econômicos e sociais que interferem na realidade de vida das famílias e, consequentemente, no desenvolvimento da criança”.

⁴⁶ Temos nesse excerto um sinal de provavelmente ter havido “Regulamento” que regia a CEOIBS de Dourados, mas nada mais encontramos sobre isso.

Desse excerto, distinguimos ao final onde era requerido das professoras cursistas “cuidar e ver crescer a semente plantada [...] dando tudo de si para o sucesso de seu nome e para o total desenvolvimento das sementinhas que você irá receber para proporcionar um bom futuro. Estas sementinhas⁴⁷ serão os seus alunos”. Tal orientação encontra correspondência com dados colhidos em fontes orais da pesquisa sobre a “Casa-escola Infantil do Bom Senso”, realizada por Silva e Rosa (2001) em Aquidauana, Corumbá e Campo Grande, conforme transcrição de parte do depoimento de M. G. uma das professoras depoentes: “Gente! No dia em que eu decidi sair do infantil, parecia que eu tinha perdido uma parte de mim, porque antes eu era uma professora normal, mas ali foi uma realização profissional, uma sementinha que se consegue plantar [...]” (SILVA & ROSA, 2001, p. 252).

Ante o exposto, consideramos que o Curso Supletivo possibilita conhecer a história de uma experiência na formação de professores pré-escolares, para atender à educação da infância em Mato Grosso (Uno). Por fim, após o término do Curso Supletivo, as concluintes de todas as suas fases e as professoras que ministraram as aulas, participaram de uma avaliação de pessoal em Cuiabá-MT, para posterior recebimento dos certificados do curso, de participação ou de ministração. Das participantes treze compuseram o quadro de funcionários da Casa Escola, como veremos no último capítulo dessa dissertação.

Os registros do Curso Supletivo apresentam o indício da primeira e mais recuada ligação “extraoficial” entre a CEOIBS de Dourados e a Escola Estadual Castro Alves, pois, ao final foi dado destaque para alguns avisos:

Importante:

3) A Delegacia Regional de Ensino, deverá providenciar o recolhimento de 2 armários, mesinhas e cadeiras do antigo Pré-Primário que, conforme disse o Exm^o. Sr. Delegado Regional de Ensino, que passará para a Casa Escola, antes do dia 09 de dezembro, pois necessitaremos desses materiais para a realização da 2^a etapa. Esses materiais deverão ser recolhidos do Centro Educacional Dona Menodora, para a Escolinha tia Themis onde está sendo realizado o curso, uma vez que **no Castro Alves onde será a Casa Escola**, estão em aulas. (CURSO SUPLETIVO, 1973, s/p. – Sublinhado transcrito do texto manuscrito original. Grifo nosso)

⁴⁷ Frieddrich W. August Froebel (1782-1852) foi o criador do jardim-de-infância, do alemão *kindergarten*. Conforme Kuhlmann Júnior (2001), o primeiro *kindergarten* fundado por Froebel, na década de 1840, em Blankenburgo, Alemanha, “pretendia não apenas reformar a educação pré-escolar, mas por meio dela a estrutura familiar e os cuidados dedicados à infância, envolvendo a relação entre as esferas pública e privada” (KUHLMANN JÚNIOR, 2001, p. 10). Nessa perspectiva, Kramer (1989), concebe que Froebel inaugurou uma tendência pedagógica dita romântica, na qual a educação deve favorecer um desenvolvimento natural, ou seja, as crianças são flores ou sementes que se desenvolvem por intermédio da professora “jardineira”, em um amplo jardim, a pré-escola. Sobrevivendo até os dias atuais, o jardim de infância pode ser considerado como a “mais bem-sucedida das instituições, desponta como um contraponto às demais, tratado às vezes como se fosse detentor exclusivo de uma concepção pedagógica” (KUHLMANN JÚNIOR, 2001, p. 10).

Assim, antes mesmo da criação oficial da Casa Escola “no papel” ou de seu funcionamento, já estava acertado que ela se daria, senão no espaço físico, “no Castro Alves onde será a Casa Escola”. Nesse mesmo excerto, é possível verificar a referência aos primeiros móveis da CEOIBS de Dourados: “A Delegacia Regional de Ensino, deverá providenciar o recolhimento de **2 armários, mesinhas e cadeiras** do antigo Pré-Primário que, conforme disse o Exm^o. Sr. Delegado Regional de Ensino, que passará para a Casa Escola” (CURSO SUPLETIVO, 1973, s/p. – Grifo nosso).

O segundo evento que localizamos e que esclarece a conexão entre a CEOIBS e a EECA foi o Decreto nº 2030, de 7 de junho de 1974, mediante o qual se deu a integração da CEOIBS de Dourados à Escola Castro Alves, conforme Art. 1º – “Fica integrado ao Grupo Escolar “Castro Alves” criado pelo Decreto nº 19, de 08 de março de 1966, o pré-escolar Infantil do Bom Senso”. Decreto este que entrou em vigor com a sua publicação no Diário Oficial, página 2, a 12 de junho de 1974.

De fato, porém, a criação da “Casa Escola O Infantil do Bom Senso” de Dourados se deu pelo Decreto nº 2328, de novembro de 1974, projeto estadual maior que também foi implantado em cidades sede: Cuiabá, Campo Grande, Três Lagoas, Corumbá e Aquidauana. Assim, primeiro a CEOIBS Dourados entrou em funcionamento a 4 de fevereiro de 1974, depois foi integrada à EECA a 7 de junho de 1974, e só em novembro de 1974, foi “criada” legalmente mediante decreto do governador.

Nesse caso, possivelmente o que ocorreu foi que “as repostas governamentais, mesmo quando insatisfatórias, acabam por criar uma situação de fato que ajuda a legitimar o direito a um determinado tipo de serviço por parte da população” (CAMPOS, 1989, p. 18). As demandas sociais pela educação pré-escolar no município de Dourados impulsionaram o Governo de Estado de Mato Grosso à criação e legalização do projeto maior intitulado de “Casa Escola O Infantil do Bom Senso”, conforme vimos.

A integração da CEOIBS de Dourados à EECA é um diferencial que identificamos em relação às unidades da Casa Escola investigadas por Silva e Rosa (2001), porquanto:

Toda documentação da casa-escola – planejamentos, relatórios de atividades, relatórios de gastos, lotação de professoras – era enviada diretamente para a Secretaria [Estadual de Educação], pois ela era autônoma em relação ao Centro Educacional no qual funcionava, tanto que tinha dependências próprias para o funcionamento da parte administrativa: secretaria, coordenação e almoxarifado. Essa autonomia das *casas-escola* foi bastante ressaltada pelas professoras [entrevistadas], que consideravam essa questão como um ponto positivo do projeto. (SILVA & ROSA, 2001, p. 242 – Grifo das autoras)

As autoras analisam que essa pretensa “autonomia” vem “revelar o caráter de “apêndice” que marcou a educação pré-escolar pública no Brasil até o final dos anos de 1980, mais especificamente até a Constituição de 1988” (SILVA & ROSA, 2001, p. 243 – Grifo das autoras). A esse respeito Rosemberg (1992, p. 27 apud SILVA & ROSA, 2001, p. 243) aponta que é provável que uma das consequências desse modelo “tenha sido situar a pré-escola dentro e fora do sistema educacional. A imagem que se afigura é a de um apêndice, podendo ser extirpado sem que o corpo padeça por sua falta. Não se tratou a pré-escola como um nível educacional mas como um programa, um pacote”, ou seja, para além da questão espacial onde acontecia seu funcionamento, politicamente pelo Governo Público, a educação pré-escolar foi tratada como um apêndice concreto no período citado.

A CEOIBS de Dourados pode ser caracterizada, portanto, como um “apêndice” ou uma “extensão” da EECA, como citado no Processo nº 1.6521, de 13/16 de setembro de 1983, que solicita a construção de salas de aula pré-fabricadas para o funcionamento da pré-escola. Durante os doze primeiros anos, de 1973 a 1986, a CEOIBS funcionou em espaços “improvisados”, ou seja, em casas alugadas que eram adaptadas às condições de escola.

Quanto à “autonomia” presente nas unidades das Casas Escolas pesquisadas referidas por Silva e Rosa (2001), a identificamos parcialmente na CEOIBS de Dourados, pois parece ter havido uma centralização e uma dependência administrativa desta à Escola Estadual Castro Alves. Desde o início do funcionamento das atividades da CEOIBS no atendimento às crianças, esta possuía uma Coordenação diretamente submissa à mesma Direção da EECA (CURSO SUPLETIVO, 1973, s/p.). Direção que inclusive presidia, senão todas, mas as mais importantes reuniões e de caráter mais administrativo como, por exemplo, uma reunião de 20 de março de 1982, iniciada às 08:10, “de caráter pedagógico e administrativo sob a presidência da Diretora e representante da Agência Regional de Educação M. S. e professores presentes”, como registrado no Livro de Atas de Reuniões da CEOIBS de Dourados, que vai de 27 de setembro de 1979 a 1º de agosto de 1985.

Por esse Livro Ata de Reuniões da CEOIBS se vê que a participação da Diretora era esperada como, por exemplo, à reunião do dia 29 de abril de 1982, realizada às 08:00 horas, presidida por R. R. C., primeiramente “agradecendo aos pais as suas presenças e dizendo que a diretora impossibilitada de comparecer também agradece ao apoio dos senhores pais”, teve 140 (cento e quarenta) representantes presentes, dentre pais e responsáveis, cuja rubrica encontra-se ao final da Ata, sucessivamente. Verificamos um trânsito inverso, quer dizer, a Coordenadora da CEOIBS também participava de reuniões da EECA. O Livro Ata do Conselho dos Professores da EECA, com data de abertura a 31 de março de 1977, por

exemplo, registra que às 16:00 horas, na sala de professores da EECA aconteceu uma reunião que contou com a presença da Diretora da escola, D. A. e com a presença da “coordenadora da Casa Escola O Infantil do Bom Senso”, M. Z. de P. Igualmente, no mesmo Livro Ata é referido sobre a participação da coordenadora da Casa Escola em outras reuniões do Conselho dos Professores da EECA, no dia 21 de maio de 1977, no dia 7 de julho de 1977 e no dia 04 de abril de 1979.

Observamos que em datas anteriores uma interação entre a EECA e a CEOIBS em Dourados, presente no Livro Ata de Reuniões da EECA, de 1970-1980 como, por exemplo, no dia 21 de agosto de 1976, a reunião iniciada às 08:00 horas, tendo como objetivo principal organizar o Programa da Semana da Pátria, que aconteceria de 01 a 07 de setembro, resolveu-se que no dia 03, haveria a “participação dos alunos da Casa Escola com a bandinha rítmica e apresentação de cantos, declamações, danças típicas [...]”. Para o dia 4 de setembro, foi definido que a “Dança do “Roda-Pião – [seria] pelos alunos da Casa Escola. [...] Dança Paraguaia – pelos alunos do Pré-Primário. Bandinha - pelos alunos do Pré-Primário. [...] Dança do “Chico Bento” – pelos alunos do Pré-Primário. [...] Dança “Samba-lê-lê – pelos alunos do Pré-Primário”. E ainda, “Dança do “macunhê-lê” – pelos alunos do Pré-Primário”.

Salientamos, pelo exposto, uma interdependência e integração nas ações e decisões entre a EECA e a CEOIBS, ou seja, na organização do cotidiano escolar, bem como de um trânsito dentre o conjunto de sujeitos educacionais das duas instituições educativas. O que podemos considerar como “[...] espaços sociais destinados aos processos de ensino e de aprendizagem [...] elementos que conferem identidade à instituição educacional, ou seja, daquilo que lhe confere um sentido único no cenário social do qual fez ou ainda faz parte” (GATTI JÚNIOR & PESSANHA, 2005, p. 80).

A partir da década de 1980, as normas fixadas em dezoito artigos para autorização de funcionamento de Estabelecimento de Ensino que ministra Educação Pré-Escolar, além de outras providências foi regida pela Deliberação nº 53, do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, de 20 de março de 1980. Em seu Art. 1º, parágrafo 1º, estabelecia que: “Os objetivos da Educação Pré-Escolar deve guardar coerência com os fins da Educação Nacional, expressos na Lei Federal nº 4.024, de 20.12.61, e na Lei Federal nº 5.692, de 11.08.71, em consonância com os valores espirituais e humanísticos inerentes à Cultura Brasileira”. E ainda no mesmo artigo: “O Estabelecimento de Ensino, para oferecer Educação Pré-Escolar, deve satisfazer as normas da presente Deliberação”.

Já no Art. 2º prescrevia que: “Aplica-se esta Deliberação ao Estabelecimento que oferecer Educação Pré-Escolar exclusivamente ou juntamente com outros níveis de ensino”.

Sendo precisamente a situação da EECA quando passou a oferecer a Educação Pré-Escolar juntamente com outros níveis de ensino, quer dizer, com o ensino primário de 1ª a 4ª séries. Quanto ao porquê de a EECA assumir e crescer a Educação Pré-Escolar ao nível de ensino originalmente assumido desde sua criação, identificamos a justificativa de que: “é do nosso interesse mantermos nessa escola o ensino de Pré-Escolar devido a muita reprovação na 1ª série”, como aponta o Processo nº 16521, de 13 de setembro de 1983. Tal afirmação remete à discussão da função da Pré-escola como “paliativo” e confirma o investimento do Poder Público na Educação pré-escolar que desde a década de 1970 tencionava superar o fracasso escolar e os altos índices de repetência e evasão recorrentes na 1ª série do 1º grau (BRASIL, 1979; KRAMER, 1982; JOBIM E SOUZA, 1988).

Os processos de pedido de autorização para ministrar Educação Pré-Escolar, guardados no arquivo escolar da EECA, que eram montados e dirigidos ao Presidente do Conselho Estadual de Educação e à Coordenadoria Geral de Vida Escolar e de Rede Física, auxiliam a compreensão sobre o funcionamento da CEOIBS de Dourados. Pelos documentos investigados, a Autorização de Funcionamento era obrigatória. Portanto, para que pudesse manter a integração da CEOIBS, a EECA teve que montar processos solicitando essa autorização, sendo esta obtida mediante inspeção dos órgãos estatais administrativos que regulavam as questões educacionais. A Autorização era concedida por tempo indeterminado, conforme o Parágrafo Único, do Art. 11, da Deliberação nº 53/1980: “Bienalmente, o Estabelecimento de Ensino deve, sob pena de suspensão da autorização concedida, solicitar a visita do competente órgão de inspeção da Secretaria de Educação do Estado, cujo relatório é encaminhado ao Conselho Estadual de Educação”.

Após concessão de autorização de funcionamento: “O Estabelecimento de Ensino deve citar, em seus papéis oficiais, o documento de autorização”, como previa o Art. 13, da Deliberação nº 53/1980, e ainda no Art. 14: “As alterações do regimento, do número de vagas, do corpo docente e administrativo, assim como mudança da entidade mantenedora ou local de funcionamento, devem ser comunicadas ao Conselho Estadual de Educação no início de cada ano letivo”. Segue o disposto no Art. 9º, da Deliberação nº 53/1980, sobre a documentação a ser anexada no processo de solicitação de autorização de funcionamento:

- I – requerimento subscrito pelo representante legal da mantenedora;
- II – cópia oficial do documento que cria ou institui o Estabelecimento de Ensino que solicita Educação Pré-Escolar;
- III – estatuto da mantenedora, quando se tratar de entidade particular;
- IV – indicação do endereço do Estabelecimento de Ensino;
- V – indicação da capacidade de matrícula por classe e por turno;

- VI – planta baixa do prédio escolar, indicando as salas de aula, salas para administração, biblioteca, sanitários, cantina, área recreação e, no caso de classe maternal, local para repouso;
- VII – fotografia, em tamanho postal, da fachada principal e das demais dependências contidas no item VI deste artigo;
- VIII – indicação da anuidade e da remuneração do Corpo Docente e Administrativo da escola;
- IX – três vias do regimento interno do Estabelecimento de Ensino e cópia do calendário escolar;
- X – relação nominal dos funcionários e professores, função e qualificação acompanhada de documento comprobatório;
- XI – planejamento das atividades que serão propostas para o desenvolvimento da criança;
- XII – relação de equipamentos e material didático permanente, indicando espécie e quantidade;
- XIII – prova de capacidade financeira da mantenedora;
- XIV – título de propriedade do prédio ou contrato de locação ou autorização para uso do prédio e suas condições. (DELIBERAÇÃO Nº 53/1980)

Tal prescrição presente no Art. 9º, da Deliberação nº 53/1980, vem esclarecer encontrarmos na pesquisa de campo realizada no arquivo escolar da EECA a documentação dos Processos de Autorização de Funcionamento conjunta e não esparsa, o que contribuiu muito para que a história da CEOIBS de Dourados pudesse ser tecida, como a empreendemos.

A Autorização de Funcionamento nº 256, de 26 de dezembro de 1974 é a mais antiga que localizamos no arquivo escolar da EECA, sendo concedida nestes termos:

A Divisão de Inspeção e Serviços Técnicos de Ensino, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria 6821 de 26 de outubro de 1.973 da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso e em consonância com os princípios que regem a matéria; Resolve autorizar o a Escola Estadual de 1º. Grau “Castro Alves” sediada na cidade de Dourados à Rua Cyro Melo, nº 1483, neste Estado, a funcionar até ^{Pré-Escolar - Infantil do Senso} a IVª série do 1º. Grau, sob o nº 256 exarado às fls de nº 256 do livro nº 02 de Autorização de Escolas. (AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO Nº 256/1974 – ARQUIVO ESCOLAR EECA)

A transcrição do documento acima citado tentou dar a ideia de “sobreinscrição⁴⁸” com o qual o nome da Casa Escola foi registrado, ou seja, em uma entrelinha do texto. Este documento administrativo é datado a 26 de dezembro de 1974, expedido de Cuiabá, e assinado por duas representantes estatais, I. de O. C., Chefe da SPAE⁴⁹, e Profª. G. M., Chefe da DISTE.

⁴⁸ Na tentativa de melhor comunicarmos o que queremos dizer, aqui nos permitimos o emprego de um trocadilho, porquanto, o termo “subscrição”, significa ato ou efeito de subscrever(-se), do latim *subscriptio,ónis*, inscrição embaixo, e propomos o neologismo “sobreinscrição”, ou seja, inscrição em cima, sobreposta, haja vista que a preposição *sobre* em português se original do latim *super*, que quer dizer “sobre; além de; por cima; demais”, conforme (HOUAISS ELETRÔNICO, 2009, s/p.).

⁴⁹ Nada encontramos sobre o significado da sigla “SPAE” e “DISTE”.

A partir de 1986 até 1996 a EECA passou a solicitar a prorrogação de autorização de funcionamento do ensino pré-escolar. Os processos que solicitaram a Ratificação de Autorização de Funcionamento do Ensino Pré-escolar encontrados foram: O Processo nº 19848, de 17 de julho de 1986; O Processo nº 6704, de 18 de setembro de 1986; o Processo nº 13/011925, de 27 de setembro de 1996. A devolutiva a este último processo foi registrada por meio do Ofício nº 909⁵⁰, de 26 de novembro de 1996, sendo concedida a Ratificação de Autorização de Funcionamento do Ensino Pré-escolar até o término do ano letivo de 1998.

Pelo exposto, salientamos que a educação pré-escolar vinculou-se à EECA de 1974 a 1998, resguardadas as transformações seguramente havidas durante esse espaço de vinte e quatro anos, que ultrapassam o recorte temporal desta pesquisa, entre 1973 a 1986.

2.2 Os Espaços de Funcionamento da CEOIBS em Dourados

Embora Viñao Frago (1993-94b apud SILVA & PETRY, 2012) enfatizar sobre a importância de um lugar específico, cuja instalação e utilização caracterize as especificidades de dada instituição educativa e do ensino por ela promovido, Gonçalves (2012, p. 29) observa que “a definição de lugares próprios para educação, no entanto, não significou a garantia de espaços construídos com finalidade escolar, não significou ainda a existência de uma arquitetura escolar”. Nesse tópico, discutimos justamente a respeito do espaço físico e das instalações atípicas que comportaram o funcionamento da instituição pré-escolar pesquisada, cujos “lugar próprio para educação” não se deu em um “espaço construído com finalidade escolar”, nem ainda comportou uma “arquitetura” caracteristicamente escolar.

Um fator claramente problemático, mas não impeditivo de a EECA oferecer a Educação Pré-Escolar juntamente com os níveis de ensino que já ofertava centra-se no fato de não possuir edificações suficientes em seu espaço físico para o funcionamento da CEOIBS. A iniciativa senão ideal, mas real foi proceder à locação de casas a ser utilizadas para fins educativos, com o respaldo do Governo do Estado e da Secretaria Estadual de Educação. Situação que perdurou por doze anos, até o ano de 1986, quando após várias reivindicações, até com abaixo-assinado, finalmente se deu a construção de instalações para o atendimento do pré-escolar no espaço físico da EECA. Exemplificamos essa circunstância por meio de dois

⁵⁰ Esta última Ratificação de Autorização de Funcionamento do Ensino Pré-escolar concedida e assinada por três mulheres, marca a presença do gênero feminino sobressaindo na administração da educação pública em Mato Grosso do Sul naquele período: M. L. A., Técnica NIVE/DVE/SUAE⁵⁰/SED; por K. M. A. M., Chefe do Núcleo de Inspeção e Vida Escolar/DIVE/SUAE/SED; e pela Professora C. H. S. P., Diretora de Vida Escolar SUAE/SED.

contratos de locação guardados no arquivo escolar EECA. O primeiro data de 12 de janeiro de 1980, e foi celebrado pelo Estado de Mato Grosso do Sul, com prazo de vigência anual, publicado posteriormente em extrato no Diário Oficial do Estado, como segue.

O Termo de Contrato de Locação nº 037/1980, contendo um total de 15 Cláusulas foi realizado entre a proprietária, Z. F. B. e e por J. C. da F., Secretário de Estado de Educação, como representante Locatário, na presença de duas testemunhas, relativo à locação de uma casa situada à Rua Hilda Bergo Duarte, nº 429, conforme transcrito no Registro de Imóveis da Comarca de Dourados, sob nº 7.044, Livro 24, Folha 189, na forma do inciso VIII, do artigo 8º, do Decreto nº 19, de 1º de janeiro de 1979. Na Cláusula Primeira se lê: “O imóvel ora locado destinar-se-á [à] extensão da Escola Estadual de 1º Grau Castro Alves e é constituído de 05 salas, 03 banheiros e 01 cozinha”. Aqui novamente encontramos a CEOIBS sendo assumida em um documento como uma “extensão” da EECA, portanto, como um “apêndice” (ROSEMBERG, 1992).

E na Cláusula Segunda: “O prazo de vigência deste contrato é de 01 de janeiro de 1980, e o seu término no dia 31 de dezembro de 1980”. Na Sub-Cláusula Segunda do Contrato é firmado um acordo entre as partes relativo à prorrogação automática e sucessiva do mesmo “com aluguel reajustável de acordo com o Índice das obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, se qualquer das partes não manifestar com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término da vigência em curso, o desejo da não prorrogação do presente contrato”. Sendo que na Cláusula Terceira foi estipulado o valor do aluguel: “O valor mensal de locação no primeiro ano de vigência é de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros mensais)”.

Sendo que o “prazo de vigência deste contrato é de 01 de janeiro de 1980, e o seu término no dia 31 de dezembro de 1980”, conforme sua Cláusula Segunda. Realizamos um cruzamento de fontes com o Livro Ata de Reuniões da CEOIBS, que cobre o período de 1979 a 1985, na qual localizamos a primeira reunião do ano letivo da Casa Escola, que ocorreu no dia 14 de fevereiro de 1980, destinada:

[...] a dar todos os avisos e esclarecimentos referentes à Casa Escola aos pais dos alunos. Inicialmente, a Coordenadora cumprimentou todos os presentes e iniciou falando sobre os objetivos da Casa Escola e depois falou o motivo da mudança da Casa Escola para o novo endereço, procurou uma casa visando o melhor bem estar das crianças, pediu desculpas se não agradou a todos. (ATA DE REUNIÕES DA CEOIBS, de 1979 a 1985 – ARQUIVO ESCOLAR EECA)

Ao final da reunião, “a auxiliar de Coordenação explicou o formulário que foi distribuindo para todos os presentes, pois nele explicava tudo sobre os primeiros dias de

convivência na Casa Escola”. Participaram desta reunião 95 (noventa e cinco) pessoas, conforme assinaturas ao final da ata. No mesmo Livro Ata de Reuniões da CEOIBS/1979-1985, nas reuniões dos dias 03 e 04 de dezembro de 1980, há respectivamente o registro do informe que foi dado aos pais e/ou responsáveis de que: “[...] a matrícula será do dia 11 a 19 de Dezembro e que venham confirmar a vaga do seu filho se for estudar nesta escola e também iremos mudar não sabemos o local [...] e o início das aulas não temos data marcada, e que procure o novo endereço”, e “[...] não sabemos onde vamos mudar e quem souber de uma casa que nos informe”. Significando que o funcionamento da CEOIBS para o próximo ano, em 1981, já não se daria mais na mesma casa e que desconheciam em que local iria funcionar.

Figura 5 – Vista frontal de uma casa alugada onde funcionou a CEOIBS em Dourados



Fonte: Imagem encontrada no Processo de Autorização de Funcionamento nº 02577/1981, no arquivo escolar da EECA.

Na Figura 5, acima, pode ser visualizada a casa situada a Rua Hilda Bergo Duarte, nº 429, como anteriormente exposto. A imagem mostra a fachada de uma casa de alvenaria, em muito boas condições de manutenção, murada e gradeada, apresentando um telhado recoberto com telhas de barro, pintada de branco, e recuada aproximadamente uns três metros da rua, que parece ser asfaltada. Na casa se vê uma janela de ferro e vidro, de abertura frontal, atrás

da qual aparece uma cortina, e um pequeno *hall* de entrada que dá acesso a porta frontal. Do lado direito de quem olha, há um painel a guisa de muro, pintado com a gravura de uma casa “sorridente”, junto a qual se lê a inscrição: “Casa Escola O Infantil do Bom Senso”, diferencial que indica a particularidade educativa em relação à utilização da casa. Atrás da qual se vislumbra uma área de não mais de três metros de largura, recoberta com telhas de amianto. Ao fundo, ergue-se uma estrutura de alvenaria que sustenta uma caixa d’água, com canos de encanamento de água. Defronte a casa ergue-se um poste de luz de ferro, que sustenta fiação da instalação elétrica puxada da rua. Isso demonstra que à época já havia energia elétrica, água encanada e, possivelmente, saneamento básico em Dourados.

Figura 6 – Sala de aula de Jardim da Infância e de Pré-Alfabetização, em 1981



Fonte: Imagem encontrada no Processo de Autorização de Funcionamento nº 02577/1981, no arquivo escolar da EECA.

Para finalizar a análise da casa alugada situada a Rua Hilda Bergo Duarte, nº 429, em seu interior visualizado por meio de fotografias contidas no Processo de Autorização de Funcionamento nº 02577, de 27 de fevereiro de 1981, como apresentado na Figura 6, acima, observa-se duas salas de aulas improvisadas, para uma turma de Jardim da Infância e outra para a Pré-Alfabetização. Pela inscrição se lê no papel que havia nesta Casa Escola duas salas iguais para turmas de Jardim da Infância e três salas iguais para a Pré-Alfabetização. No entanto, não fazemos ideia de como eram os espaços da casa para organização de tais salas.

Dentre os dados passíveis de leitura das duas imagens da Figura 6, acima, notamos que a sala do Jardim da Infância era organizada em um espaço improvisado, que deveria servir originalmente a uma garagem, delimitados pela placa de alumínio do lado avesso à inscrição de entrada “Casa Escola O Infantil do Bom Senso”, vista externamente. Encostado na parede vê-se uma lousa. No Jardim da Infância contamos 20 (vinte) crianças com características físicas “brancas” predominantemente, cujo uniforme é um avental. Parece que a fotografia foi tirada de “surpresa”, pois só algumas olham na direção da pessoa que registrou a imagem, enquanto que as outras estão de cabeça abaixada, concentradas na atividade que desenvolvem sobre a mesa. Notamos que o tamanho do mobiliário de madeira é adequado ao tamanho das crianças, sendo distribuídas cinco crianças para cada mesinha.

Quanto à turma de Pré-Alfabetização, o tamanho da sala é apertado, demonstrando um espaço pouco iluminado e entulhado, no qual as crianças mal podem se mover. As crianças aparecem uniformizadas com um tecido de cor igual, mas as meninas usam jardineira e os garotos uma camisa de gola e botões. As crianças parecem agrupadas de cinco em cinco nas mesas e cadeiras, em tamanho adequado ao seu tamanho. A maior parte das crianças são brancas, mas há uma criança com características nipônicas. Chama a atenção um menino que faz uso de óculos, provavelmente com dificuldades visuais. A professora é jovem e branca, na casa dos vinte anos, e traja uma camisa verde, com gola e botões, e uma saia de brim azul abaixo dos joelhos, com um cinto preto e fino, no cóis da saia. Nessa imagem é a professora que parece desfocar o olhar da direção em que a pessoa que fez o registro fotográfico, pois as crianças olham na mesma direção e só a professora que não. Na parede acima da lousa se nota o que parece uma plaquinha de madeira destacando a letra “C” em formato garrafal. A escrita com giz na lousa [pintada] verde na parede demonstra promover, em alguma medida, alfabetização, pois se lê: “cu – caiu – cama”. Há varais na sala de aula, com prendedores para expor as atividades dos(as) alunos(as). Diante disso, destacamos uma “preocupação com a disposição dos objetos na sala e a localização do professor” (GONÇALVES, 2012, p. 45).

Na Ata de Reuniões da CEOIBS de Dourados, de 1979-1985, de 20 de fevereiro de 1981, há indicação de que as cores dos uniformes eram diferentes de acordo com o nível da turma: “O uniforme do Jardim I é azul do pré-alfabetização vermelho todos com camiseta amarela”. No cruzamento dessas duas fontes notamos correspondência, pois o uniforme das turmas de Jardim da Infância e Pré-Alfabetização conferem com a menção da ata.

De acordo com outras fotografias analisadas, encontradas anexadas ao Processo de Autorização de Funcionamento nº 02577/1981, relacionamos os demais espaços do interior desta casa, que continha: a) 1 sala para a Coordenação, na qual se vê 1 escrivaninha de madeira com 1 cadeira, 1 estante de madeira, contendo alguns livros na parte superior. Essa fotografia foi colada no processo de cabeça para baixo. b) 1 sala para a Secretaria, na qual há 2 escrivaninhas de madeira, com 1 cadeira em cada uma, 1 máquina de datilografia, 1 armário de aço do tipo arquivo, contendo quatro gavetas. As paredes da sala são revestidas de azulejos até a altura da janela. c) 1 sala para as professoras, na qual se vê 2 armários de aço do tipo arquivo, com quatro gavetas cada um; sobre esses armários foram coladas na parede tiras grande de papel branco, em cada uma das quais está uma inscrição (Processos Recebidos, Prestação de Contas, Planejamento Bimestral, Relatórios, Ofícios Recebidos, Ofícios Enviados, Relatórios de Frequência, Diversos Enviados, Ofícios Recebidos, Diversos Recebidos), 1 escrivaninha de madeira com 1 cadeira, sobre a qual há um cinzeiro em um dos cantos; 1 carteira com 1 cadeira; 1 máquina de datilografia. As paredes da sala são revestidas de azulejos até teto. d) 1 sala para o Almoxarifado, revestida de prateleiras do chão ao teto, contendo nichos de vários tamanhos, nos quais se nota muitos materiais, possivelmente pedagógicos, encaixotados em caixas de vários tamanhos. Em um nicho das prateleiras, por exemplo, estava cheio de rolos de barbante e materiais de limpeza, como álcool e bacias de alumínio, e de higiene, como papel higiênico. Essa fotografia também foi colada no processo de cabeça para baixo. e) 1 banheiro, azulejado no chão e no teto, com diferentes formatos e desenhos, um vaso sanitário de louça, com tampa de plástico, sobre o qual estava uma válvula hidra de descarga em inox, um suporte com um rolo de papel higiênico, um bidê de louça, junto ao qual havia uma mesinha, sobre a qual tinha um espelho médio, encostado na parede.

No total, as imagens mostram cinco cômodos (Coordenação, Secretaria, sala para as professoras, Almoxarifado), mas apenas um utilizado como sala de aula, para a Pré-Alfabetização. Esse número de peças confere com o descrito da Cláusula Primeira do Contrato de Locação nº 037/1980, o qual refere ainda a existência de três banheiros, porém, a foto mostra apenas um banheiro. Quanto à cozinha, não foi mencionada no processo descrito.

Por meio do Livro de Matrícula de Aluno, de 1974 a 1980, e por outro Livro de Matrícula de Alunos do período de 1980 a 1982, depreendemos que no ano de 1980 foram matriculadas 247 alunos(as) no total, nos períodos matutino e vespertino, como veremos no próximo capítulo. Diante desse considerável quantitativo de alunos(as), interrogamos, pois, de que maneira foram organizadas improvisadamente duas turmas de Jardim da Infância e três turmas de Pré-Alfabetização, no espaço de uma casa já improvisada para ser utilizada com propósitos educativos?

O outro Contrato de Locação que analisamos se organizou mediante o Processo nº 07060, de 6 de abril de 1984. Documento contraditório, pois em seu cabeçalho consta: “Termo de contrato de locação de imóvel sito à Rua Dr. Nelson de Araújo, nº 188 no município de Dourados, que entre si fazem W. F. [Locador], e o Estado de Mato Grosso do Sul”. Por este documento, a 1 de fevereiro de 1984, “o ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, através da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, entidade de direito público estadual, [...] neste ato representado por seu Secretário de Estado de Educação Dr. L. N. da C., doravante denominado simplesmente LOCATÁRIO”. Locador e Locatário “assinam o presente Contrato de Locação do imóvel sito à Rua Dr. Nelson de Araújo, nº 1.170, no município de Dourados”. No referido Contrato aparece numeração divergente: nº 188 e nº 1.170, bastante diferente para supormos ter ocorrido apenas um erro de datilografia. Sinalizamos aqui essa incógnita.

O Contrato de Locação contido no Processo nº 07060/1984, do imóvel locado na Rua Dr. Nelson de Araújo, na Cláusula Primeira regulamenta que: “O imóvel ora locado, destinar-se-á à **instalação para parte da Escola Estadual de 1º Grau CASTRO ALVES**” (Grifo nosso). O imóvel era “constituído das seguintes dependências: (03) três quartos (01) uma sala (02) dois banheiros (02) duas copas/cozinhas (02) corredores (01) uma garagem e (02) duas peças na parte dos fundos”, portanto, uma residência considerada de porte médio.

Na Cláusula Segunda, é acordado o prazo de vigência do Contrato de “06 meses com início em 01 de fevereiro de 1984 e término em 31 de julho de 1984”. Na Sub-Cláusula Segunda, firma-se a possibilidade de prorrogação automática e sucessiva do Contrato, sendo o “aluguel reajustável de acordo com o Índice das obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, se qualquer das partes não manifestar com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término da vigência em curso, o desejo da não prorrogação do presente contrato”. Enquanto que na Cláusula Terceira consta que o valor do aluguel mensal foi firmado a um preço de “Cr\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil cruzeiros mensais)”. Este Contrato de Locação possuía 15 Cláusulas, ao final das quais assinaram o Locador e o representante Secretário de Estado de Educação como Locatário, na presença de uma testemunha.

da Praça Antonio João até a EECA; ao Norte, temos a Rua Municipal, atual Rua Ciro Melo, a rua de acesso a parte frontal da EECA; e, ao Sul, a Rua Campo Grande, que atualmente se denomina Rua Pref. João Vicente Ferreira, demarcando os fundos da EECA.

Considerando os Contratos de Locação supracitados, aquele realizado em 1980, tinha a casa alugada para o funcionamento da Casa Escola situada a Rua Hilda Bergo Duarte, nº 429, localizada a uma distância de dez quadras à esquerda em relação à EECA; enquanto que o contrato de 1984 apresenta a casa alugada situada a Rua Dr. Nelson de Araújo, nº 188/ou nº 1.170, localizada a oito quadras à esquerda em relação à da EECA, como pode ser visto acima, na Figura 7. O que demonstra uma distância considerável das casas locadas em relação à EECA, que provavelmente contribuiu para dificultar tanto a administração da CEOIBS pela mesma direção da EECA, quanto a interação de alunos(as) de ambas as instituições.

Tais investigações sobre casas locadas ensejam a discussão em torno da questão de como se dava a manutenção da CEOIBS de Dourados. E, sendo os tais contratos realizados pelo Estado de Mato Grosso do Sul, supomos que as despesas oriundas do funcionamento da Casa Escola estiveram a cargo do Governo de Estado. Fato que pode ser visualizado na Deliberação nº 53/1980, do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, determina no Art. 5º que: “Estabelecimento de Ensino que ministra Educação Pré-Escolar, [é/será] mantido pelo Poder Público”. Auxiliando a elucidar tal questionamento, Silva e Rosa (2001), afirmam que quanto à manutenção das Casas Escola referidas no projeto maior:

[...] era garantida com recursos provenientes do governo do Estado – como qualquer outra escola – e complementada por uma contribuição financeira mensal dos pais, que *pagavam o que podiam*. De tudo que se arrecadava, 40% eram destinados pra o Fundo Estadual de Educação – que mantinha uma conta bancária para esse fim – e os outros 60% eram destinados a aplicação na própria casa-escola. Essa contribuição era significativa e garantia a compra de mobiliário, materiais permanentes e de consumo, e era muitas vezes o que assegurava a qualidade do trabalho. (SILVA & ROSA, 2001, p. 243 – Grifo das autoras)

Em relação à manutenção da CEOIBS de Dourados, há alguns indícios de que a Caixa Escolar, obrigatório, conforme a Ata de Reunião da EECA, de 27 de fevereiro de 1970 a 12 de abril de 1980. No dia 20 de novembro de 1971, se lê que “a taxa escolar deve ser cobrada 10 meses por ano. É uma obrigação que o aluno tem com a escola”. Na mesma Ata é dito que a Caixa Escolar era regulada por estatuto, como consta que no dia 17 de fevereiro de 1973, o Diretor J. L. C. T. “leu em voz alta o Estatuto da Caixa Escolar, e em seguida, foi, por meio de votação, escolhida nova diretoria que ficou assim constituída: presidente, M. das N. de S.; secretária, M. C.; tesoureira, T. A., as quais tomaram posse dos respectivos cargos, logo após

a contagem dos votos”. Igualmente, na Ata de Reunião da CEOIBS de Dourados, de 1979 a 1985, na qual em uma reunião que aconteceu no dia 14 de fevereiro de 1980, há uma orientação sobre cobrança das “contribuições” a ser paga em dez parcelas: “Quanto as mensalidades que serão dez, vencerá cada dia 20 do mês corrente”.

Por meio de documentos administrativos do Departamento Regional de Educação e Cultura (DREC), de Mato Grosso Uno, organizados no Centro de Documentação Regional (CDR) da UFGD, localizamos um depósito no valor de Cr\$ 84,50 realizado no dia 17 de maio de 1974, pela CEOIBS de Dourados, no Banco do Estado de Mato Grosso S.A. (BEMAT), para crédito do Fundo Estadual de Educação, dado este também referido pelas pesquisas de Silva e Rosa (2001) nas Unidades da Casa Escola em Aquidauana, Corumbá e Campo Grande, que vem confirmar que a obrigatoriedade da contribuição para a Caixa Escolar era praticada, pelo menos na Unidade da Casa Escola em Dourados, tendo como um de seus objetivos, pelo menos com uma porcentagem arrecadada, a compor o Fundo Estadual de Educação à época.

Essa hipótese advém de informações colhidas na Ata de Reunião da EECA, de 27 de fevereiro de 1970 a 12 de abril de 1980, como, por exemplo, a providência a ser tomada com relação à aquisição de uniformes: “Os uniformes serão os mesmos do ano anterior, devendo comparecer uniformizados os alunos que já possuem ou que tenham possibilidades de comprar e os que não tiverem condições, receberão uniformes da Caixa Escolar, que se encarrega de comprar”, conforme registrado no dia 17 de fevereiro de 1973.

Entre os documentos encontramos uma “Relação da Contribuição dos Alunos”, com um carimbo da “Escola Estadual de 1º. Grau Castro Alves” e com o carimbo da Diretora D. A., com sua “AUT. Nº 145/80 CGVRE/SE” e sua assinatura. Essa relação foi organizada em um quadro, sendo listados os valores das contribuições da Caixa Escolar, o número de alunos e o total angariado.

As contribuições foram a partir de Cr\$ 5,00 a Cr\$ 120,00 – totalizando Cr\$ 16.695,00 – pela contribuição de 264 alunos da CEOIBS de Dourados. Não há indicativo algum de que período essa relação é referente, se mensal, bimestral, semestral ou anual. Embora essa relação não seja datada, há pistas de que foi após o desmembramento do Estado de Mato Grosso, com a criação de Mato Grosso do Sul, em 11 de outubro de 1977. Assim constatamos porque nessa relação há uma justificativa nesses termos:

Com a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, a Administração Central, que através do Decreto-Lei nº 57, de 19/03/79, publicado no Diário Oficial de 26/03/79, deu nova disposição a aplicação da Caixa Escolar.

A contribuição, que até então prendia-se a uma tabela, passa a ter carácter espontâneo, sem valores mínimos ou máximos pré-fixados; transferindo a responsabilidade da contribuição ao critério de cada um, numa abertura que representa especificamente a conscientização da comunidade no processo educativo.

Atendendo a esse Decreto-Lei a Casa Escola “O Infantil do Bom Senso” teve como realidade o quadro acima transcrito. (ATA DE REUNIÃO DA EECA, 1970-1980 – ARQUIVO ESCOLAR EECA)

Tal justificativa esclarece sobre mudanças havidas em relação a Caixa Escolar, após a divisão do Estado, que de obrigatória passa a ser facultativa ou espontânea, mas ainda assim, ocorria a contribuição dos alunos para a Caixa Escolar, como verificado, com o fito atingindo o esperado pela Administração Central, ou seja, a “conscientização da comunidade no processo educativo”.

Uma instituição educativa, portanto, pode ser entendida para além de seu espaço físico de funcionamento, em sua “[...] complexidade espaço-temporal, pedagógica, organizacional, onde se relacionam elementos materiais e humanos, mediante os papéis e representações diferenciados, entretecendo e projectando futuro(s), (pessoais), através de expectativas institucionais”. (MAGALHÃES, 1998, p. 61-62). Assim, a idealização de um novo espaço apropriado para o funcionamento da CEOIBS de Dourados surgiu de uma expectativa institucional que foi paulatinamente sendo abraçada pela comunidade escolar que passou a demandá-la até sua efetivação, como veremos no próximo tópico.

2.3 1986: o novo espaço para funcionamento da CEOIBS de Dourados

Ainda que não tenha existido desde sempre, mas demandada desde o século XVIII:

a construção de espaços adequados para o ensino, bem como a definição de tempos de aprendizagem, estava relacionada não apenas à possibilidade de a escola vir a cumprir as funções sociais que lhe foram crescentemente delegadas, mas, também, a produção da singularidade da instituição escolar e da cultura que lhe é própria (CARDOSO, 1998, apud VIDAL & FARIA FILHO, 2005, p. 42).

Para Gonçalves (2012, p. 29), “a arquitetura escolar [pode ser vista] como artefato cultural”, quer dizer, “ela emerge com força no processo de institucionalização da educação como tarefa do Estado, no transcorrer do século XIX ao XX”, portanto, importante elemento que contribui para que a escola cumpra as funções sociais que lhe são atribuídas. Como salienta Viñao Frago (1993-94b apud SILVA & PETRY, 2012, p. 29) “a instituição e o ensino só merecem tal nome quando se instalam e se realizam em um lugar específico [...] um lugar

especificamente pensado, desenhado, construído e utilizado única e exclusivamente para tal fim”. Assim, entre as categorias analíticas e conceituais fundamentais propostas por Magalhães (1998, p. 56), nesse tópico focalizaremos o “espaço (local/lugar, edifício, topografia)”, de modo a proceder a uma “problematização global da construção da escola como objecto historiográfico, desafiando à uma síntese conceptual, metodológica e de informação – cultura escolar” (JULIA, 1995, apud MAGALHÃES, 1998, p. 55).

Concluiremos esse capítulo com a discussão que entre os dados de nossa pesquisa emerge do principal problema analisado referente à questão da falta de um espaço adequado para abrigar a CEOIBS de Dourados, decorrendo daí reivindicações pela construção de salas de aula na área da EECA, sustentada como “a solução aos problemas espaciais” (VIDAL & FARIA FILHO, 2005, p. 47).

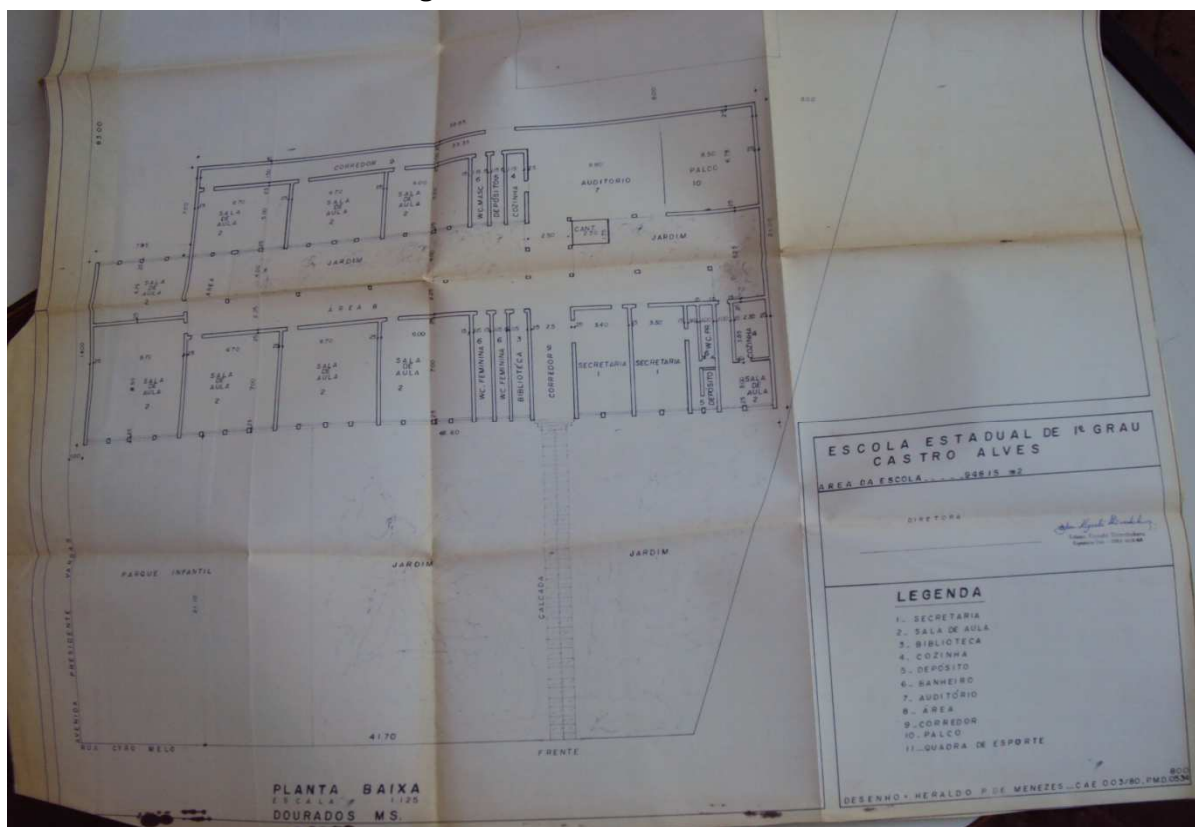
Devido ao fato da inextricável ligação entre a CEOIBS de Dourados à EECA, primeiramente refletimos a respeito das possíveis mudanças operadas no espaço físico da EECA, desde sua criação em 1966. Analisamos um registro que nos chamou a atenção, descrito no Processo de Autorização de Funcionamento nº 00429, de 16 de janeiro de 1981, por mencionar conjuntamente tanto o quantitativo de alunos da EECA quanto o da CEOIBS, nos períodos matutino e vespertino: “está sendo ministrado o ensino Pré-Escolar e 1º Grau – 1ª a 4ª série, num total de 720 alunos”, fato inédito em nossa pesquisa.

Diante desse dado, hipoteticamente refletimos que se do quantitativo de alunos descrito como sendo do ano de 1981, subtrairmos do total geral de 720 alunos matriculados, o total parcial de 223 alunos da CEOIBS, conforme pode ser conferido no próximo capítulo, teríamos então 497 alunos do 1º Grau – 1ª a 4ª série, quase uma média quase 250 alunos(as) do 1º Grau, por turno. Considerando que a 12 de março de 1966, a EECA foi projetada para comportar uma média de 210 alunos(as), por turno, em seis salas de aula, como noticiado no Jornal O Progresso⁵², questionamos: Como a EECA organizaria, por exemplo, uma diferença aproximada de mais 77 alunos(as) em seu espaço físico inicial?

Já no Processo nº 1.6521, de 13/16 de setembro de 1983, através do qual se solicita a construção de salas pré-fabricadas, alega-se como uma das justificativas a taxa de alunos da EECA e da CEOIBS, nos períodos matutino e vespertino: “está sendo ministrado o ensino Pré-Escolar e 1º Grau – 1ª a 4ª série, num total de 900 alunos”. Entretanto, a falta de registros do quantitativo de alunos da Pré-Escola no ano de 1986 impossibilita que procedamos a uma hipótese semelhante à realizada com relação ao ano de 1981.

⁵² Fonte: O Progresso, 12/03/1966, p. 5. Ano XV. Nº 725. Coleção Jornais e Boletins, Centro de Documentação Regional UFGD, de Dourados-MS.

Figura 8 - Planta baixa da EECA, em 1984



Fonte: Planta localizada no Processo nº 0760/1984, guardada no arquivo escolar da EECA.

Ante a probabilidade de que a EECA ampliou suas edificações para atender uma clientela crescente, pelos documentos levantados em nossa pesquisa identificamos o Processo nº 0760, de 06 de abril de 1984, e dentre seus anexos nos deparamos com uma planta baixa do Castro Alves, como pode ser vista na Figura 8, acima. Uma das justificativas para a ampliação emergencial elencadas no Processo nº 0760/1984, está que “o atual prédio com reduzido número de salas de aula, ou seja, 08 (oito) salas e demais dependências, uma sala está sendo utilizada como sala de aula, mesmo sem condições que deixam a desejar”, portanto, tal relato concorda com o representado pela imagem.

A Figura 8, acima, mostra oito salas de aula, ou seja, foram construídas mais duas salas de aula em seu espaço físico original de seis salas de aula. Além das demais dependências como: biblioteca, auditório, palco, secretaria, cozinha, depósito, área jardim e parque infantil, *hall* de entrada, quadra de esporte, numa área edificada que totaliza 948.15m². Destacamos que as dimensões da EECA permaneceram as mesmas até o ano de 2014, quando então a Escola passou por novas reformas de ampliação, reconfigurando sua fachada.

Por meio do Processo nº 0760/1984 é solicitado “um estudo rápido sobre a viabilidade de serem construídas junto a sede da escola as instalações do Pré-Escolar”. Além dos

Processos de Autorização de Funcionamento anteriormente analisados, no arquivo escolar da EECA também localizamos processos de solicitação para reforma e construção de salas de aula no terreno do Castro Alves que comportasse a instalação da CEOIBS e sua clientela escolar no mesmo espaço físico onde funcionava a escola.

Compondo o *corpus* documental desse item ainda temos alguns processos: o Processo nº 07060, de 06 de abril de 1984, mediante o qual é solicitada a ampliação emergencial da EECA; o Processo nº 03882, de 29 de março de 1985, que solicita reforma e construção de salas de aula na EECA; o Processo nº 16521, de 13/16 de setembro de 1983, através do qual se solicita a construção de salas pré-fabricadas.

O Processo de Autorização de Funcionamento da Educação Pré-Escolar nº 00429, de 16 de janeiro de 1981, por exemplo, refere dificuldades e transtornos em decorrência da inadequada estrutura da casa onde estava então instalada a Pré-Escola:

O atual prédio com um reduzido número de salas de aula, ou seja, 08 (oito) salas de aula e demais dependências, uma sala que está sendo utilizada como sala de aula, mais outra improvisada, portanto, num total de 10 (dez) salas de aula, mesmo em condições que deixam muito a desejar, abriga uma clientela escolar em número bastante considerável; [...] que alicerçados nesses referidos considerados e nas vivências educacionais desde 08/03/1966 (data da criação da escola) – Dec. nº 19, afirmamos com convicção ser insuficiente apenas 12 (doze) salas de aula. Justificamos, portanto, que o Centro Educacional a ser construído, possua no mínimo 16 (dezeses) salas de aula). (PROCESSO Nº 00429/1981 – ARQUIVO ESCOLAR EECA)

Mediante o Processo nº 0760/1984, que solicita a ampliação emergencial da EECA, figura dentre as justificativas que: “Em recente reunião os Pais de Alunos reivindicaram a Direção da Escola e a Agência Regional de Educação providências no sentido de construir as salas no prédio próprio, num imóvel que já é de propriedade do Estado e está em lugar centralizado da cidade”.

No mesmo Processo foi elencada uma lista de justificativas entendidas como plausíveis remetidas a L. N. da C., então Secretário da Educação. Transcrevemos o documento na íntegra por resumir e detalhar as muitas dificuldades enfrentadas pela CEOIBS de Dourados diante da falta de um espaço físico próprio e adequado ao funcionamento direcionado à sua clientela:

A Escola Estadual de Pré-Escolar e de 1º Grau “Castro Alves” a Rua Ciro Mello nº 1483 por falta de instalações em sua sede, obriga-se alugar outro local para o funcionamento do Pré-Escolar.
A Direção da escola e corpo docente juntamente coma Associação de Pais e Mestres, após acuradas observações, estudos e debates:

- Considerando que a distância entre sede e área locada dificulta o atendimento por parte da Direção.
- Considerando que o prédio onde funciona o pré-escolar é de difícil locomoção dos professores quando necessitam qualquer documento ou solução de algum imprevisto.
- Considerando a despesa com alugueis e adaptações, quase nunca condizentes com o trabalho a ser desenvolvido.
- Considerando que uma das metas do governo é a contenção de despesas.
- Considerando que a prioridade dada acertadamente por este governo ao pré-escolar como fundamental ao estudante de amanhã.
- Considerando que a deficiência e a precariedade sanitárias, dos banheiros um externo de acesso proibitivo em dias de chuva.
- Considerando a precariedade da área de lazer principalmente quando ocorrem precipitações pluviométricas.
- Considerando que o lazer é fundamental nesta fase educacional da criança.
- Considerando que a distribuição da merenda escolar fica prejudicada pela exiguidade de espaço encontrado no atual local de trabalho.
- Considerando as invasões e depredações em seu parque infantil e salas de aula fora do horário de expediente.
- Considerando o desperdício de material escolar e depreciação dos móveis a cada mudança feita.
- Considerando que na casa aluga é impossível fazer reuniões gerais de pais e mestres por ausência de salão adequado.
- Considerando que a exigência de bom desempenho por parte dos professores, implica em dar-lhes condições de trabalho.
- Considerando que o atual contrato de locação que iniciou-se em fevereiro, vence em julho, o que obrigará uma nova corrida por prédio e mudança.
- Considerando que existe atualmente na sede da Escola espaço físico ocioso. (PROCESSO Nº 0760/1984 – ARQUIVO ESCOLAR EECA)

Desse modo, seria feita uma solicitação por um espaço próprio que estudasse a “viabilidade de ser construídas junto a sede da escola as instalações do Pré-Escolar”. Vários pontos problemáticos foram elencados, de modo mostrar um conjunto de dificuldades enfrentadas pela Educação Pré-Escolar à época, diante da falta de um espaço físico adequado ao seu funcionamento.

Dentre os transtornos citados realçaremos um: “Considerando as invasões e depredações em seu parque infantil e salas de aula fora do horário de expediente”, posto remeter às discussões em torno da necessária promoção da segurança dos espaços físicos das instituições e órgãos públicos, em qualquer período de sua história.

Posteriormente, no Ofício nº 60, de 06 de setembro de 1985 e no Processo nº 24339, de 26 de setembro de 1985, são apresentados como argumento à solicitação de construção de salas para que a pré-escola funcione no mesmo espaço físico da EECA algumas dificuldades da diretoria e do corpo administrativo devido ao fato de o pré-escolar: “por várias vezes já foi obrigado a mudar de prédio ocasionando um grande desgaste do material humano, e físico. A

direção fica sobrecarregada e as vezes impedida de desenvolver um bom trabalho. O corpo administrativo se vê impossibilitado de atender as “duas escolas”” (Grifo do original).

Em meio a tantas situações problemáticas geradas a partir do problema principal de falta de espaço físico para funcionamento da CEOIBS, além das ações da EECA em prol de providências que solucionassem tal fato, elegemos a hipótese de que a participação dos pais e responsáveis adensou o rol das reivindicações, num claro empoderamento social⁵³.

Cabe realçar um significativo movimento reivindicatório, manifestando esse empoderamento social retratado pela participação da comunidade escolar em torno de um interesse comum, representado por um Abaixo Assinado, endereçado ao Dr. L. N. da C., Exm^o Sr. Secretário de Educação, realizado através do Processo nº 03882, de 28 de março de 1985, nesses termos:

Escola Estadual de Pré-escolar e 1º Grau “Castro Alves, a rua Ciro Melo nº 1483, por falta de instalações em sua sede, obriga-se alugar outro local para o funcionamento do Pré-Escolar.

A Direção da escola e corpo docente juntamente coma Associação de Pais e Mestres abaixo assinado vem solicitar a V. S^a. uma solução rápida sobre a viabilidade de uma reforma no prédio e construção de 08 salas de aulas para abrigar o Pré-Escolar.

Na certeza de sua preocupação e acolhida que sempre nos dispensou, em nossas reivindicações, desde já agradecemos.

Atenciosamente. (PROCESSO Nº 03882/1985 – ARQUIVO ESCOLAR EECA)

O documento foi carimbado e assinado pela Diretora, M. Z. de P., uma das concluintes do “Curso Supletivo de Treinamento com Participação Comunitária para Professoras da Casa Escola O Infantil do Bom Senso”, que aconteceu de 21 de novembro de 1973 a 12 de janeiro de 1974, e também uma das primeiras professoras da CEOIBS de Dourados, ou seja, em 1985 essa profissional docente já estava a doze anos participando da escrita dessa instituição de Educação Pré-Escolar. O Abaixo Assinado contou com 189 (cento e oitenta e nove) assinaturas, evidenciando o dito popular de que “a união faz a força”.

Retomamos o Processo nº 0760/1984, para referir que nele foi anexada a Figura 9, abaixo, com uma imagem da fachada da escola sede e da área onde seriam construídas as salas para a Casa Escola.

⁵³ Queremos significar com empoderamento social dar poder a uma comunidade, fazer com que tudo seja mais democrático, que a população em geral tenha poder, que a comunidade tenha também mais riqueza e capacidade. O empoderamento social pode ser entendido como um processo pelo qual podem acontecer transformações nas relações sociais, culturais, econômicas e de poder. Disponível em: <<http://www.significados.com.br/empoderamento/>>. Acesso em: 05 jan. 2015.

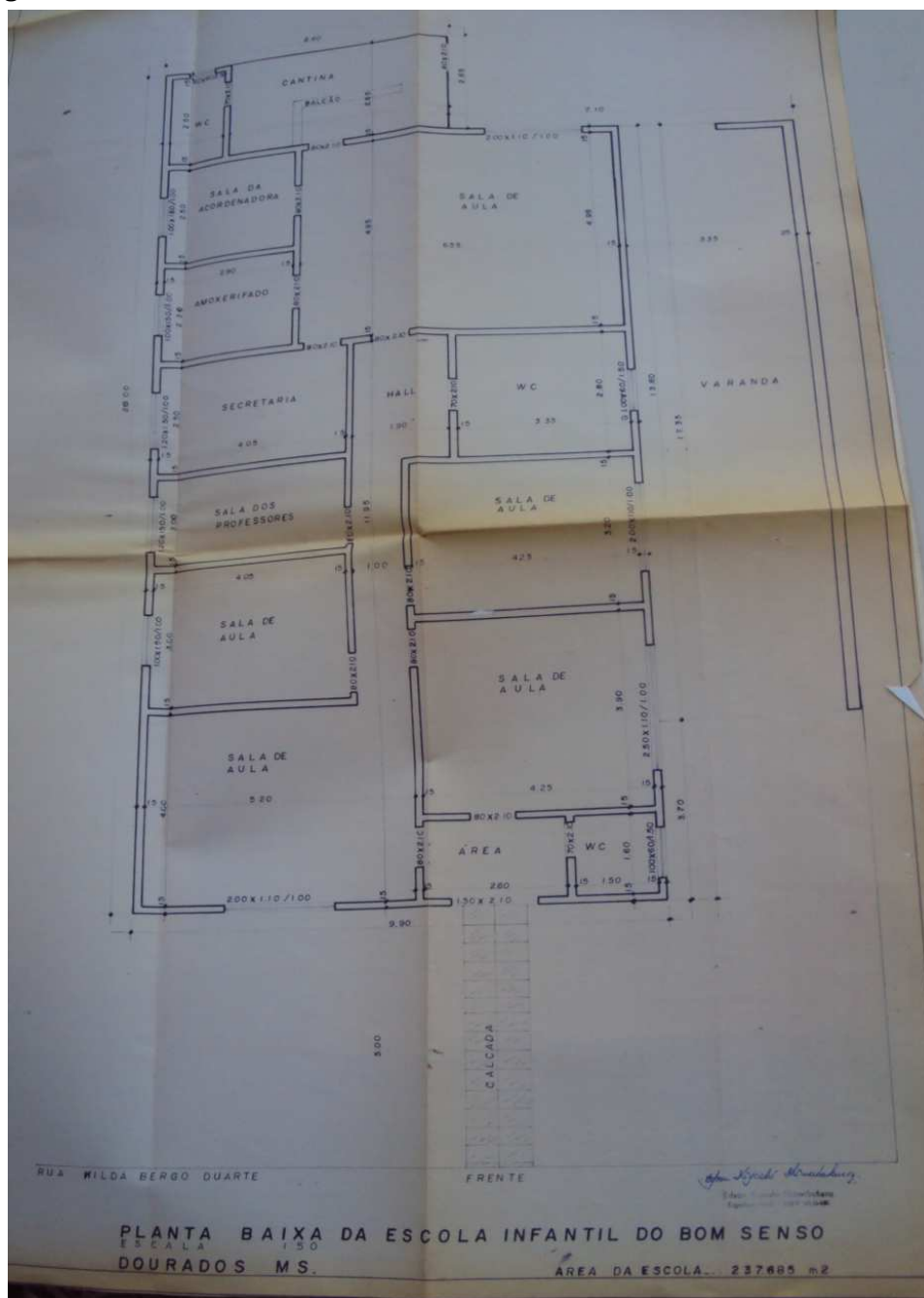
Figura 9 – Fachada da EECA e área para a construção de salas para a CEOIBS



Fonte: Imagem localizada no Processo nº 07060/1984, guardada no arquivo Escolar da EECA.

Na Figura 9, acima, visualizamos o *hall* de acesso principal da EECA, na frente da qual se nota um local para estacionamento com cinco veículos estacionados. E também uma mureta baixa com pilares, porém, sem a finalização do alambrado e sem o portão. Consideramos, pois, conforme registrado na planta baixa da EECA, em 1984, da Figura 9 analisada, que esse espaço frontal da EECA deveria ser composto de jardim e parque infantil, mas, como se vê, diverge do idealizado. Igualmente, na imagem inferior, observamos a “área reservada para construção das cinco novas salas (Projeto avulso)”, ou seja, uma grande extensão gramada nos fundos da EECA e ao lado da quadra de esportes.

Figura 10 – Planta Baixa da “Casa Escola O Infantil do Bom Senso” de Dourados



Fonte: Planta baixa localizada no Processo nº 0760/1984, guardada no arquivo escolar da EECA.

Em suma, ao Processo nº 0760/1984, que solicitou a ampliação emergencial da EECA, foi anexado a planta baixa da Casa Escola O Infantil do Bom Senso de Dourados, como dispomos na Figura 10, acima. O tamanho da edificação idealizada era de 237,685 m², com acesso frontal pela Rua Hilda Bergo Duarte, com recuo a 5 metros da rua. Apresenta que a divisão do espaço seria composta por 01 *hall* de entrada, 05 salas de aula, 01 sala de professores, 01 sala do coordenador, 01 sala de secretaria, 01 cantina, 01 almoxarifado, 1 varanda lateral coberta nas dimensões de 13,60 X 3,35 m² e 03 banheiros.

O primeiro Parecer da Agência Regional de Educação de Dourados às reivindicações supracitadas para construção de um espaço para a CEOIBS de Dourados a que chegamos, encontra-se no Processo nº 16521, de 13/16 de setembro de 1983, que solicita a construção de salas de aula pré-fabricadas para o funcionamento da pré-escola, assim redigido:

Face ao anexo de considerações que a Direção da Escola apresenta, cujas considerações são reais e portanto são avalisadas por esta Agência. Somos de parecer que seja atendida a solicitação da Escola Estadual de Pré-escolar e de 1º Grau Castro Alves; ou que, ao construir a nova escola prevista para o Jardim Manoel Rasselen nas imediações do BNH 4º. Plano, Campo Dourado e Água Boa, seja transferida a Escola Pré-Fabricada do BNH 4º. Plano para a Escola Estadual de 1º Grau Castro Alves. (PROCESSO Nº 16521/1983 – ARQUIVO ESCOLAR EECA)

Essa foi a resposta “favorável” da Agência Regional de Educação de Dourados, a 09 de setembro de 1983, sugerindo como “solução” ao impasse da construção reivindicada a reutilização de estruturas pré-fabricadas que seriam refugadas de outra escola que seria contemplada com novas instalações. Outra réplica nada animadora à reivindicação para construção de dependências para a Casa Escola a defrontamos através do Processo nº 13/03882, de 30 de abril de 1985 que dispunha sem previsão certa do atendimento da solicitação:

Informamos que a referida escola encontra-se listada para ampliação, aguardando apenas os recursos para o atendimento. Consideramos justa a reivindicação do Senhor Diretor, corpo docente e Associação de Pais e Mestres porem ressaltamos que ao Estado compete por força de lei, dar prioridade ao ensino de 1º Grau, alcançando crianças na faixa etária de 07 a 14 anos. [...] há outras solicitações, também preponderantes e relevantes oriundas da [...] ARE⁵⁴, as quais entendemos devam ser atendidas urgente e prioritariamente.[...] Isto posto, comunicamos que as reivindicações encaminhadas serão analisadas e o atendimento será desenvolvido na medida do possível e dentro das prioridades. (PROCESSO Nº 13/03882/1985 – ARQUIVO ESCOLAR EECA)

Esta devolutiva foi assinada por M. A. M., Diretora da Vida Escola/CGVERF⁵⁵/SE, conforme carimbado no documento. Quanto competir “ao Estado compete por força de lei, dar prioridade ao ensino de 1º Grau, alcançando crianças na faixa etária de 07 a 14 anos”, era respaldado no Art. 19, da LDB 5692/1971, que fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º Grau. Não privilegiando, portanto, o pré-escolar e deixando uma lacuna ambígua com relação aos meios pelos quais se dariam a efetivação da Educação Pré-Escolar.

⁵⁴ Agência Regional de Educação de Dourados, à época.

⁵⁵ Não encontramos o significado da sigla: CGVERF.

Diante da expectativa geral em torno da tão esperada construção das salas para abrigar a Casa Escola, no Livro Ata de Reuniões da CEOIBS, com início a 15 de fevereiro de 1986 e término a 07 de agosto de 1987, na reunião do dia 19 de fevereiro de 1986 é referido: “mais que nunca a certeza de que mudaremos em julho para o prédio novo solucionando assim uma séria digo uma série de problemas”, ou seja, o projeto de construção estava, enfim, sendo viabilizado.

Concorrendo para completar o marco temporal de nossa pesquisa, localizamos uma ficha de Relatório de Inspeção, do Estado de Mato Grosso do Sul, da Secretária de Educação, Coordenadoria Geral de Vida Escolar e Rede Física, Diretoria de Vida Escolar, Núcleo de Inspeção, que mediante o Ofício nº 30/1986, protocolado em 20 de junho de 1986, a direção da Escola Estadual de Pré-escolar e de 1º Grau Castro Alves solicita visita de inspeção escolar para o pré-escolar.

Com relação à nova construção, no Processo nº 19848, de 17 de julho de 1986, registrou-se que: “Anteriormente, a Educação Pré-Escolar funcionava em uma extensão próxima da escola. A extensão funcionava em prédio alugado, a partir do 2º semestre do presente ano letivo vai funcionar no prédio novo”. E ainda: “Foram construídas recentemente no próprio prédio da escola 06 (seis) novas salas de aula, 02 banheiros com 03 (três) vasos sanitários e 03 (três) lavatórios cada um, sendo um para o corpo discente masculino e outro para o corpo discente feminino”.

Tal referência encontra correspondência ao Processo nº 6704/1986, que solicitou a Ratificação de Autorização de Funcionamento do Ensino Pré-escolar, sendo aprovado por unanimidade por meio do Processo nº 379, de 18 de setembro de 1986:

A Escola Estadual de Pré-Escolar e de 1º Grau “Castro Alves”, foi submetida à Inspeção pelos Técnicos da Agência Regional de Educação de Dourados/MS e no relatório foram detectadas os seguintes dados: a escola funciona em prédio próprio. Foram construídos no prédio da escola mais de 06 novas salas de aula, 02 banheiros com 03 sanitários e 03 lavatórios. As condições físicas da escola são ótimas. (PROCESSO Nº 379/1986 – ARQUIVO ESCOLAR EECA)

Expressando o ponto de vista dos(as) usuários(as) do novo espaço físico de funcionamento da Pré-Escola, no Livro Ata de Reuniões da CEOIBS, de 1986 a 1987, na reunião do dia 23 de outubro de 1986, presidida pela Diretora Professora C. M. B. de P., que perguntou sobre o prédio novo: “A prof^a. Clarice colocou sobre a mudança do Pré-Escolar se

está bom ou não a resposta foi unâmes⁵⁶ em dizer que sim”. Notadamente, as novas instalações parece ter agradado aqueles(as) que o desfrutaram.

Assim, em 1986 ocorreu a provável extinção da CEIOBS nos moldes iniciais, isto é, seu funcionamento no espaço improvisado de tantas e diferentes casas alugadas. A partir de então, a educação pré-escolar não esteve mais apenas integrada à Escola Estadual Castro Alves, mas após doze anos de reivindicações, de 1974 a 1986, a “Casa Escola O Infantil do Bom Senso” de Dourados instalou-se no prédio novo construído na EECA, conquistando espaço próprio, melhor adequado à sua clientela pré-escolar.

Tais fatos, pois, conjugam-se para justificar a delimitação temporal de 1973 a 1986, data em que a presente pesquisa completa o círculo metódico de indagações na busca de vestígios que contribuísse para a escrita da história da instituição em questão. Em suma, refletimos por Magalhães (2004) que:

A construção da identidade histórica das instituições educativas é um desafio de complexificação e de análise, integração e correlação entre uma multifatorialidade e uma multidimensionalidade, de categorias e de variáveis, criteriosamente definidas e informadas, com base em recursos metodológicos interdisciplinares – abordagem sociológica, pedagógica, econômica, organizacional, curricular, antropológica. (MAGALHÃES, 2004, p. 141)

Essa abordagem que respeita ao contexto da pesquisa, consideramos como representativo para uma interpretação social das heranças educacionais provindas das investigações realizadas pelo estudo. No plano histórico, as instituições educativas se desenvolvem a partir de quadros socioculturais, que possibilitam uma “reinterpretação do quadro geral da cultura, por estabelecer relação entre os elementos materiais da escola e a expressão das múltiplas experiências de seus sujeitos no processo educacional, em suas práticas de produção e apropriação culturais” (VEIGA 2000 apud XAVIER, 2006, p. 53).

Assim, diante do desafio da “construção da identidade histórica” da CEOIBS que empreendemos a compreendemos “por uma perspectiva crítica, como lugar de inculcação ideológica e de reprodução social. O fato é que a escola está vinculada à formação de pessoas, à produção de indivíduos e subjetividades” (SOUZA, 2000, p. 5).

Interrogamos por Souza (2000, p. 4): em que medida e como as práticas e “os conteúdos culturais [das] instituições educativas realizam as finalidades do ensino e produzem pessoas”? Na busca pelos sujeitos educativos da CEOIBS de Dourados, adentramos agora o terceiro e último capítulo dessa dissertação.

⁵⁶ Unâimes.

CAPÍTULO 3

OS SUJEITOS EDUCACIONAIS DA CEOIBS DE DOURADOS

Neste capítulo final, na busca de construir a História da Educação, a partir de representações e apropriações, de modo a conferir sentido ao percurso histórico de uma instituição educativa, dentre as categorias fundamentais de análise propostas por Magalhães (1998; 2005) estão os quadros socioculturais, ou seja, os sujeitos educacionais da instituição em questão, designadamente professores e gestores, ao nível da representação profissional, e do estabelecimento de um público-alvo recrutado pela instituição, representados por alunos e suas famílias.

Assim, neste capítulo, procuramos responder as seguintes indagações: Quem eram os sujeitos dessa instituição? Quem eram as professoras? Como se organizavam? Quem eram as crianças/alunos (as)? Quem eram as famílias das crianças/alunos (as)? Como era a interação educativa entre as pessoas da CEOIBS de Dourados?

Num primeiro momento, na tentativa de elucidar tais indagações, esboçamos um delineamento do perfil das primeiras professoras da CEOIBS de Dourados, que foi constituído pelas concluintes do “Curso Supletivo de Treinamento com Participação Comunitária para Professoras da Casa Escola O Infantil do Bom Senso”, que ocorreu em fins de 1973 e início de 1974, para em seguida analisarmos a categoria professor aliada à sua forma de formação, organização e participação institucional.

Esse exercício de reconstituição histórica da CEOIBS de Dourados só foi possível pelo acesso ao arquivo escolar sob a guarda da EECA e a farta documentação produzida pela escola relacionada, principalmente, à escrituração administrativa, isto é, “documentos produzidos pelos órgãos da administração do ensino para serem utilizados pelas escolas” (SOUZA, 2000, p. 11), indicativos de uma cultura escolar.

Paralelamente, colhemos alguns elementos que contribuíssem para a caracterização do perfil de docentes da CEOIBS de Dourados, por meio de documentos administrativos do Departamento Regional de Educação e Cultura (DREC), de Mato Grosso (Uno), guardados no CDR/UFGD. Procuramos caracterizar o perfil das crianças atendidas na CEOIBS de Dourados e suas famílias ao longo do período pesquisado, conforme nos permitiu os documentos encontrados na pesquisa de campo realizada no arquivo escolar da EECA. Ressaltamos que para uma melhor visualização, os principais dados colhidos nos documentos analisados foram organizados em tabelas.

3.1 As Docentes da CEOIBS de Dourados⁵⁷

Para Magalhães (1998), a história que advém da interação educativa entre os sujeitos educacionais, em que uns e outros são simultaneamente considerados emissores e receptores, precisa ser levada em conta em sua processualidade e repercussão no tempo, além de se considerar o nível de envolvimento, de participação, de representação meta-educativa, crenças e valores. Inicialmente, trazemos dessa história de educação interativa o corpo docente CEOIBS de Dourados, composto pelas cursistas do “Projeto de Curso Supletivo de Treinamento com Participação Comunitária para Professoras da Casa Escola O Infantil do Bom Senso”, que aconteceu de 21 de novembro de 1973 a 12 de janeiro de 1974, que se justificou pela necessidade de uma formação docente diferenciada, posto que embora:

Todos estão conscientizados no tudo que devem realizar para o sucesso da Casa Escola, com o desenvolvimento dos alunos. O que lhes falta porém é o conhecimento, e a familiarização com o Material Pedagógico⁵⁸ para que possam então inteirar-se de tudo que há na Casa Escola, e êsse conhecimento os elementos terão quando na realização das 2^a, 3^a e 4^a fases. (CURSO SUPLETIVO, 1973, s/p.)

Além de possibilitar levar as cursistas a conhecer o “Regulamento [...] e a Filosofia do Novo Sistema em Educação Pré-Escolar” a ser implantado em Dourados, bem como também tivessem “conhecimento, e a familiarização com o Material Pedagógico utilizado na Casa Escola” (CURSO SUPLETIVO, 1973-74, s/p.).

O horário inicial proposto para o Curso Supletivo no período matutino foi das 08:00 às 12 horas e, no período vespertino, das 14:00 às 18 horas. No entanto, devido às dificuldades das inscritas participarem nesses horários, foi dada outras opções de horários, das 08:00 às 12:30 horas, no período matutino, das 13:00 às 17:30 horas, no período vespertino, e das 19:00 às 22:30, no período noturno. O Curso previu folga na tarde do dia 24, o dia 25 inteiro e a manhã do dia 26, isto é, na véspera e um dia após o Natal de 1973. No documento há a

⁵⁷ Para a escrita da história das primeiras professoras da CEOIBS de Dourados frisamos que os dados apresentados foram retirados do documento que registra todo o processo do “Curso Supletivo de Treinamento para professoras da Casa-Escola com Participação Comunitária O Infantil do Bom Senso”, depositado no arquivo escolar da EECA, que introdutoriamente foi visto no capítulo anterior.

⁵⁸ Observamos ainda nesse trecho que possivelmente havia um “Material Pedagógico” a ser conhecido para familiarização das cursistas com o mesmo. Todavia, esse indício encontra relação em Silva e Rosa (2001), que em suas pesquisas sobre a “Casa Escola O Infantil do Bom Senso” nos municípios de Campo Grande, Aquidauana e Corumbá, afirmam que “as professoras faziam cursos, através de apostilas que as instrumentalizavam para aplicar as etapas do método e utilizar o material montessoriano nas salas do Jardim da Infância”.

descrição de cada uma das quatro fases do Curso, com as respectivas datas e conteúdos trabalhados.

Tabela 5 - Carga horária do Curso Supletivo (1973-1974)

Fases	Data	Conteúdo
Primeira fase	21 a 30 de novembro de 1973	Envolveu estudos técnicos e administrativos, oportunizando o conhecimento da filosofia do novo sistema em educação pré-escolar.
Segunda fase	09 a 19 de dezembro de 1973	Prestou-se ao desenvolvimento social e educação dos sentidos, ou seja, à vida prática, sendo ministrado pela Professora M. H. da C.
Terceira fase	20 a 30 de dezembro de 1973	Foram abordados conteúdos voltados ao desenvolvimento da Matemática, da coordenação motora e de Estudos Sociais e Naturais, sendo ministrado pela professora D. N. C.
Quarta fase	02 a 12 de janeiro de 1974	Tratou sobre o desenvolvimento da linguagem, normalização, recreação, jogos, artes e música, sob ministração da professora E. A.

Fonte: Dados colhidos e organizados a partir da Ata do Curso Supletivo, do arquivo da EECA.

Cada uma das quatro fases do Curso Supletivo desenvolveu-se com uma carga horária de oito horas diárias, conforme Tabela 5, acima. Como é possível notar, cada fase do Curso Supletivo foi realizada num período médio de dez dias. Quanto aos conteúdos ministrados no Curso, lembram a proposta didático-pedagógica de Froebel “que considerava que seria sumamente proveitosa a introdução de verdadeiras horas de trabalho manual na educação das crianças”, (KUHLMANN JÚNIOR, 2001, p. 10), além do desenho, brinquedos e jogos de construção como, por exemplo, com formas geométricas.

O Curso Supletivo contou com um número de dezessete participantes, descritas no documento analisado como as pessoas “interessadas que se inscreveram espontaneamente, não tendo sido realizada seleção”. Presenças e ausências eram registradas e computadas. É destacado que duas das participantes pertenciam à Coordenadoria Pedagógica da Delegacia Regional de Ensino (DRE), de Mato Grosso Uno. Na Tabela 6, abaixo, pode ser observados os dados gerais das cursistas, como nome, data de nascimento, idade em relação ao ano de 1973 (ocasião da inscrição no Curso Supletivo) e naturalidade.

Tabela 6 – Dados gerais das participantes do Curso Supletivo

Cursistas⁵⁹	Data de Nascimento	Idade em 1973	Estado Civil	Naturalidade
H. S. O.	1937	36 anos	Casada	Lavinia-Estado? (Provável: SP)
M. do C. B. G.	1943	30 anos	Casada	São Pedro-SP
T. S. P.	1944	29 anos	Casada	Marília-SP
C. M. R. B.	1946	27 anos	Casada	Santo Anastácio-SP
M. Z. de P.	1947	26 anos	Solteira	Corumbá-MT
D. G. F.	1947	26 anos	Casada	Três de Maio-RS

⁵⁹ No texto são utilizadas apenas as iniciais das cursistas, a fim de manter em sigilo as suas identidades.

M. M. T.	1949	24 anos	Solteira	Amambai-MT
F. C. V. N.	1949	24 anos	Casada	Ceará (não registrou a cidade)
I. S.	1949	24 anos	Solteira	Nada consta
I. B.	1950	23 anos	Solteira	Itajobi-SP
D. P. dos P.	1951	22 anos	Solteira	Maringá-PR
A. L. de A.	1952	21 anos	Casada	Dourados-MT
E. M. A.	1952	21 anos	Solteira	Dourados-MT
T. R. B.	1953	20 anos	Solteira	C. Chagas-Estado? (Provável: Carlos Chagas-MG)
M. S. G.	1954	19 anos	Solteira	A. Machado-SP (Provável: Álvares Machado-SP)
S. C. de A.	1954	19 anos	Solteira	Osvaldo Cruz-SP
O. P. de A. F.	1955	18 anos	Solteira	Dourados-MT

Fonte: Elaborado a partir de dados presentes Ata do Curso Supletivo, do arquivo da EECA.

Os dados permitem entrever que das dezessete cursistas, conforme o estado civil registrado, sete delas era casada, e dez delas, eram solteiras. As cursistas possuíam idade média entre 18 e 36 anos. Quanto à naturalidade, cinco cursistas eram do estado de Mato Grosso Uno, sendo que três, de Dourados; sete cursistas eram de diferentes cidades do interior do estado de São Paulo; uma, do estado do Paraná; uma, do estado de Minas Gerais (provável); uma, do estado do Ceará; uma, do estado do Rio Grande do Sul; e, uma, não registrou sua naturalidade. Diante disso, assinalamos que onze são de fora do Mato Grosso, com notável afluxo de paulistas em terras mato-grossenses.

Um aspecto marcante nesses dados é a presença maciça do gênero feminino, com uma faixa etária que pode ser considerada jovem, de candidatas para atuar no magistério de educação pré-escolar. Refletimos que historicamente, a partir do final do século XIX, tal fato encontra correspondência com o processo de feminilização do magistério e serviu para dar contornos mais definidos ao à profissão docente, na medida em que esse ingresso representou o caminho para as mulheres que precisavam trabalhar, como também para aquelas que desejavam estudar um pouco mais (DEMARTINI; ANTUNES, 1993; LOURO, 2000). Na Tabela 7, abaixo, pode ser observada a formação básica das cursistas em relação à formação complementar, conforme segue.

Tabela 7 – Formação básica e formação complementar das cursistas

Nº.	Cursista	Formação Básica	Formação Complementar
1	A. L. de A.	Não referiu	COLTED (1970), TECO (1970), MOBRL (10-11/02/1972), Reciclagem Ciências e Estudos Sociais (16-20/10/1972), Didática e Prática de Formação Religiosa (18-23/09/1972), Educação Física (25-31/10/1973)
2	C. M. R. B.	Normal Aperfeiçoamento	Metodologia de Língua Pátria, Educação Física, Orientação Educacional (Administração, Estatística, Conservação da Sala), Seminário de Estudo (Língua

			Pátria), Datilografia, Metodologia do Ensino Primário, Metodologia de Estudos Sociais (2ª série), Orientação Educacional (Psicologia)
3	D. G. F.	Normal Colegial, Faculdade de Ciências (Curta)	Não referiu
4	D. P. dos P.	Não referiu	Bola de Neve ⁶⁰ , Didática da Religião, Psicologia da Personalidade, Treinamento
5	E. M. A.	Normal	Estudos Sociais 4ª fase (Dourados, 1972), Matemática (Dourados, 1972), Bola de Neve (1972), Teatro Infantil (1970)
6	F. C. V. N.	Não referiu	Bola de Neve, Teatro Infantil, Reciclagem, Educação Física, Parapsicologia
7	H. S. O.	Normal	Bola de Neve, Reciclagem de Leis e Português
8	I. B.	Não referiu	Iniciação ao Teatro, Literatura Brasileira, Bola de Neve
9	I. S.	Normal, Cursando último ano de Estudos Sociais	Curso de Reciclagem de Estudos Sociais, Curso de Religião, Curso Monitor do Maternal, Curso Bola de Neve, Curso de Dinâmica de Grupo ⁶¹
10	M. do C. B. G.	Não referiu	Não referiu
11	M. M. T.	Normal Contador, Faculdade de Ciências e Letras	Reciclagem de Normalistas, Didática de Religião, Didática para Escola de 1º. e 2º. Graus, Bola de Neve, Parapsicologia, Matemática, Teatro Infantil, Importância da Administração na Execução de Currículos e Programas para 1º. e 2º. Graus, Programas e Currículos, Treinamento de Supervisores
12	M. S. G.	Colegial, com último ano Normal	II fase Estudos Sociais no C. P. D., curso de Parapsicologia
13	M. Z. de P.	Não referiu	COLTED (14/04/1970), Bola de Neve, Reciclagem (01/07/1970), Educação Física (15/10/1973)
14	O. P. de A. F.	Normal (1972)	Curso Bola de Neve (1972), Curso de Trabalho com Criança (1972), Curso de Dinâmica de Grupo (1973)
15	S. C. de A.	Curso de História/ II fase	Curso de Dinâmica de Grupo (1973), Curso de Parapsicologia (1973), Curso de Teatro Infantil (1973), Curso de Educação Religiosa (1972), Curso de Educação Física (1972), Curso Bola de Neve (1972)
16	T. R. B.	Normal	Seminário Pedagógico Montessori Lublenska, 1ª Etapa de Estudos Pedagógicos Montessori-Lublenska, Bola de Neve, Educação Física, Curso de Psicologia “Prevenção e Modificação do Comportamento”, Pintura no Gesso
17	T. S. P.	Não referiu	Não referiu

Fonte: Elaborado a partir de dados presentes Ata do Curso Supletivo, do arquivo da EECA.

Das dezessete cursistas, sete não registraram nenhuma formação básica, mas seis delas afirmou ser professora, e uma, afirmou ser auxiliar de secretária. Por isso, supomos que apesar de não responderem qual era sua formação poderiam, sim, possuir o curso normal,

⁶⁰ O “Projeto Bola de Neve” é mencionado no Guia de Referências Bibliográficas da História de Mato Grosso Uno e Mato Grosso do Sul (DEQUECH, 2013 - Vide as Referências), apresentando em 420 páginas mais de 2 mil referências bibliográficas da história do Estado, composto pelo Arquivo Público Estadual, da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, do Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli.

⁶¹ Sobre a formação denominada por três cursistas como “Curso de Dinâmica de Grupo”, encontramos indícios de que sua fundamentação tenha se dado a partir de duas obras de Lauro de Oliveira Lima intituladas, respectivamente: “*Treinamento em dinâmica de grupo: no lar, na empresa, na escola*. São Paulo: Vozes, 1979. 472 p.” e “*Conflitos no lar e na escola: dinâmica de grupo*. São Paulo: Vozes, 1969 - 189 p.”. Provavelmente, esse curso procurou ensinar bases psicológicas do ensinar, do aprender em relação às pessoas.

posto que seis delas ter atuado como professora. É possível observar que D. G. F., de Três de Maio-RS, além de ter o “Normal Colegial”, possuía Faculdade de Ciências (Curta). Enquanto que M. M. T. de Amambaí-MT, diz que tinha o “Normal Contador” e possuía Faculdade de Ciências e Letras. Procuramos verificar a correspondência entre a naturalidade informada pela cursista com sua formação em nível superior, posto que na década de 1970 o Ensino Superior⁶², embora alvo de modernização, não era uma realidade acessível a toda população no Brasil. Cabe salientar que à época, ambas disseram atuar como Coordenadoras Pedagógicas, na Delegacia Regional de Ensino (DRE), de Mato Grosso (Uno). Semelhantemente, I. S., afirmou possuir o “Normal” e estar cursando último ano de “Estudos Sociais”. Entretanto, S. C. de A., de Osvaldo Cruz-SP, disse possuir o “Curso de História - II Fase”, deixando a incógnita se possuía ou não o “Normal”. Embora não afirmado por essas cursistas, intuímos que tais descrições bem podem tratar de cursos de formação superior. Assim, além da formação superior das dezessete cursistas, cinco afirmaram possuir em sua formação básica no curso “Normal”.

Como pudemos perceber, conforme registro do Curso Supletivo, as cursistas relataram nuances nessa mesma formação básica, pois, uma disse possuir curso “Normal com Aperfeiçoamento”; Uma, o “Normal/Colegial”; Outra, o “Normal Contador”. E ainda outra afirmou possuir o “Colegial, com último ano Normal”. Não obstante tais nuances em torno do curso “Normal”, considerando-o em sua generalidade em detrimento à sua especificidade, totalizam nove cursistas que o possuíam em sua formação, em nível médio. Tais variações estão em conformidade com o Artigo nº 30, da Lei 5.692/1971, que trata da exigência da formação mínima para o exercício do magistério, nos níveis de ensino do 1º Grau da 1ª à 4ª séries; do 1º Grau da 5ª a 8ª séries; e do o ensino de 1º e 2º graus.

Com relação à formação complementar das cursistas, na Tabela 8, abaixo, apresentamos alguns dados tomados das fichas de inscrição e selecionados segundo dois

⁶² Quanto a esse aspecto, Fávero (1999) explica que em meados da década de 1960, o regime militar manifestava sua preocupação básica em “modernizar” a universidade pública, o que veio consolidar-se com a Reforma Universitária, com a Lei nº 5.540, de 28 de novembro 1968, porém, ao mesmo tempo que essa lei reconhece o princípio de autonomia didático científica, disciplinar, administrativa e financeira da universidade, ela o limita. Todavia, essa foi uma maneira de o governo militar de então reprimir as resistências ao regime existentes nas universidades. Durante o regime militar, a gravidade do que acontece em relação à universidade não está expressa claramente nos dispositivos legais, apesar de alguns deles, como o Decreto-Lei nº 477/1969. Nesse dispositivo, o governo militar define as infrações disciplinares praticadas por professores, alunos e funcionários ou empregados de estabelecimentos públicos ou particulares e as medidas a serem adotadas nos diversos casos. A gravidade se expressava no regime de terror e de silêncio a que foram submetidas a universidade e a sociedade. A partir do limiar dos anos 1980, reinicia no Brasil a luta pela redemocratização da sociedade e, como parte dela, a da universidade.

critérios básicos: 1) ter sido realizado pelo maior número de cursistas; 2) sua denominação ser apresentada por uma sigla.

Tabela 8 – Cursos de formação complementar das cursistas

Curso	Bola de Neve	Educação Física	Teatro Infantil	Religião	Dinâmica de Grupo	COLTED	MOBRAL	TECO
Quantidade de formadas	10	6	5	5	3	2	1	1

Fonte: Elaborado a partir de dados presentes Ata do Curso Supletivo, do arquivo da EECA.

Entre os cursos de formação complementar realizados pelas cursistas que fizeram o Curso Supletivo, na Tabela 8 é demonstrado que a maioria cursou o Bola de Neve e que os cursos menos frequentados foram o Mobral e o Teco. O curso Bola de Neve foi o de maior incidência verificado nas fichas de inscrição das participantes do Curso Supletivo, merecendo neste estudo uma investigação mais aprimorada. Nessa busca, inicialmente procedemos ao levantamento de estudos que investigaram a respeito do curso “Bola de Neve” e localizamos a Dissertação de Mestrado/FAED/UFGD, defendida em 2013, intitulada *Trajetórias de formação de egressos do curso de magistério da Escola Menodora Fialho de Figueiredo de Dourados (1971-2001)*, de Maria do Carmo Campos. Nesta dissertação, encontramos menção do *Bola de Neve*, referido por Campos (2013a, p. 28 apud BIASOTTO & TETILA, 1991, p. 32) como sendo um projeto que “proporcionou aos professores um voto de confiança e de esperança na renovação do ensino e nas melhorias para o magistério em conformidade ao art. 4311 da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971”.

No Centro de Documentação Regional (CDR) DA UFGD, localizamos um livro intitulado *Projeto Bola de Neve*⁶³, de autoria de Azevedo, Pacheco e Carvalho (1972). Neste livro, constatamos que o Bola de Neve se tratava de um projeto consubstanciado num manual utilizado para difundir a Lei 5692/1971 em Instrução Programada, na década de 1970, em Mato Grosso Uno. Esse manual, portanto, tanto serviu para atualizar os professores na reforma de ensino como para familiarizar entre os alunos a instrução programada.

Note-se que o Curso de Educação Física obteve o segundo lugar, como o curso mais realizado entre seis do total de dezessete participantes do Curso Supletivo. No contexto educacional, Matos (2011, p. 2) afirma que “a história da educação física escolar no Brasil é

⁶³ Participei do II Seminário Internacional História do Tempo Presente, evento promovido pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), entre os dias 13 e 15 de outubro de 2014, em Florianópolis-SC, apresentando o trabalho “Bola de Neve: manual utilizado para difundir a Lei 5692/1971 em Instrução Programada, na década de 1970, em Mato Grosso”, como parte das atividades do simpósio temático *Cultura escrita e leitura: abordagens no tempo presente*, portanto, na ocasião foi possível discutir e aprofundar alguns aspectos sobre o manual Bola de Neve.

datada a partir da segunda década do século XIX, mas foi a partir dos anos cinquenta do século XX sob a influência de vertentes militares e higienistas que ela se tornou uma disciplina escolar”. A Educação Física foi regulada pelo Decreto nº 69.450, de 1 de novembro de 1971. Já o Curso de Teatro Infantil, o terceiro entre os cursos reincidentes na formação complementar de cinco do total de dezessete cursistas, igualando com os cursos de viés religioso, como veremos na sequência. Tendo em vista o surgimento de uma função educativa do teatro, “o Teatro Escolar constituía-se em monólogos escritos, por grandes nomes, para a representação em datas comemorativas em casas e escolas” (ANDRÉ, 2012, p. 12).

Possivelmente, em meio a esse contexto de transformações, os Cursos de Educação Física e de Teatro Infantil, presentes na formação complementar das primeiras professoras da CEOIBS de Dourados, fez parte de estratégias de capacitação ante a valorização de ambos na esfera escolar, e encontra eco na ordenação legal do currículo de sua formação inicial.

Outra formação citada por cinco das cursistas que realizaram o Curso Supletivo denota o caráter de valorização de uma fundamentação religiosa, pois afirmaram possuir curso de formação religiosa, embora com diferentes designações: Didática e Prática de Formação Religiosa; Didática da Religião; Didática de Religião; Curso de Religião; Curso de Educação Religiosa. Na formação de habilitações profissionais, em relação ao ensino religioso, a Lei 5692/1971, no Artigo 7º regulava em Parágrafo único que: “O ensino religioso, de matrícula facultativa constituirá disciplina dos horários normais dos estabelecimentos oficiais de 1º e 2º graus”. Diante disso, refletimos que o aspecto da religião ser valorizada entre os cursos que capacitavam para o ensino religioso na formação complementar das referidas professoras, remete à antiga discussão iniciada com a separação entre Igreja e Governo numa concepção laica de educação, que rompeu com a predominância religiosa na formação institucionalizada nas escolas. A partir daí, tem havido disputas entre grupos sobre os rumos da educação discutindo sobre a permanência ou não do ensino religioso no currículo das escolas ou se se deve manter uma educação unicamente laica, em detrimento da religião, tendo até hoje partidários de ambas posições (PEREIRA, 2008).

Ao prosseguir na análise dos cursos de formação complementar das professoras que realizaram o Curso Supletivo observamos o curso denominado por duas cursistas de “COLTED”, realizado por elas em 1970. A Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) foi instituída pelo Decreto nº 59.355, em 4 de outubro de 1966. A COLTED foi

uma proposta criada pelo MEC em parceria com a USAID⁶⁴ e a indústria de livros didáticos. Como esclarece Krafzik (2006):

O programa da COLTED compreendia a distribuição de livros às bibliotecas escolares em seus três níveis de ensino: o primário, o secundário e o superior. No nível secundário, o Programa, atendia às escolas normal, comercial, agrícola, industrial, como também instituições militares, entre outras. A COLTED, além de livros, previa cursos de treinamento para professores e bolsas de estudo, no exterior e no país, para professores e técnicos nas diversas atividades profissionais da indústria editorial. (KRAFZIK, 2006, s/p.)

Ao longo dos anos 1960 e 1970, o programa da COLTED foi, portanto, uma das iniciativas responsáveis pelo impulso significativo do mercado editorial brasileiro, que permitiu compreender como o governo organizou sua política para o livro didático durante o regime militar, além de promover a formação continuada e complementar de docentes atuantes na área de educação. Não conseguindo manter seu projeto, a COLTED foi extinta em 1971 (FILGUEIRAS, 2013).

No que diz respeito ao curso chamado de “TECO”, nada conseguimos localizar sobre o mesmo, apenas os indícios de que foi realizado em 1970, pela professora A. L. de A., natural de Dourados, fica neste caso, um campo aberto para a realização de pesquisas acerca desse Curso.

Já o curso intitulado “MOBRAL”, a sigla pode significar “Movimento Brasileiro de Alfabetização”, criado pela Lei 5.370/1967, influenciado pelas ideias de Paulo Freire, perseguido pela ditadura militar, que propunha erradicar o analfabetismo no Brasil, cujo índice de analfabetismo no país era de 32,05%, à época. Foi extinto em 1985, sem atingir esse objetivo, sendo em seu lugar criado o Projeto Educar (LIMA, 1975).

Como pudemos observar, os cursos complementares que as cursistas realizaram foram importantes em sua formação continuada e para a aquisição de alguns conhecimentos diversificados que auxiliaram sua atuação junto às crianças pequenas. Prosseguindo ao exame dos dados constantes nas fichas de inscrição das cursistas que realizaram o Curso Supletivo, na Tabela 9, abaixo, apresentamos uma análise da situação funcional das cursistas anterior à sua contratação para trabalhar na CEOIBS de Dourados, contendo as iniciais do nome da funcionária, instituição de procedência, cargo que ocupava e tipo de nomeação.

⁶⁴ Romanelli (1984) explica que foram firmados acordos do MEC com a United States Agency for International Development (USAID), com o objetivo de esta prestar assistência técnica e cooperação financeira internacional à organização do sistema educacional brasileiro, a partir de 1964 a 1968. Já a sigla “SNEL” se refere ao Sindicato Nacional dos Editores de Livros.

Tabela 9 – Situação funcional anterior das cursistas

Nº.	Funcionária	Instituição de procedência	Cargo que ocupava	Nomeação anterior
1	A. L. de A.	Escola de 1º. e 2º. Graus João Paulo dos Reis Veloso	Professora	01 nomeação interina
2	C. M. R. B.	Não referiu	Não referiu	Não era nomeada
3	E. M. A.	Escola de 1º. e 2º. Graus João Paulo dos Reis Veloso e Grupo Escolar Joaquim Murtinho	Professora	02 nomeações interinas
4	F. de C. V. N.	Grupo Escolar Joaquim Murtinho	Professora	01 nomeação interina
5	I. B.	Grupo Escolar Cabeceira Alegre, Centro Educacional M. J. F.	Professora	01 nomeação efetiva 01 nomeação interina
6	I. S.	Centro Educacional Dona Menodora Fialho de Figueiredo	Professora	01 nomeação efetiva
7	M. do C. B. G.	Grupo Escolar Castro Alves	Auxiliar de secretária	Não era nomeada
8	M. S. G.	Não referiu	Professora	01 nomeação
9	M. Z. de P.	Grupo Escolar Joaquim Murtinho	Professora	01 nomeação efetiva
10	O. P. de A. F.	Centro Educacional Dona Menodora Fialho de Figueiredo	Professora	01 nomeação interina
11	S. C. de A.	Centro Educacional Dona Menodora Fialho de Figueiredo	Professora de 1º. Grau	01 nomeação interina
12	T. S. P.	Centro Educacional Dona Menodora Fialho de Figueiredo	Professora primária	01 nomeação interina
13	T. R. B.	Escolinha Tia Themis	Diretora e Professora	Não era nomeada

Fonte: Elaborado a partir de dados presentes Ata do Curso Supletivo, do arquivo da EECA.

Inicialmente, verificamos que três não eram nomeadas; uma se disse nomeada, mas não especificou qual o tipo de nomeação; cinco possuíam uma nomeação interina; uma possuía duas nomeações interinas; duas possuíam uma nomeação efetiva para cada; e uma possuía concomitantemente uma nomeação interina e uma nomeação efetiva. Esse aspecto da nomeação, tanto interina como efetiva, era regulado pela Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, que dispõe sobre o estatuto dos funcionários públicos civis da União e seus Territórios. O Art. 11, da Lei nº 1.711/1952, regulamentava que os cargos públicos eram providos por: nomeação; promoção; transferência; reintegração; readmissão; aproveitamento; reversão. A Lei nº 1.711/1952 foi revogada pela Lei nº 8.112, de 1990. No momento, auxilia ao nosso estudo analisar apenas a respeito da *nomeação*.

Ao considerar o contexto em Mato Grosso e na região de Dourados, Biasotto e Tetila (1991) assinalam que só a partir de 1961 é que as nomeações começaram a sair do Palácio Alencastro, Cuiabá, com algum controle. As nomeações saíam: “Como uma espécie de diploma. A pessoa recebia esse diploma e passava a ser funcionária do Estado. Aí é que começou a normalizar um pouco, a se saber quantos professores havia no Estado” (BIASOTTO & TETILA, 1991, s/p.).

É possível perceber na Tabela 9, acima, pela situação funcional das cursistas anterior à sua contratação para trabalhar na CEOIBS de Dourados, que das instituições de proveniência das novas funcionárias, algumas permanecem ativas e no mesmo endereço desde sua criação em Dourados, apresentando apenas algumas modificações decorrentes de deliberações legais que alteraram em algum grau seus nomes ou sua modalidade de ensino: a Escola Estadual João Paulo dos Reis Veloso Reis Veloso, fundado a 08 de agosto de 1973, pelo Decreto nº 1.538, o Grupo Escolar Joaquim Murtinho, criado a 22 de novembro de 1947, pelo Decreto nº 386, hoje Escola Municipal Joaquim Murtinho, e o Grupo Escolar Castro Alves, criado pelo Decreto nº 19, aos 08 de março de 1966, atual Escola Estadual Castro Alves.

A nova situação funcional das cursistas contratadas para trabalhar se configurou de acordo com o remanejamento posterior realizado. O início das aulas na CEOIBS de Dourados se deu a 04 de fevereiro de 1974 (CURSO SUPLETIVO, 1973-74, s/p.). Observamos que entre treze das dezessete concluintes do Curso Supletivo foi definida a organização do corpo docente para atendimento às turmas de Maternal, Jardim I, Jardim II do Pré-Escolar, nos turnos matutino e vespertino, como exposto na Tabela 10, abaixo.

Tabela 10 – Organização do primeiro quadro de funcionários da CEOIBS de Dourados

Turno Matutino			Turno Vespertino		
TURMAS	CORPO DOCENTE	OUTRAS FUNÇÕES	TURMAS	CORPO DOCENTE	OUTRAS FUNÇÕES
Maternal	A. L. de A. E. M. de A.	Secretária da Coordenadora: T. S. P.	Maternal	E. M. de A. F. de V. C. N.	Secretária da Coordenadora: M. do C. G. B.
Jardim I	S. C. de A. O. P. de A. F.	Recepcionista: F. de C. V. N.	Jardim I	I. de B. S. C. de A.	Recepcionista: O. P. de A. F.
Jardim II	C. M. R. B. M. S. G.	Servente: Seria enviada no início das aulas.	Jardim II	I. S. M. Z. de P.	Servente: M. D. B. ⁶⁵
Recreação	I. de B.		Recreação	A. L. de A.	

Fonte: Elaborado a partir de dados presentes Ata do Curso Supletivo, do arquivo da EECA.

As professoras que trabalhavam em outros estabelecimentos públicos de ensino e possuíam nomeação foram transferidas para a Casa-Escola. É oportuno enfatizar aqui que na distribuição dos cargos as profissionais se revezaram e ocuparam na CEOIBS de Dourados diferentes funções nos turnos matutino e vespertino, como pode ser observado na Tabela 11, abaixo:

⁶⁵ Conforme registro no Livro Ata do Curso Supletivo: “Servente: Gostaríamos que a D.R.E., providenciasse a pessoa para o início das aulas”. E ainda: “Servente: Solicitamos de V. S^a. [ao delegado da DRE], conceder que indiquemos M. D. B., pessoa esta que tivemos oportunidade de conhecer, e temos a certeza que ajudará em muito na Casa-Escola”.

Tabela 11 – Situação funcional das cursistas em relação às nomeações, turmas e turnos

Cursistas	Nomeações	Turnos	Turmas
A. L. de A.	2 (duas) nomeações	Matutino Vespertino	Maternal Recreadora
C. M. R. B.	1 (uma) nomeação	Matutino	Jardim II
E. M. A.	2 (duas) nomeações	Matutino e Vespertino	Maternal Maternal
F. de C. V. N.	2 (duas) nomeações	Matutino Vespertino	Recepcionista Maternal
I. B.	2 (duas) nomeações, sendo uma nomeação efetiva	Matutino Vespertino	Recreadora Jardim I
I. S.	1 (uma) nomeação efetiva	Vespertino	Jardim II
M. do C. B. G.	Nomeação não referida	Vespertino	Secretária da Coordenadora
M. S. G.	1 (uma) nomeação	Matutino	Jardim II
M. Z. de P.	1 (uma) nomeação efetiva	Vespertino	Jardim II
O. P. de A. F.	2 (duas) nomeações	Matutino Vespertino	Jardim I Recepcionista
S. C. de A.	2 (duas) nomeações	Matutino Vespertino	Jardim I Jardim I
T. S. P.	1 (uma) nomeação	Matutino	Secretária da Coordenadora
T. R. B.	Nomeação não referida	Matutino Vespertino	Coordenação Geral

Fonte: Elaborado a partir de dados presentes Ata do Curso Supletivo, do arquivo da EECA.

Diante dos dados apresentados foi possível perceber que as concluintes do curso ocuparam os cargos diversos tanto de professoras como de recreadoras, coordenadora geral, secretárias da coordenadora, recepcionistas, além da Situação Funcional destas funcionárias, que avaliou se as mesmas possuíam nomeação efetiva ou interina; em qual data que terminaria a nomeação interina de quem a possuía, sendo necessário, então, providenciar nova nomeação; quem não possuía nomeação alguma; se já atuavam em outras escolas e foram transferidas para a CEOIBS de Dourados; se trabalhavam um ou dois períodos e em qual turno ou turnos trabalhariam na CEOIBS.

No Livro Ata do Curso Supletivo analisado, ao final, foram redigidos termos de compromisso por cada nova funcionária que passou a compor o primeiro corpo docente da CEOIBS de Dourados. Cada termo de compromisso inicia-se com um conceito de bom senso: “Bom senso é o uso prático, proveitoso e equilibrado que fazemos do que dispomos revelado pela totalidade de nossos sentidos e também a apresentação de uma conduta proveitosa e equilibrada. Coloque o seu bom senso para funcionar [...]”.

E, em seguida, deveriam responder à pergunta: “Você estará disposta a trabalhar nessa família por 2 a 3 anos dando tudo de si para o sucesso de seu nome e para o total

desenvolvimento das sementinhas que você irá receber para proporcionar um bom futuro. Estas sementinhas serão os seus alunos”. Os termos de compromisso de igual teor em quase sua totalidade variaram apenas nas respostas dadas a essa questão, conforme pode ser observado na Tabela 12, abaixo:

Tabela 12 – Termo de compromisso X Respostas das professoras

Cursistas	Respostas particulares
A. L. de A.	“Sim, farei tudo de mim para ser digna desta Grande Escola, já havia pensado muito nisto, por isso digo sim”.
C. M. R. B.	“Sim”.
E. M. A.	“Sim, para isso e por tudo isso, já havia antes refletido. Coloquei todos os prós e contras e aceitei-os”.
F. de C. V. N.	“Sim estarei disposta para fazer de tudo para manter uma boa disciplina e uma boa amizade entre os membros desta família”.
I. B.	“Sim. Sempre procurei dar tudo de mim em benefícios de uma criança e nesta Casa Escola Infantil do Bom Senso tem tudo para que eu possa me sentir realizada um dia, pois este é o meu sonho: trabalhar com criança pré-escolar”.
I. S.	“Sim”.
M. do C. B. G.	“Sim”.
M. S. G.	“Sim. Sempre desejei cuidar, educar crianças e me sinto feliz, por ter me aparecido esta oportunidade. Procurarei, sim, dar o máximo de mim para o bom andamento da escola”.
M. Z. de P.	“Sim estarei mesmo disposta a trabalhar, fazendo tudo por elas”.
O. P. de A. F.	“Sim. Estou disposta a trabalhar nesta Escola. A manter amizade com a turma e ver crescer essa sementinha que irei receber para proporcionar o seu futuro os meus alunos”.
S. C. de A.	“Sim, pois para fazer um compromisso devemos estar bem cômicos do que iremos fazer, e alguém que decidiu fazer algo, deve ir até o fim, procurando, é claro, fazer sempre o melhor, e dar o melhor de si”.
T. R. B.	“Sim. E como membro da Casa Escola Infantil do Bom Senso, vou procurar dar tudo de mim para os pequeninos, para a Escola e as minhas colegas. Irei confiar neles, para que eles possam confiar em mim”.
T. S. P.	“Sim”.

Fonte: Elaborado a partir de dados presentes Ata do Curso Supletivo, do arquivo da EECA.

Assim se expressaram as primeiras professoras da CEOIBS de Dourados. Diante da exigência de tal termo de compromisso, indagamos: Era um movimento de conversão, um casamento? Não era uma escola? No entanto, refletimos que esse termo de compromisso se constituiu em uma oportunidade única no documento consultado que deu voz e vez às professoras. Bem como possibilitou às mesmas expor o que pensavam particularmente com relação à docência junto à criança pré-escolar e como cada uma se posicionou ante o compromisso firmado de permanecer trabalhando na CEOIBS de Dourados por dois ou três anos, de modo a contornar criticamente a generalização com a qual podemos nos deparar nos registros documentais. Das treze professoras, quatro responderam apenas “sim”, enquanto que

oito delas responderam “sim”, seguido de assertivas que demonstraram segurança, firmeza e clareza na decisão tomada, além da dedicação incondicional à melhor execução do trabalho com as crianças na CEOIBS. O que pode ser constatado em frases como, por exemplo, “farei tudo de mim”, “estarei disposta para fazer de tudo”, “Procurarei, sim, dar o máximo de mim”, “vou procurar dar tudo de mim”.

Finalmente, após cada professora posicionar-se positivamente ante o questionamento e o compromisso feito, deviam estar ciente de que:

Assumindo esse compromisso somente a dispensaremos fora do tempo em caso que realmente impedir a sua presença entre nós, pois desde que a vimos e conhecemos consideramos a como a pessoa mais importante para o funcionamento proveitoso da nova escola neste município. De acordo com os anos que forem passando você será mais e mais importante para nós. (CURSO SUPLETIVO, 1973, s/p.)

Depois desses acontecimentos, os termos de compromisso foram firmados com as assinaturas das professoras, vistados por C. M. de O., Coordenadora do Curso Supletivo e datados, a 26 de novembro de 1973. Entretanto, esta data apresenta ambiguidade, pois se a primeira fase do Curso Supletivo aconteceu de 21 a 30 de novembro de 1973, devemos supor que após a primeira semana das aulas, antes mesmo de concluir a primeira fase as professoras já estaria definido quais professoras comporiam o quadro docente da instituição nascente e as mesmas já teriam firmado o compromisso de trabalhar na instituição, como descrito acima.

Como visto, procuramos enfatizar inicialmente a caracterização da representação em sua forma institucionalizada, objetivada pela instância coletiva e singular, do primeiro corpo docente da CEOIBS de Dourados, conforme permitiu o documento pesquisado, descrito no início deste capítulo. Dando prosseguimento à caracterização da representação das professoras que sucederam as primeiras professoras e também marcaram com sua existência e teceram práticas culturais à história da CEOIBS de Dourados, refletimos por Souza (2000, p. 13), que “os arquivos escolares oferecem fontes valiosas para o estudo histórico das instituições educativas e da cultura escolar”.

As fontes que se constituíram no *corpus* documental de nossas investigações foram um Livro-Ponto que registra a frequência das funcionárias da CEOIBS de Dourados, no período de 29 de outubro de 1975 a 15 de novembro de 1976; o Processo Autorização de Funcionamento nº 02577, datado de 27 de fevereiro de 1981; o Processo Autorização de Funcionamento nº 00429, de 16 de janeiro de 1981, que apresenta uma relação nominal do corpo administrativo e técnico do pré-escolar, bem como uma relação nominal corpo docente

do pré-escolar, nos anos de 1980 e 1981; o Relatório de Inspeção-Ofício nº 30, de 27 de junho de 1986; um Livro-Ponto de 03 de fevereiro a dezembro de 1986, com apontamentos sobre a frequência das funcionárias da CEOIBS de Dourados e organização das turmas de Recreação, Jardim de Infância e Pré-Alfabetização, nos períodos matutino e vespertino.

Bem como, uma Ata de Reunião da EECA, registradas pelas professoras, de 27 de fevereiro de 1970 a 12 de abril de 1980; uma Ata de Reunião da CEOIBS de Dourados, escrita pelas professoras no período de 27 de setembro de 1979 a 01 de agosto de 1985, tomadas por nós como “fontes mais próximas do cotidiano, das práticas e das relações de professores e alunos” (SOUZA, 2000, p. 11).

Para tanto, procuramos captar a “potencialidade informativa dessas fontes no que diz respeito à percepção dos conflitos, problemas e apropriações” (SOUZA, 2000, p. 13) ocorridas no interior da CEOIBS de Dourados. E ainda, buscamos “nas entrelinhas das representações [...] perceber a realidade conflitual do ensino, especialmente a perpetuação de práticas instituídas e o não-conformismo aos modelos impostos” (SOUZA, 2000, p. 13).

Nesse intuito, após o início das atividades da CEOIBS de Dourados em 4 de fevereiro de 1974, o documento mais recuado que se prestou a essa caracterização, tanto de docentes como de componentes do quadro administrativo e técnico, foi um Livro-Ponto, com data inicial em 29 de outubro de 1975.

No entendimento de que o Livro-Ponto, como elucida Souza (2000, p. 14), “configura-se como fonte par o estudo da profissionalização docente e dos fatores que interferem na qualidade do ensino indicando o ano os anos trabalhados por cada professor na escola, a especificação por séries, a frequência, o número de licenças e afastamentos”. Esse Livro-Ponto, portanto, registrou a frequência de funcionários da CEOIBS de Dourados, em cujo Termo de Abertura há uma especificação de que o mesmo serviria para registro da frequência das funcionárias da “Casa Escola O Infantil do Bom Senso”.

Segundo o documento, o livro ficaria sob a responsabilidade de professoras que atuavam como secretárias administrativas da CEOIBS considerado neste documento um “Estabelecimento Estadual de Ensino”. A abertura do livro foi assinada pela professora M. Z. de P. No final deste Livro foi feito um Termo de Encerramento, datado de 15 de novembro de 1976, porém, sem nenhuma assinatura.

Como se pode observar, o Livro serviu ao registro de frequência de seis professoras da CEOIBS de Dourados no período matutino, a saber, H. M. P. P., M. S. G., T. P., R. V., M. I. S., I. C., que atuavam junto às turmas do Maternal, Jardim I, Jardim II e Recreação, incluindo demais funcionárias, M. G. de P., a Coordenadora, M. M. S., a Secretária, F. V. N., a

Recepcionista, M. de B. e S. C., Serventes; e no período vespertino, o quadro continuava o mesmo, exceto por outra Recepcionista, I. F. de L., outra, Recreadora, I. B., e a Professora A. A., no período de 29 de outubro de 1975 a 20 de novembro de 1976.

Esse Livro-Ponto CEOIBS era manuscrito, com caneta esferográfica, organizado com os seguintes itens: a localidade (Dourados), a data, o mês, o ano, o dia da semana, o período de trabalho, matutino e vespertino, o nome da funcionária, sua função, se era professora, a que turma atendia (Maternal, Jardim I e Jardim II e Recreação), e a rubrica da funcionária. No espaço reservado para assinatura, também eram registradas as faltas/ausências e uma breve justificativa destacadas com caneta esferográfica na cor vermelha, tais como, “em licença”, “em licença tratamento de saúde”, “em licença especial”, “falta justificada” e “faltou (a repor)”.

Por este documento, as aulas do calendário escolar foram até o dia 05 de dezembro de 1975. Todavia, houve expediente praticamente ininterrupto composto pela coordenadora e duas secretárias, descontando os feriados de 25 de dezembro e 31 de dezembro, e um recesso a partir deste último feriado até 04 de janeiro de 1976, quando retornaram ao trabalho em 05 de janeiro de 1976, porém, com a presença da coordenadora, de uma secretária e uma servente.

A partir do dia 29 de janeiro de 1976, este quadro sofre uma alteração com a participação de mais uma servente no expediente. O quadro permaneceu sem alterações até o dia 26 de fevereiro, quando além das citadas funcionárias, juntou-se a ele nove professoras que também trabalhavam no estabelecimento. Do dia 28 de fevereiro até o dia 03 de março de 1976, houve recesso do feriado de Carnaval, retornando as atividades normais no dia 04 de março de 1976. Por este documento, uma mudança que verificamos ter ocorrido se deu a partir de 16 de agosto de 1976, com o registro de sábados letivos, ou seja, havia aulas normais nos sábados pela manhã.

Outro documento investigado que serviu à caracterização do quadro de funcionários da CEOIBS de Dourados, embora não cobrindo uma lacuna de três anos, de 1977 a 1979, foi o Processo Autorização de Funcionamento nº 02577, datado de 27 de fevereiro de 1981, apresentava uma relação nominal do corpo docente do pré-escolar no ano de 1980, contendo nome completo, a habilitação do profissional docente, a atividades-área de estudo/disciplina na qual iria atuar e série/nº de sua autorização e/ou registro do MEC e a remuneração que perfazia, como demonstrado na Tabela 13, abaixo.

Tabela 13 – Relação nominal do corpo docente do pré-escolar em 1980

Nº DE ORDEM	NOME COMPLETO DO PROFISSIONAL	HABILITAÇÃO DO PROFISSIONAL	ATIVIDADES-ÁREA DE ESTUDO/DISCIPLINA NA QUAL IRÁ ATUAR	SÉRIE	Nº DE AUTORIZAÇÃO E/OU REGISTRO DO MEC	REMUNERAÇÃO
01	A. L. de A.	Est. Soc.	-	J II	1088/80/ CVRE ⁶⁶ -SE	10.464,00
02	A. L. P. A.	Est. Soc.	-	J I	889/81/ CVRE-SE	10.464,00
03	A. M. de P. G.	Est. Soc.	-	J I	-	9.000,00
04	E. G. S.	Pedagogia	-	J II	-	9.000,00
05	E. S. W.	Normal	-	J II	-	9.000,00
06	F. C. V. N.	Est. Soc.	-	J II	1507/80/ CVRE-SE	23.401,00
07	I. F. L.	Normal	-	Recepção	1426/81/ CVRE-SE	9.000,00
08	M. A. de O.	Est. Soc.	-	Recepção	1661/80/ CVRE-SE	10.464,00
09	M. R. G. G.	História	-	J I	41661/80/ CVRE-SE 374/81	9.000,00
10	M. I. da S. S.	Normal	-	J II	891/81/ CVRE-SE	9.000,00
11	M. da G. F. P.	Normal	-	Recreação	-	9.000,00
12	N. das G. M. S.	Normal	-	J II	1655/80/ CVRE-SE	9.000,00
13	S. R. B.	Normal	-	Recreação	1530/80/ CVRE-SE	9.000,00
14	T. S. P.	Normal	-	J I	1328/80/ CVRE-SE	9.000,00

Fonte: Transcrição do documento original localizado no arquivo escolar da EECA.

Na Tabela 13, acima, percebemos que da Relação Nominal do Corpo Docente da CEOIBS de Dourados em 1980, do total de quatorze professoras, quatro fazia parte do primeiro corpo docente, ou seja, decorridos seis anos ainda continuavam a trabalhar na Casa Escola. Podemos verificar que nove, das treze componentes do primeiro corpo docente da CEOIBS de Dourados em 1974, cumpriram o termo de compromisso firmado, o qual exigia uma permanência por dois ou três anos na instituição em prol do desenvolvimento das crianças pré-escolares, quer dizer, do “desenvolvimento das sementinhas [...] Estas sementinhas serão os seus alunos” (CURSO SUPLETIVO, 1973).

Da listagem das componentes do Corpo Docente da CEOIBS de Dourados em 1980, vemos que doze professoras trabalharam com a educação do pré-escolar nas “séries” de Jardim I, Jardim II e Recreação. Enquanto que duas professoras atuaram na recepção. Sendo que a Habilitação Profissional dessas professoras se dividia entre formação em nível superior e médio. Quanto à formação em nível superior vejam que uma era formada em Pedagogia, uma em História e cinco em Estudos Sociais. Prevalecendo a formação em nível médio, com o Curso Normal.

⁶⁶ CVRE: Coordenadoria Geral de Vida Escolar e Rede Física, da Secretaria de Educação (SE).

Pela Tabela 13, acima, observamos ainda que oito das doze professoras que atuou em 1980 com a pré-escola tinha um número de “Autorização e/ou Registro do MEC” para exercer o magistério. Como já visto a sigla CVRE-SE, significa “Coordenadoria Geral de Vida Escolar e Rede Física”, da Secretaria de Educação. Estamos aqui desconsiderando os registros de autorização de duas professoras que constam como exercendo o cargo de Recepção e não na docência, de fato.

Além disso, na composição do Processo nº 02577, de 27 de fevereiro de 1981, junto à relação nominal do corpo docente se percebe que para atuar na docência, essas professoras tinham que providenciar uma carteirinha que na parte frontal era intitulada “Certificado de Autorização de Professor”, emitida pelo Estado de Mato Grosso do Sul, Secretaria de Educação, Coordenadoria Geral de Vida Escolar e Rede Física, conteúdo fotografia, nome completo, Número de Autorização CGVRF/SE, número do processo, emitida em Campo Grande-MS.

No lado oposto, os dados preenchidos eram relacionados à área de estudo/disciplina ou grau ministrado, no caso dessas professoras era Pré-escolar, abaixo se lê: “Autorização expedida na forma do Inciso III da Res/SE Nº. 006 de 26.11.1979, com validade no Estado de Mato Grosso do Sul”, logo abaixo uma linha para a assinatura do portador. Além de um único carimbo, na forma circular, de dois órgãos administrativos, a Secretaria de Educação e a Coordenadoria Geral de Vida Escolar e Rede Física.

Dentre a renda, observamos que apenas uma professora, formada em Estudos Sociais, ganhava Cr\$ 23.401,00, o maior salário dentre todas, sem nenhum indicativo aparente do porque dessa vantagem, seguido de três professoras, também formadas em Estudos Sociais, que obtinham Cr\$ 10.464,00, sendo que uma delas atuava como recepcionista, e a remuneração de dez das professoras era Cr\$ 9.000,00.

Destas três possuíam graduação superior em História, Pedagogia e Estudos Sociais, respectivamente, enquanto que sete possuíam o Curso Normal, portanto, um salário que nivelava formação e função, nada obstante a formação diferenciada das graduadas em relação ao nível médio, e uma delas atuar na Recepção. Ocorrência esta, no mínimo, desmotivadora para quem investiu mais tempo e dinheiro em educar-se e profissionalizar-se com vistas à atuação na área da educação. Ademais, as professoras que trabalharam na Recepção deveriam ter sido arroladas na relação nominal do corpo administrativo e técnico, não fazendo sentido comporem uma relação nominal de corpo docente do pré-escolar, já que não atuaram diretamente na docência.

O Processo nº. 2.577, de 19 de novembro de 1981 elenca ainda a relação nominal do corpo docente do pré-escolar, no ano de 1981, apresentando o nome completo e a habilitação do profissional docente, atividades-área de estudo/disciplina na qual iria atuar e série, nº de sua autorização e/ou registro do MEC e a remuneração, como mostra a Tabela 14, abaixo.

Tabela 14 – Relação nominal do corpo docente do pré-escolar em 1981

Nº DE ORDEM	NOME COMPLETO DO PROFISSIONAL	HABILITAÇÃO DO PROFISSIONAL	ATIVIDADES-ÁREA DE ESTUDO/DISCIPLINA NA QUAL IRÁ ATUAR	SÉRIE	Nº DE AUTORIZAÇÃO SE/OU REGISTRO DO MEC	REMUNERAÇÃO
01	A. L. de A.	Est. Soc.	-	Recreação	1088/80/ CVRE-SE	24.254,00
02	A. L. P. A.	Est. Soc.	-	Jardim da Infância	889/81/ CVRE-SE	24.254,00
03	A. M. de P. G.	Est. Soc.	-	Jardim da Infância	347/81/ CVRE-SE	24.254,00
04	E. G. S.	Pedagogia	-	Pre-Alf.	1374/81/ CVRE-SE	29.916,00
05	F. C. V. N.	Est. Sociais		Pre-Alf.	1507/80/ CVRE-SE	24.254,00
06	I. F. L.	Normal	-	Jardim da Infância	1426/81/ CVRE-SE	16.170,00
07	M. R. G. G.	História		Jardim da Infância	374/81/ CVRE-SE	29.916,00
08	M. I. da S. S.	Normal	-	Recreação	891/81/ CVRE-SE	16.170,00
09	M. Z. de P.	Est. Sociais	-	Pre-Alf.	1319/81/ CVRE-SE	48.508,00
10	N. das G. M. S.	Normal		Pre-Alf.	1655/80/ CVRE-SE	16.170,00
11	T. S. P.	Normal	-	Jardim da Infância	1328/80/ CVRE-SE	16.170,00

Fonte: Transcrição do documento original localizado no arquivo escolar da EECA.

Em 1981, das onze professoras efetivadas identificamos cinco delas como atuantes desde o início da CEOIBS de Dourados, em 1974, portanto, fatalmente acumulando em sete anos de trabalho consecutivo expressiva experiência na docência junto ao pré-escolar. Notamos um número equivalente de professoras nos dois anos. Na relação nominal do corpo docente do pré-escolar, no ano de 1980, embora elencadas quatorze professoras, duas atuaram na Recepção e não na docência. O que dá um número real de doze professoras de fato atuantes na pré-escola em 1980. Praticamente idêntico quantitativo em 1981, com onze professoras em exercício de sua profissão.

No ano de 1981, ocorreu o inverso ao ano anterior quanto à Habilitação Profissional das professoras, com prevalência da formação em nível superior em relação ao médio. Das sete que apresentaram formação em nível superior, cinco possuíam Estudos Sociais, uma possuía Pedagogia e outra possuía História. Enquanto que quatro possuía formação em nível médio, com o Curso Normal.

É interessante notar que em 1980, apenas oito das doze professoras atuantes com o pré-escolar possuía o número de “Autorização e/ou Registro do MEC” para exercerem o magistério, enquanto que em 1981, todas as onze professoras apresentam esse registro.

Ao analisarmos a respeito do item remuneração, chama-nos a atenção os ganhos de M. Z. de P., formada em Estudos Sociais, professora de uma turma de Pré-Alfabetização, atuantes na CEOIBS desde 1974, apresenta um salário de Cr\$ 48.508,00 e superior ao de todas. Para uma melhor visualização das mudanças ocorridas no ano de 1980 para 1981, faremos um comparativo dos salários das demais professoras com formação superior: A. L. de A. e A. L. P. A. formadas em Estudos Sociais, atuantes desde 1974, tiveram o salário aumentado de Cr\$ 10.464,00 para Cr\$ 24.254,00 - apresentando um reajuste salarial considerável em torno de 120% (cento e vinte por cento).

Já A. M. de P. G., formada em Estudos Sociais, atuante desde 1974, teve o salário ampliado de Cr\$ 9.000,00 para Cr\$ 24.254,00 – apresentando um aumento aproximado de 260% (duzentos e sessenta por cento). Enquanto que F. C. V. N., formada em Estudos Sociais, atuante desde 1974, teve o salário acrescido de Cr\$ 23.401,00 para Cr\$ 24.254,00 – o menor reajuste, em torno de 3% (três por cento), provavelmente devido ao fato de que seu salário anterior era equivalente ao do novo salário reajustado. Dessas professoras, embora os salários anteriores fossem divergentes, ocorre aqui um nivelamento de ganhos, ou seja, provieram de vários índices salariais para convergir em um só piso salarial, no caso, Cr\$ 24.254,00.

Diferentemente, não sabemos por qual critério, E. G. S., formada em Pedagogia, e M. R. G. G., formada em História, tiveram os salários mudados de Cr\$ 9.000,00 para Cr\$ 29.916,00 – um reajuste inacreditável de aproximadamente 330% (trezentos e trinta por cento). Sendo que as quatro normalistas tiveram o salário de Cr\$ 9.000,00 alterado para Cr\$ 16.170,00 – aparecendo niveladas e com o salário mais baixo em relação às demais colegas com formação superior, portanto, outra mudança ocorrida de um ano para outro quando então observamos um contrassenso entre formação, cargos e/ou funções e salários.

Por fim, vimos que no quesito “série”, a CEOIBS de Dourados, procurou adequar-se à Deliberação nº 53, do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, de 20 março de 1980, que fixou as normas para autorização de funcionamento de Estabelecimento de Ensino que ministra Educação Pré-Escolar e deu outras providências, dentre as quais, no Art. 4º, promove uma mudança: “As classes destinadas à Educação Pré-Escolar recebem a denominação de: Maternal, Jardim de Infância e Pré-Alfabetização”. E em Parágrafo Único: “A distribuição por classe é determinada pelo nível de desenvolvimento da criança”. Assim,

na Tabela 13, acima, vimos que no item “série”, as turmas junto às quais as professoras atuaram foi Recreação, Jardim da Infância e Pré-Alfabetização.

No Relatório de Inspeção-Ofício nº 30, de 27 de junho de 1986, solicita inspeção escolar para ratificação de autorização de funcionamento da Educação Pré-Escolar, ministrada pela Escola de Pré-Escolar e de 1º. Grau Castro Alves, ao Estado de Mato Grosso do Sul, mediante a Secretaria de Educação, a Coordenadoria Geral de Vida Escolar e Rede Física, a Diretoria de Vida Escolar. Nesse relatório temos a menção da informação última e mais avançada que localizamos a respeito da situação do corpo docente que trabalhava junto aos alunos da CEOIBS de Dourados, conforme transcrevemos: “O corpo docente é composto de 09 (nove) professores, todos com autorização para lecionar, expedida pela Coordenadoria Geral de Vida Escolar e Rede Física/SE”.

Já o Livro-Ponto com abertura em 03 de fevereiro e encerramento em dezembro de 1986, é o documento mais avançado, cobrindo o final do recorte temporal da pesquisa em 1986, que traz alguma notícia das professoras atuantes na CEOIBS de Dourados, à época. Quanto ao aspecto material, o Livro-Ponto era manuscrito com caneta esferográfica e a guisa de cabeçalho, era organizado primeiro com o nome da professora no alto da folha e centralizado, no canto superior direito na mesma linha, o mês e o ano, seguido de cargo, turma que lecionavam e turno. Logo abaixo, o espaço da folha dividia-se em cinco colunas, com os itens: dia, entrada e saída, assinatura e observação.

Nesse documento, encontramos apontamentos sobre a frequência de onze professoras da pré-escola. Destacamos dentre as professoras atuantes, a presença de quatro das professoras das primeiras professoras da Casa Escola, desde 1974, quais sejam, F. de C. V. N., M. Z. de P., T. S. P. e I. B., presentes por doze anos na construção da história da instituição de educação pré-escolar pesquisada e, particularmente, fazendo parte da história da profissão docente e da escolarização da infância mato-grossense e sul-mato-grossense.

A professora I. B. acrescentou S. ao seu sobrenome, provavelmente, no íterim de 1974 a 1986, casou-se. No Livro-Ata investigado, no mês de julho de 1986, há registro de que I. B. S., estava desde 09 de junho e ficaria até 08 de outubro “em licença de gestante”, notadamente período que soma quatro meses, ou seja, com probabilidade de ter se organizado para que a gravidez acontecesse no ano de uma “licença prêmio”, com acúmulo de férias, para poder “curtir” melhor seu bebê.

Em relação a licenças e afastamentos, no turno vespertino, H. G. A., professora de Recreação, há o registro de que tirara uma licença saúde, de 22 de junho a 06 de julho de 1986, sendo a licença saúde renovada, de 07 a 21 de julho, e as aulas dadas pela substituta V.

A. B. T. No início de novembro de 1986, registrou-se que F. de C. V. N., estava de “licença para tratamento de saúde”, de 14 de outubro a 12 de novembro, sendo substituída por N. S. M. As substitutas, nem sempre eram externas, mas às vezes as professoras se revezaram entre si. Neste Livro-Ponto, no geral, as professoras foram muito presentes, com muito poucas ausências e aulas dadas por substitutas, ou afastamento por licenças médicas.

No próximo tópico, procuramos promover uma caracterização do perfil do pessoal administrativo e técnico da CEIOBS de Dourados, porém limitada aos anos de 1980 e 1981, conforme nos permitiu os documentos localizados.

3.2 Corpo administrativo e técnico da CEIOBS de Dourados

O documento investigado que serviu à caracterização parcial do quadro de funcionários da CEIOBS de Dourados foi o Processo Autorização de Funcionamento nº 02577, datado de 27 de fevereiro de 1981. Ele apresenta uma relação nominal do corpo administrativo e técnico do pré-escolar, em 1980, contendo o nome completo e a habilitação do profissional, seu cargo ou função, número de autorização para trabalhar e remuneração, como expostos na Tabela 15, abaixo.

Tabela 15 – Relação nominal do corpo administrativo e técnico do pré-escolar em 1980

Nº DE ORDEM	NOME COMPLETO DO PROFISSIONAL	HABILITAÇÃO DO PROFISSIONAL	CARGO OU FUNÇÃO	Nº DE AUTORIZAÇÃO	REMUNERAÇÃO
01	D. A.	Pedagogia	Diretora	145/80-CVRE-SE	20.249,00
02	M. Z. de P.	Est. Soc.	Profª/Coordenadora	-	34.719,00
03	R. R. C.	Tec. Cont.	Secretária	163/80	16.283,00
04	M. de V. S.	Normal	Profª/Aux. Administ.	-	15.019,00
05	E. B. da C.	1º. Gr. Incomp.	Profª/Aux. Administ.	-	7.480,00
06	D. de F. F.	2º. Gr. Incomp.	Profª/Aux. Administ.	-	7.480,00
*07	M. D. B.	1º. Gr. Incomp.	Servente	-	4.895,00
08	M. J. M. de B.	1º. Gr. Incomp.	Servente	-	5.295,00
09	A. F. R.	1º. Gr. Incomp.	Servente	-	4.895,00
*OBS.	Licença em prorrogação	-	-	-	-

Fonte: Transcrição do documento original localizado no arquivo escolar da EECA.

Conforme a Tabela 15, acima, o Corpo Administrativo e Técnico da CEIOBS de Dourados era composto por nove profissionais, sendo os cargos ocupados por 1 Diretora, 1 Coordenadora (Professora), 1 Secretária, 3 Auxiliar Administrativo (Professoras) e 3

Serventes. Chamamos atenção para o fato inédito de que A. F. R., na função de servente, foi o primeiro funcionário do sexo masculino que aparece nos registros da história da CEOIBS de Dourados, contrastando com a maciça presença feminina que atuou tanto no Corpo Administrativo e Técnico, como no corpo de docentes da CEOIBS de Dourados. Note-se que duas possuíam um “Número de Autorização” para trabalhar, que observamos registrado em carteirinhas de autorização para exercício do magistério.

Através da Ata de Reuniões da EECA, com abertura em 27 de fevereiro de 1970 e encerramento em 12 de abril de 1980, observamos que a pedagoga D. A., a 17 de fevereiro de 1973, recebeu a direção do Grupo Escolar Castro Alves (GECA) das mãos do Diretor, J. L. C. T., conforme registrado na Ata: “Finalmente, o professor José Laerte, então diretor do Estabelecimento, passou a direção do mesmo, à professora Dirce Arakaki que demonstrou-se satisfeita ao assumir o cargo”.

Já na Ata de Reunião da CEOIBS de Dourados, iniciada a 27 de setembro de 1979 e finalizada a 01 de agosto de 1985, encontramos D. A. citada como Diretora, ainda a 20 de julho de 1983, ou seja, ocupando por dez anos consecutivos o cargo de Diretora, da EECA, e por nove anos o cargo de Diretora da CEOIBS de Dourados, desde o início das atividades da Casa Escola, a 04 de fevereiro de 1974 (CURSO SUPLETIVO, 1973-74, s/p.), cobrindo praticamente todo o arco temporal de nossa pesquisa, entre os anos de 1973 e 1986.

Quanto à Habilitação Profissional, observamos duas funcionárias com formação superior em Pedagogia e Serviço Social, ocupando os cargos de Diretora e Coordenadora, respectivamente. Ao nível médio se nota uma funcionária exercendo o cargo de Secretária com formação em Técnico em Contabilidade, uma professora o Curso Normal, mas exercendo o cargo de Auxiliar Administrativo, e uma funcionária com o “2º. Gr. Incomp.”, porém, no registro já citada como “Profª/Aux. Administ.”, o que se deve, provavelmente, de estar finalizando sua formação no Curso Normal. Além de quatro empregados, possuírem o 1º. Grau Incompleto, dos quais uma dubiamente exercendo o cargo de Professora/Auxiliar Administrativo, e três ocuparem o cargo de Servente.

Verificamos, em relação à remuneração, que embora D. A., formada em Pedagogia e ocupando o cargo de Diretora, por isso, possivelmente trabalhando os dois turnos, entretanto, ganhava disparadamente menos (20.249,00) que a Coordenadora (34.719,00) também formada, mas em Estudos Sociais. Em números, se subtrairmos 34.719 de 20.249, teremos uma diferença de 14.470, isto é, aproximadamente 1/3 (um terço) ou 40% (quarenta por cento) a menos. O que ocasionou tal situação? Fica a incógnita diante desse impasse, para análises posteriores.

Pelo documento investigado não foi dado nenhuma pista quanto a que “dinheiro” se tratava. No então, como esclarece Cunha (2000, s/p.), o “Tesouro Nacional emitiu o dinheiro brasileiro até a criação do Banco Central, em 1965. Desde então, o Banco Central é o único emissor do dinheiro brasileiro”. Assim, pesquisando sobre as Reformas no Sistema Monetário Brasileiro desde 1942, conhecemos que a moeda vigente à época era o Cruzeiro (Cr\$), segundo a “Resolução nº 144, de 31.03.1970 (D.O.U. de 06.04.70), do Conselho Monetário Nacional, restabeleceu a denominação CRUZEIRO, a partir de 15.05.1970, mantendo o centavo” (PORTAL BRASIL). Sendo seu período de circulação, de 15 de maio de 1970 a 27 de fevereiro de 1986.

De acordo com o Banco Central do Brasil, o Plano Econômico Real, implantado em 01 julho 1994 até à atualidade, a moeda vigente no Brasil é o Real (R\$), conforme a Lei nº 8880, de 27 de maio de 1994, e a Lei nº 9069, de 29 de junho de 1995. Diante disso, para a atualização monetária da quantia expressa em Cruzeiro (Cr\$), moeda brasileira anterior ao Plano Real (R\$), o *site* Portal Brasil propõe uma tabela de conversão cujo cálculo a ser feito é: $/1000^4 \times 2,75$, quer dizer, dividir por mil, elevado a quarta potência, e multiplicar por 2,75 para encontrar uma conversão nominal. Assim, por exemplo, o salário da Coordenadora de Cr\$ 34.719,00 : $1000^4 \times 2,75 = 1.26\text{e-}8$ reais. Enquanto que o salário da Diretora de Cr\$ 20.249,00 : $1000^4 \times 2,75 = 7.4\text{e-}9$ reais.

Avançando, evidenciamos que no mesmo Processo de Autorização de Funcionamento Autorização de Funcionamento nº 02577/1981, foi arrolada a relação nominal do corpo administrativo do pré-escolar em 1981, sendo apresentado o nome completo e a habilitação do profissional, seu cargo ou função, número de autorização para trabalhar e a remuneração, conforme a Tabela 16, abaixo.

Tabela 16 – Relação nominal do corpo administrativo do pré-escolar em 1981

Nº DE ORDEM	NOME COMPLETO DO PROFISSIONAL	HABILITAÇÃO DO PROFISSIONAL	CARGO OU FUNÇÃO	Nº DE AUTORIZAÇÃO	REMUNERAÇÃO
01	D. A.	Pedagogia	Diretora	145/80-CVRE-SE	Cr\$ 66.836,00
02	R. R. C.	Tec. Cont.	Ag. Tec. Apoio Ed.	163/80-CVRE-SE	Cr\$ 30.601,00
03	E. B. C.	1º. Gr. Incomp.	Inspetora	-	Cr\$ 10.702,00

Fonte: Transcrição do documento original, localizado no arquivo escolar da EECA.

Na relação do Corpo Administrativo do pré-escolar em 1981, aparecem os cargos de Diretora, Agente Técnico de Apoio Educacional e Inspetora, porém, as mesmas profissionais foram mantidas, como a D. A. no cargo de Diretora, e as duas demais com algumas alterações

na nomenclatura de suas funções, como R. R. C. que de Secretária, passa a Agente Técnico de Apoio Educacional, e E. B. da C., que tem aqui nesta listagem a supressão do “da” de seu nome, passa do cargo de Auxiliar Administrativo para Inspetora.

Outra mudança bastante significativa relaciona-se à remuneração que deu um salto que podemos adjetivar de “assombroso”. Note-se na Tabela 15, acima, o indicativo claro da moeda vigente à época. A Diretora D. A., tem seu salário triplicado, pois de Cr\$ 20.249,00, passa a Cr\$ 66.836,00. Já o salário de R. R. C. praticamente dobrou, indo de Cr\$ 16.283,00 para Cr\$ 30.601,00, enquanto que E. B. da C. tem seu salário de Cr\$ 7.480,00 – reajustado em quase 50% (cinquenta por cento) indo para Cr\$ 10.702,00. O que sucedeu para um aumento excessivo nos salários?

Na década de 1970, no contexto da pesquisa em âmbito nacional, para elucidar a questão nos deparamos com o “monstro da inflação”, cuja força serviu “para atormentar a economia brasileira pelos 20 anos seguintes - período em que o assunto foi capa de VEJA em diversas ocasiões. Os índices elevados de aumentos de preços disseminaram um clima de instabilidade entre todos os segmentos da sociedade” (ARQUIVO VEJA).

Munhoz (1993, p. 78) detalha que foi “em outubro de 1973, com a explosão dos preços do petróleo, que a economia brasileira passaria a enfrentar fortes impulsos inflacionários de origem externa”. E ainda o mesmo autor complementa que “Forçado a transferir adicionalmente para o exterior algo equivalente a 2% da renda global, no pagamento das importações de petróleo, tornou-se impossível conter as pressões inflacionárias que isso introduzia na economia do país” (MUNHOZ, 1993, p. 78).

Ao final da década de 1970, “a inflação chega a 94,7% ao ano. As indústrias não conseguem planejar investimentos, as pessoas perdem poder aquisitivo. Às autoridades econômicas, só restava pedir tempo, uma vez que boa parte de seu repertório já havia sido utilizada” (ARQUIVO VEJA). Diante da eclosão da crise do petróleo, obrigando-se o Brasil à importação, contraiu uma dívida externa líquida que, em 1973, foi de US\$ 6 bilhões para inacreditáveis US\$ 100 bilhões, em 1982. O que forçou o Brasil, a acatar as regras do Fundo Monetário Internacional (FMI) e as políticas clássicas de ajustamento externo (MUNHOZ, 1993, p. 80). O mesmo autor elucida ainda que:

O impacto de tais decisões sobre os custos do sistema produtivo e sobre os preços dentro da economia brasileira seria inevitável. E efetivamente a inflação brasileira, que estivera em torno do nível de 100% ao ano desde 1980, se eleva para 211% em 1983 — um novo patamar que se repetiria no biênio seguinte, até que, com o plano de estabilização de 1986, viesse a recuar para 65%. (MUNHOZ, 1993, p. 80).

Quadro este de desestabilização e vertiginosa crise econômica, que amargou o país em pelo menos vinte anos de elevada inflação e lamentável desvalorização da moeda. Diante dos apontamentos, entendemos que de 1980 para 1981, de fato, não houve um “aumento excessivo” nos salários do corpo administrativo do pré-escolar, como já observado, mas apenas uma tentativa de reajuste salarial promovida pelos órgãos governamentais, para recuperação mínima do poder aquisitivo dos trabalhadores, ante a galopante inflação brasileira.

Isto exposto, no próximo tópico, desenvolvemos uma análise do perfil dos(as) alunos(as) da “Casa Escola O Infantil do Bom Senso” de Dourados, bem como também de seus pais e/ou responsáveis, a partir de documentos encontrados do arquivo escolar da EECA, cujos vestígios auxiliam a construção do perfil das crianças e suas famílias, ou seja, quem era o público atendido pela CEOIBS de Dourados, no período pesquisado.

3.3 Os alunos e as alunas da CEOIBS de Dourados

As fontes que se constituíram no *corpus* documental que possibilitaram as investigações acerca do perfil dos(as) alunos(as) da CEOIBS de Dourados e suas famílias, foram cinco fichas de matrícula de 1974, um Livro de Matrícula de Alunos do ano de 1974 a 1980; um Livro de Matrícula de Alunos do ano 1980 a 1982. Juntos esses Livros de Matrícula de Alunos somam, de 1974 a 1982, nove anos, ou seja, abarca quase todo o período do recorte temporal da pesquisa que vai de 1973 até 1986, ficando de fora apenas quatro anos. Segundo Souza (2000):

[...] os *livros de matrícula* contém dados relevantes que permitem uma criteriosa caracterização dos alunos em relação a nacionalidade, filiação, idade, condições socioeconômicas (dados que podem ser aferidos tendo em vista a profissão do pai ou responsável e o endereço residencial do aluno). Esses dados são essenciais para uma compreensão mais acurada sobre as demandas pela escola e as características do alunado; aspectos reincidentemente utilizados sem muito critério para legitimar determinadas explicações sobre o fracasso escolar e sobre a perda da qualidade do ensino público. (SOUZA, 2000, p. 14)

Os Livros de Matrícula de Alunos, de 1974 a 1982, da CEOIBS de Dourados, portanto, foram indispensáveis para a reescrita da história e caracterização da clientela atendida, quanto à sua a naturalidade, idade, filiação e as condições socioeconômicas das famílias cotejadas das profissões dos pais ou responsáveis e do logradouro da comunidade escolar.

Constituíram ainda no *corpus* documental das investigações sobre alunos e pais da CEOIBS de Dourados, a Deliberação Nº. 53, de do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, de 20 de 1980, que fixa as normas para autorização de funcionamento de Estabelecimento de Ensino que ministra Educação Pré-Escolar e dá outras providências. Desse modo, discutimos a categoria público-alvo, ou seja, os alunos e suas famílias, suas culturas e suas representações.

Na tabela 17, abaixo, transcrevemos alguns dados das fichas de matrículas localizadas no arquivo escolar da EECA, que auxiliam a uma caracterização do perfil de alunos matriculados na CEOIBS de Dourados, em 1974, primeiro ano de funcionamento. Inicialmente, as turmas dividiam-se, em Maternal, Jardim I e Jardim II, nos períodos matutino e vespertino, no atendimento a crianças de quatro, cinco e seis anos, respectivamente.

Tabela 17 - Fichas de matrículas em 1974, da CEOIBS de Dourados

Aluno(a)	D. N.	Sexo	Naturalidade	Descendência (provável)	Turma	Turno	Profissão/responsável	Salário do pai (Cr\$)	Inscrição (Cr\$)	Caixa Escolar (Cr\$)	Anuidade (Cr\$)
C. de M. F.	19/07/1970	Mas.	Dourados-MT	—	Maternal	Vesp.	Médico	6.280,00	10,00	6,00	45,00
A. L. P. A.	11/10/1968	Fem.	Pompéia-SP	—	Jd. II	Mat.	Pecuarista/Lavrador	534,00	10,00	3,00	—
A. J. S.	16/10/1968	Masc.	Dourados-MT	Alemã	Jd. II	Mat.	Comerciante	500,00	Isenção	2,00	-
A. M. A.	30/10/1968	Masc.	Dourados-MT	Japonesa	Jd. II	Vesp.	Dentista (pai)	1.760,00	10,00	6,00	20,00
A. V. B.	29/08/1967	Fem.	Dourados-MT	-	Jd. II	Vesp.	Marceneiro	240,00	4,00	Isenção	-

Fonte: Dados transcritos de Fichas de Matrículas, localizadas no arquivo escolar da EECA.

Das cinco fichas de matrículas encontradas, observamos que apenas uma criança não é natural de Dourados, mas de Pompéia-SP. Destacamos pelos sobrenomes encontrados apenas duas prováveis descendências, uma alemã e a outra japonesa. Quanto à profissão dos pais ou responsáveis, foram encontradas: médico, pecuarista/lavrador, comerciante, dentista e marceneiro, indicando a posição social dos pais, nitidamente, com prevalência de classes socioeconômicas privilegiadas.

O salário na moeda vigente era um dado obrigatório na ficha de matrícula, pois parecia atrelado à inscrição, à anuidade e ao Caixa Escolar Mensal, bem como do percentual do salário se procedia ao cálculo do valor a ser pago pela inscrição, por uma taxa de anuidade única e pelo valor mensal a ser arrecadado para a Caixa Escolar. No caso de isenção, na matrícula ficava registrado o motivo, que geralmente, se devia a baixa renda dos pais ou responsáveis ou uma renda insuficiente no sustento de famílias numerosas.

Ao prosseguir na caracterização dos alunos da CEOIBS de Dourados, na Tabela 18, abaixo, observamos uma progressão por meio das fichas de matrículas de um aluno que frequentou todas as turmas da Pré-Escola na CEOIBS de Dourados, quais sejam, Maternal,

Jardim I e Jardim II, entre os anos de 1975 a 1977. Tendo nascido em 28 de maio de 1971, aluno K. D. F. J., natural de Dourados-MT, contava com quatro anos ao ingressar no Maternal, em 1975. E foi aluno no Jardim I e Jardim II, nos anos de 1976 e 1977, com cinco e seis anos, respectivamente.

Tabela 18 - Fichas de matrícula do aluno K. D. F. J. (1975-1977)

Aluno(a)	Data de Nascimento	Sexo	Naturalidade	Ano	Turma	Turno	Profissão/responsável	Salário do pai (Cr\$)	Inscrição (Cr\$)	Caixa Escolar (Cr\$)	Anuidade (Cr\$)
K. D. F. J.	28/05/1971	Masc.	Dourados-MT	1975	Maternal	Mat.	Escriturário	1.000,00	10,00	6,00	12,00
K. D. F. J.	28/05/1971	Masc.	Dourados-MT	1976	Jd. I	Vesp.	Escriturário	1.083,33	–	6,00	Isenção
K. D. F. J.	28/05/1971	Masc.	Dourados-MT	1977	Jd. II	Vesp.	Repres. Autorizado	1.083,00	–	4,00	Isenção

Fonte: Dados colhidos de Fichas de Matrículas, localizadas no arquivo escolar da EECA.

Realizamos o cruzamento de fontes para verificar, por exemplo, correspondência ou não dos dados presentes nas fichas de matrícula do aluno K. D. F. J. com os registrados na Ata de Matrícula de Alunos da CEOIBS de Dourados, que cobre o período de 1974 a 1980. Embora os dados da Tabela 17 acima, tenham sido colhidos das fichas de matrícula do aluno K. D. F. J., de 1975 a 1977, cotejamos na Ata de Matrícula de alunos(as) da CEOIBS de Dourados, que ele figura, sim, entre os matriculados, confirmando sua matrícula e participação como aluno nos anos apresentados por suas referidas fichas de matrículas.

Outro dado a ser destacado nesse cruzamento de fontes diz respeito à profissão de seu pai, K. D. F., que à época era escriturário e sua mãe, A. M. M. F., era doméstica. A família, pois, foi residente em Dourados, à Rua Mato Grosso, 180, portanto, no perímetro urbano.

Diante disso, podemos inferir que a documentação administrativa produzida “pelos órgãos da administração do ensino para serem utilizados pelas escolas” (SOUZA, 2000, p. 11), foi possivelmente pautada em cópias de documentos originais das crianças trazidas à escola pelos pais de alunos (as). Como exemplo citamos a certidão de nascimento, que tinha seus dados transcritos para fichas de matrículas e estas para um Livro de Matrícula de alunos, registros esses produzidos pela EECA com critério e clareza, o que demonstra um serviço fidedigno realizado por pessoas senão “treinadas”, evidentemente capacitadas para a função que desempenhavam.

No entanto, das fichas de matrícula da CEOIBS de Dourados, a que tivemos acesso pela pesquisa realizada no arquivo escolar da EECA, observamos que sofreram mudanças de ano em ano, ou seja, a de 1974, foi uma, a de 1975, foi outra, a de 1976, outra ainda, e assim sucessivamente com as fichas de matrícula dos anos de 1977, 1978 e 1981. Já em 1985 e 1986, foram encontrados apenas requerimentos de matrícula. Fica assinalada e em aberto a

necessidade de aprofundamento na cultura material escolar contida nas fichas de matrículas investigadas, relevantes por permitir uma criteriosa caracterização dos alunos, pais e/ou responsáveis.

Nesse intuito, na Tabela 19, abaixo, fizemos um levantamento e transcrevemos o quantitativo de alunos como encontrados no Livro de Matrícula de Alunos do ano de 1974 a 1980, granjeados mediante pesquisa de campo realizada no arquivo escolar da EECA.

Tabela 19 - Matrícula de alunos(as), períodos matutino e vespertino (1974-1980)

Ano	Maternal	Jardim I	Jardim II	Total/Parcial
1974	27	33	43	103
1975	35	44	40	119
1976	28	68	48	144
1977	28	55	86	169
1978	73	125	121	319
1979	–	33+25+32+28 = 118	30+34+30+35 = 129	247
1980	–	25+22+26+26 = 99	26+24+23 = 73	172
Total				1273

Fonte: Elaborado a partir de dados contidos no Livro Ata de Matrícula de Alunos de 1974 a 1980, localizada no arquivo escolar da EECA.

Os alunos da CEOIBS de Dourados foram matriculados em turmas de Maternal, Jardim I e Jardim II. No ano de 1974, no início de suas atividades, o estabelecimento apresentou 103 alunos matriculados, o menor número de alunos em relação aos anos posteriores, significando que tanto a demanda aumentou consideravelmente como também a própria instituição de educação pré-escolar parece ter procurado ampliar a oferta de um maior número de vagas. Sendo 319, o quantitativo máximo de alunos matriculados, ocorrido em 1978. Diante disso, questionamos: como a instituição se organizou, quanto a espaço físico, material e humano, para acolher 319 alunos, com uma diferença de 150 alunos a mais em relação ao ano anterior? Qual a proveniência de tantas crianças?

Note-se que em 1979, já não foram matriculadas crianças no Maternal, mas apenas nas turmas de Jardim I e Jardim II, um número de alunos equivalente ao ano anterior. Em 1980, a Deliberação Nº 53, do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, de 20 de março de 1980, fixou as normas para autorização de funcionamento de Estabelecimento de Ensino que ministra Educação Pré-Escolar e deu outras providências, dentre as quais uma mudança na nomenclatura das turmas do pré-escolar, pois no Art. 4º, da Deliberação nº 53/1980, há a seguinte determinação: “As classes destinadas à Educação Pré-Escolar recebem a denominação de: Maternal, Jardim de Infância e Pré-Alfabetização”.

Entretanto, já a partir de 1979 a CEOIBS de Dourados, deixa de oferecer o Maternal, para crianças que contavam na maioria, com 4 anos de idade. De 1980 em diante, passa a matricular apenas alunos nas turmas de Jardim de Infância e Pré-Alfabetização, para crianças de 5 a 6 anos de idade, respectivamente, privilegiando o preparo para o primário, mediante o trabalho pautado na assumida pré-alfabetização.

Na prática, não obstante a Deliberação, pudemos observar que em 1980, conforme o Livro de Matrícula de Alunos do período de 1980 a 1982, nas matrículas ainda consta Jardim II e não Jardim da Infância, o que só foi adequado a partir do ano de 1981. Dando continuidade ao levantamento do quantitativo de alunos da CEOIBS de Dourados, na Tabela 20, abaixo, elencamos os dados encontrados no Livro de Matrícula de Alunos, dos anos 1980 a 1982.

Tabela 20 - Matrícula de alunos(as), períodos matutino e vespertino (1980-1982)

Ano	Jardim da Infância	Pré-Alfabetização	Total/Parcial
1980	$23+26+26 = 75$	–	75
1981	$21+21+18+20+20 = 100$	$26+25+24+23+25 = 123$	223
1982	99	$84+68 = 152$	251
		Total	549

Fonte: Elaborado a partir de dados contidos no Livro de Matrícula de Alunos de 1980 a 1982, localizada no arquivo escolar da EECA.

De 1980 a 1982, de acordo com o Livro de Matrícula de 1980 a 1982, o número de crianças atendidas na Casa Escola chega à casa de 549 alunos. Todavia, embora as Atas de 1974 a 1980 e de 1980 a 1982 investigadas não apresentem uma continuidade, talvez devêssemos somar o total de alunos descrito no ano de 1980, pois apenas 75 matriculados nesse ano, conforme a Ata de 1980 a 1982, não condiz com a realidade observada. Assim, $172 + 75 = 247$ é uma soma que condiz melhor com o quantitativo de crianças atendidas na Casa Escola, coincidindo por acaso com o número de alunos matriculados no ano de 1979, como demonstrado na Tabela 20, anteriormente.

Além da adequação parcial a determinação da Deliberação nº 53/1980, com a organização de turmas de Jardim da Infância e Pré-Alfabetização, pelo exposto na Tabela 20, acima, identificamos uma correspondência à determinação da Deliberação, com relação ao número de alunos por sala, como se vê em seu Artigo 7º: “A lotação máxima por turma atendida por um mesmo professor para Jardim de Infância ou Pré-Alfabetização é de 25 (vinte e cinco) alunos e, para o Maternal, 20 (vinte) alunos”. E, demonstra uma preocupação relacionada ao cuidado com a saúde da criança, determinando no Artigo 8º que: “Anualmente,

por ocasião da matrícula, é exigida a apresentação de atestado relativo às vacinas obrigatórias”.

Desse modo, em observância à Deliberação podemos considerar que no ano de 1980, os alunos matriculados foram organizados em três turmas de Jardim da Infância, uma com 23 alunos e duas com 26 alunos. Em 1981, foram organizadas cinco turmas de Jardim da Infância, sendo duas com 21, uma com 18 e duas com 20 alunos, cada. No mesmo ano, também foram organizada cinco turmas de Pré-Alfabetização, uma com 23, outra com 24, uma com 25 e duas com 26 alunos. Num total de 223, alunos matriculados em 1981.

Já em 1982, são registrados 99 alunos matriculados no Jardim da Infância e 152, matriculados na Pré-Alfabetização, somando um total de 251 alunos, mas notamos que houve um retorno à maneira anterior de registro das matrículas ordenadas em sequência, não mais procurando observar um quantitativo de 25 alunos por turma, já no registro realizado no Livro de Matrícula.

Assim, de 1974 a 1980, pelos documentos analisados, a CEOIBS de Dourados teve em seu rol de matriculados 1273 crianças em idade pré-escolar, e 549 crianças matriculadas, de 1980 a 1982, que totaliza 1822 crianças matriculadas em nove anos de funcionamento. Diante disso, a questão em torno da matrícula de alunos(as) em relação à frequência merece ser discutida. O Processo nº 02577, de 19 de novembro de 1981, por exemplo, apresenta o quantitativo de alunos matriculados e frequentes em 1981, na Pré-Alfabetização e Jardim da Infância, num total de 91 no período matutino e 96 no período vespertino, num total de 187 alunos(as).

Embora os documentos concordem quanto às turmas atendidas ser as de Pré-Alfabetização e Jardim da Infância, os dados divergem dos apresentados na Tabela 20, acima, onde notamos que quantitativo de matrículas de alunos(as) em 1981 totaliza 223 crianças, sendo 100 matriculadas no Jardim da Infância e 123 matriculadas na Pré-Alfabetização, nos períodos matutino e vespertino. Constatamos que subtraindo o total de 223 de 187 matriculados, chegamos a uma diferença de 36 alunos, ou seja, nem todas as crianças matriculadas frequentaram o ensino pré-escolar ofertado na CEOIBS de Dourados.

Os Livros de Matrícula de 1974 a 1982 analisados permitiu perceber que a grande maioria das crianças atendidas na CEOIBS era natural de Dourados e cidades próximas como Rio Brilhante, Itaporã, Douradina, Ponta Porã e Campo Grande, entre outras, mas também eram provenientes de muitos outros municípios e estados, principalmente, das regiões centro-oeste, sul e sudeste. Com base nos endereços registrados nesses documentos, foi possível observar que a maior parte das crianças era residente em Dourados, mas houve algumas que

residiam nas imediações como, um dos casos que trazemos a guisa de exemplificação, pois as limitações dessa dissertação não comportou um levantamento de todos os casos.

A aluna L. M. K., por exemplo, natural de Campo Grande, nascida a 22 de fevereiro de 1972, filha de pai polonês e mãe japonesa, N. R. K. e A. T. M. K., respectivamente pai e mãe, ambos médicos, residentes em Itaporã. Desse modo, atipicamente, essa menina teve que se deslocar todos para vir estudar em Dourados. O que, provavelmente, só foi possível devido ao poder aquisitivo de seus pais, que deviam possuir carro para as viagens, um luxo para poucos à época, em que se andava de bicicleta, de charrete e à pé. L. M. K. foi aluna da Casa Escola, nos anos de 1976, matriculada no Jardim I, e em 1977, no Jardim II.

Diante da impossibilidade de uma linearidade na tentativa de construção da história da CEOIBS de Dourados, de levantamentos que procuraram caracterizar em alguma medida os alunos dessa instituição, caminhamos no tempo e avançamos de 1982 a 1986. Por meio do Livro-Ponto, documento mais avançado no tempo localizado, com registros acerca da frequência das professoras no trabalho docente, entre outros, cuja abertura se deu a 03 de fevereiro e encerramento em dezembro de 1986, procuramos fechar o arco temporal da pesquisa em 1986.

Assim, pela organização das turmas regidas pelas professoras foi possível vislumbrar o quantitativo de alunos matriculados em 1986, pois no período matutino havia 1 turma de Recreação, 2 turmas de Jardim da Infância e 3 de Pré-Alfabetização. No vespertino, havia 1 turma de Recreação, 3 turmas de Jardim da Infância e 3 de Pré-Alfabetização. No total de 13 turmas, atendidas nos dois turnos, porém, com uma turma a mais de Jardim da Infância, no vespertino. Se levarmos em conta, que o número de crianças atendidas até 1982 girou em torno de duzentos e cinquenta alunos(as), podemos hipoteticamente supor que para lotar 13 turmas, com aproximadamente 20 alunos em cada uma, por exemplo, teríamos em média 260 alunos matriculados em 1986. Probabilidade esta corroborada por um registro visto na Ata de Reuniões da CEOIBS, com início a 15 de fevereiro de 1986 e término a 07 de agosto de 1987, mais precisamente na reunião que ocorreu no dia 23 de outubro de 1986, orientando que: “[...] se levassem em conta o nº de cadeiras novas recebidas do Estado será de 20 alunos por sala no Pré-Escolar”.

No ano de 1986, as aulas iniciaram a 17 de fevereiro. As férias foram de 20 de julho a 31 de julho, retornando as atividades em agosto. E o encerramento do ano letivo, se deu a 19 de dezembro de 1986. De 23 a 31 de dezembro de 1986, a pré-escola esteve em recesso, conforme a Portaria nº 2/1986, conforme o Livro-Ponto em pauta. Na sequência, buscamos construir uma caracterização das condições socioeconômicas da clientela atendida, por meio

do levantamento dos tipos de profissão dos pais de alunos e/ou responsáveis, presentes em livros de matrícula analisados.

Por meio do Livro Matrícula de Alunos, localizado no arquivo escolar da EECA, que cobre o período de 1974 a 1980 e outro Livro de Matrícula de Alunos que cobre o período de 1980 a 1982, foi possível realizar um levantamento da profissão de pais dos alunos da CEOIBS de Dourados e, conseqüentemente, verificar suas posições sociais, em meio à sociedade douradense, à época.

Num primeiro momento, levantamos a profissão de pais dos alunos da CEOIBS de Dourados em 1974, para que esse marco inicial fosse destacado em relação aos anos subsequentes, a fim de se constatar as mudanças daí advindas, quanto as profissão e posição social dos pais de família de crianças que frequentaram a CEOIBS de Dourados, no período em questão.

Tabela 21 – Profissão de pais/responsáveis de alunos(as) da CEOIBS de Dourados em 1974

Nº.	Profissão/posição social do pai	Nº. de incidência	Nº.	Profissão/posição social do pai	Nº. de incidência
1	Administrador de Fazenda	1	18	Funcionário Público	2
2	Advogado	4	19	Guarda	1
3	Agricultor	1	20	Industrial	3
4	Agrimensor	2	21	Lavrador	3
5	Aviador	1	22	Marceneiro	1
6	Bancário	11	23	Médico	6
7	Carpinteiro	1	24	Motorista	2
8	Comerciante	12	25	Pecuarista	13
9	Comerciário	5	26	Pedreiro	2
10	Contador	4	27	Publicitário	1
11	Construtor	1	28	Radialista	1
12	Dentista	2	28	Sapateiro	1
13	Empresário	1	30	Secretário	1
14	Enfermeiro	1	31	Securitário	2
15	Engenheiro Agrônomo	3	32	Vendedor Ambulante	2
16	Escriturário	1	33	Viajante	1
17	Fazendeiro	1			

Fonte: Elaborado a partir de dados contidos em Livro de Matrícula de Alunos, localizada no arquivo escolar da EECA.

Na Tabela 21, acima, pode ser observado que foi encontrado 33 tipos de profissões, representativas da sociedade douradense no período, sendo esta circunscrita num contexto maior, regional e nacional, que aponta para uma diversidade social presente nas famílias. Tais dados fazem pensar em que se baseava a “participação comunitária” nas origens da CEOIBS de Dourados, pois, pelas profissões é notável a representação de diferentes grupos sociais, principalmente, a de uma população socialmente mais privilegiada, representada,

principalmente, por advogados (4), médicos (6), dentistas (2), engenheiros agrônomos (3), industriais (3), contadores (4). Sendo não subalternas as profissões de maior incidência encontradas, como a profissão de pecuarista, com 13 registros, seguida pela de comerciante, com 12 registros e a de bancário, com 11 registros, conforme o Livro de Matrículas de Alunos, guardada no arquivo escolar da EECA.

Diante disso, interrogamos: será que na CEOIBS de Dourados se deu caso semelhante ao referido por Kishimoto (1990, p. 59) em relação à clientela do jardim de infância anexa à Escola Normal Caetano de Campos? Sendo que esta, criada pelo Decreto nº 342, de 1896, constituiu-se na “primeira unidade pré-escolar instalada com recursos governamentais destinada a formar crianças de 3 a 7 anos”, contraditoriamente, aquele “jardim de infância, embora público, acaba disputado por crianças de meios privilegiados” (KISHIMOTO, 1990, p. 59).

No caso da CEOIBS de Dourados, observamos que para crianças de diferentes grupos sociais foi propiciado igual contexto para desenvolvimento em uma instituição pública e laica de educação pré-escolar. Portanto, o modelo de funcionamento da pré-escola, proposto do Projeto “Casa Escola O Infantil do Bom Senso”, originado pelo Decreto nº 2.328/1974, pode ser considerado um avanço e uma nova opção para o pré-escolar e suas famílias, dentre as ações institucionais filantrópicas, confessionais e privadas, que já havia no estado de Mato Grosso (Uno) e, por extensão, no município de Dourados.

Após o ano de 1974, quando iniciaram as atividades educativas na CEOIBS de Dourados, os tipos de profissões cresceram significativamente, pois de 33 tipos de profissões elencadas que mostram a posição social de pais de alunos e alunas da CEOIBS de Dourados em 1974, como pode ser observado na Tabela 22, abaixo, mais de outros 100 tipos diferentes de profissões foram encontradas, nos dois Livros de Matrícula analisados, que circunscrevem um período de 8 anos, que vai de 1975 a 1982.

Tabela 22 – Profissão de pais/responsáveis de alunos(as) da CEOIBS de Dourados (1975-1982)

Nº.	Profissão/posição social do pai	Nº de incidência	Nº.	Profissão/posição social do pai	Nº de incidência
1	Administrador	1	65	Gerente de Fazendas	1
2	Administrador de Fazenda	1	66	Gerente Industrial	1
3	Advogado	40	67	Gerente de Vendas	2
4	Agente Administrativo	2	68	Guarda Fiscal	1
5	Agente Federal	1	69	Industrial	12
6	Agente Fiscal	1	70	Industriário	2

7	Agente Lotérico	1	71	Inspetor do Trabalho	1
8	Agricultor	76	72	Inspetor de Vendas	1
9	Agropecuarista	1	72	Jornalista	9
10	Alfaiate	1	74	Laminador	1
11	Aposentado (do lar)	1	75	Marceneiro	9
12	Arquiteto	6	76	Mascate	1
13	Assistente de Adm. Feira (?)	1	77	Mecânico	42
14	Assistente de Administrativo	1	78	Mecanógrafo	7
15	Assistente Social	2	79	Médico	24
16	Autônomo	3	80	Mestre de Obras	1
17	Auxiliar de Escritório	2	81	Militar	11
18	Auxiliar de Veterinário	3	82	Missionário	1
19	Auxiliar Técnico	2	83	Motorista	81
20	Aviador	2	84	Músico	5
21	Bancário	63	85	Oficial de Justiça	1
22	Barbeiro	4	86	Ourives	1
23	Cabeleireiro	3	87	Pastor	1
24	Carpinteiro	4	88	Pecuarista	44
25	Chapeador	1	89	Pedreiro	21
26	Comerciante	333	90	Piloto	3
27	Comerciário	251	91	Pintor	14
28	Construtor	6	92	Polícia	1
28	Consultor Técnico	1	93	Político	1
30	Contador	44	94	Professor	33
31	Contabilista	2	95	Programador	1
32	Contra-Mestre	1	96	Projetista	2
33	Corretor	12	97	Protético	15
34	Dentista	17	98	Publicitário	1
35	Desenhista	6	99	Radialista	13
36	Economista	3	100	Rádio-Técnico	2
37	Eletrecista	11	101	Representante Autorizado	2
38	Eleto-Técnico	1	102	Representante Comercial	3
39	Empresário	1	103	Representante Policial	1
40	Encanador	1	104	Representante de Vendas	1
41	Encarregado de Aprop. (?)	1	105	Responsável-Pedreiro	1
42	Enfermeiro	1	106	Revendedor	1
43	Engenheiro	2	107	Sapateiro	2
44	Engenheiro Agrônomo	17	108	Secretário	3
45	Engenheiro Eletrônico ou Elétrico	2	109	Serrador	2
46	Escritor de Vendas	1	110	Serralheiro	4
47	Escriturário	34	111	Soldador	2

48	Escrivão	1	112	Supervisor Postal	1
49	Exator	1	113	Tapeceiro	8
50	Falecido	6	114	Técnico	2
51	Farmacêutico	3	115	Técnico Agrícola	10
52	Fazendeiro	1	116	Técnico de Comunicações	1
53	Fiscal	4	117	Técnico Contábil	1
54	Fiscal Estadual	2	118	Técnico de Eletrônica	3
55	Fiscal de Obras	1	119	Técnico de Rádio	1
56	Fotógrafo	5	120	Topógrafo	10
57	Funcionário Federal	2	121	Torneiro	1
58	Funcionário Público Estadual	1	122	Tratorista	2
59	Funcionário Público Federal	3	123	Vendedor	15
60	Funcionário Público Municipal	9	124	Vendedor Ambulante	1
61	Funcionário Público	92	125	Vendedor de Autos	2
62	Funileiro	4	126	Vendedor Técnico	1
62	Garçon	2	127	Viajante	21
64	Gerente	9			

Fonte: Elaborado a partir de dados contidos em Livro de Matrícula de Alunos, do arquivo escolar da EECA.

Na Tabela 22, acima, se entrevê as condições socioeconômicas das famílias responsáveis pelos alunos e alunas da CEOIBS de Dourados, cotejadas da profissão de seus pais ou responsáveis. Nessa época, Campos (2013) destaca que em Dourados tem-se início o desenvolvimento da chamada época de gênese das mudanças, com a intensificação do deslocamento da população da zona rural para a zona urbana, o que pode ser considerado no aumento do número e diversificação de profissões que surgem em relação ao período anterior.

Desconsideramos dentre os diferentes tipo de profissões que se seguiram a partir de 1974, na CEOIBS de Dourados, uma referência no mínimo improvável dentre elas, quer dizer, cabe subtrair o registro de “falecido” elencado como sendo uma profissão, como nos deparamos no registro de matrícula no Jardim I, em 1979, do aluno M. S. de S., nascido em Campo Grande, em 03/10/1973, no campo “profissão” está que seu pai A. F. de S., é “falecido”. Caso idêntico, no mesmo ano e turma, consta na matrícula do aluno R. D. de M., nascido em Iguatemi-MT, em 02/11/1973, no campo “profissão” está que seu pai A. D. de M., é “falecido”. Ainda em 1979, caso semelhante aparece na matrícula no Jardim II, do aluno W. L. P. da L. F., natural de Dourados e nascido em 27/08/1973, consta no campo “profissão” que seu pai W. L. P. da L. é “falecido”.

Em 1981, matriculada na Pré-Alfabetização, a aluna M. I. S. M., nascida a 05/01/1975, natural de Dourados, filha de L. C. S. M., que também aparece “falecido”, no campo

“profissão”. Em 1982, o aluno R. M. S., natural de Dourados, nascido a 16/06/1976, e matriculado na Pré-Alfabetização, apresenta no campo “profissão”, que seu pai F. M. M. S. é “falecido”. Igualmente, em 1982, a aluna M. F. C., nascida em 04/12/1976, natural de Dourados, matriculada no Jardim da Infância, tem no lugar “profissão” de seu provável pai A. V. C., preenchido com “falecido”. Em todos esses seis casos de falecimento, portanto, outra pessoa que não se identificou, fez a matrícula e mencionou esses dados referentes aos pais já falecidos. Referimos também alguns “achados” inusitados e curiosos.

Caso ímpar, é que no Livro de Matrícula, das crianças matriculadas no Jardim II, em 1978, M. M. F., nascido em 20/06/1973, provavelmente por seu pai, M. A. F., no item profissão foi registrado “doméstica”. O que aconteceu nesse registro que a poucas linhas atrás dissemos “fidedigno”? Sem generalizações, constatamos que errar é humano e todo dado encontrado em documentos precisa ser revisto e analisado sim. Outro caso, citamos a profissão “radialista” que por não ser comum chamou a atenção, e identificamos prováveis meninas gêmeas, A. C. P. D. e A. P. P. D., naturais de Dourados e nascidas em 18/03/1975, filhas do radialista G. O. D., e matriculadas no Jardim I no ano de 1980, e como provável estratégia para não serem confundidas, foram matriculadas em turmas diferentes.

Embora bem discreta, constatamos a representatividade do gênero feminino em meio ao mar de registros masculinos. Na tabela 23, abaixo, ordenamos as profissões exercidas por mulheres, possivelmente, mães e/ou responsáveis por algumas das crianças matriculadas na Casa Escola.

Tabela 23 – Profissão de mães/responsáveis de alunos da CEOIBS de Dourados (1974-1982)

Nº.	Profissão/posição social de mães e/ou responsáveis	Nº. de incidência
1	Bancária	1
2	Cabeleireira	1
3	Comerciária	3
4	Confeiteira	1
5	Costureira	1
6	Do lar	9
7	Doméstica	14
8	Lides do Lar	2
9	Professora	9
10	Servente	3
11	Telefonista	1

Fonte: Elaborado a partir de dados colhidos em Livro de Matrículas de Alunos, do arquivo escolar da EECA.

A profissão de maior incidência entre as mulheres foi a de Doméstica, em número de quatorze, seguida pela de Do Lar e de Professora, empatadas com um número de nove ocorrências. Tal quadro demonstra uma sociedade patriarcal e machista, na qual a mulher

pouco é chamada a se envolver, afora os limites de sua função de mãe, ou seja, geratriz, e de esposa. Diante do exposto, aquiescemos com Chartier (1990) em como as estruturas do mundo social não são um dado objetivo, quer dizer, as percepções sociais não proferem discursos neutros. De fato, “produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outras, por elas menosprezadas, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas” (CHARTIER, 1990, p. 17).

E assim, para os efeitos dessa dissertação damos por finalizada a caracterização dos sujeitos educacionais da CEOIBS de Dourados, discentes e técnico-administrativos, conforme nos permitiu os documentos analisados, bem como os vestígios que auxiliaram a construção do perfil das crianças e suas famílias, ou seja, o público atendido pela CEOIBS de Dourados, no período pesquisado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perspectivamos, com este estudo, promover o encontro da história já vivida com a história ora (re)construída, individual e coletivamente, mediante a investigação da unidade de Dourados, do modelo de funcionamento da pré-escola proposto pelo Projeto “Casa Escola O Infantil do Bom Senso⁶⁷”, originado pelo Decreto nº 2.328/1974, implantado em Mato Grosso Uno em cidades sede de Cuiabá, Campo Grande, Aquidauana, Corumbá, Três Lagoas e Dourados.

Esse projeto foi tido como “a primeira iniciativa pública de incentivo à educação pré-escolar no estado” (SILVA & ROSA, 2001, p. 239) e pode ser considerado um avanço e uma opção para o pré-escolar e suas famílias, dentre as ações institucionais filantrópicas, confessionais e privadas, que já havia no estado de Mato Grosso Uno e, por extensão, no município de Dourados.

Esperamos que ao longo dos capítulos tenhamos alcançado o objetivo de explicitar a origem do referido projeto, ao analisar a história da educação pré-escolar, sobretudo, a partir da abordagem que privilegia a história de uma das primeiras escolas públicas a ofertar essa modalidade de ensino na cidade de Dourados, mais especificamente, a “Casa Escola Infantil do Bom Senso”, de 1973 a 1986. Sua instalação, ocorrida num momento de expansão ocorrida a partir da década de 1970, no estado de Mato Grosso Uno, proporcionou às crianças douradenses e circunvizinhas e suas famílias uma nova opção para a educação pré-escolar pública no município.

Destacamos que embora essa dissertação de Mestrado tenha procurado concomitantemente tratar de uma história em particular e de uma experiência singular, qual seja, o estudo de uma unidade de Casa Escola, vinculada a um projeto estadual maior, conjuntamente se voltou para temáticas relacionadas, como a questão das instituições pré-escolares e da escolarização da infância, mais especificamente em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e no município de Dourados.

História essa justificada mediante as análises dos dados colhidos como sendo de suma importância para o exercício da escrita da História da Educação, mais especificamente, da institucionalização das instituições educativas, que venha contribuir com as especificidades regionais e singularidades locais, cujas análises conduziram a uma reedição e releitura histórica pretendida.

⁶⁷ O nome da Casa Escola apresentado entre aspas refere-se à transcrição do documento original.

Sinalizamos como primeiro aspecto de destaque na História da CEOIBS de Dourados, o início do arco temporal da pesquisa em 1973, com a efetivação do “Curso Supletivo de Treinamento com Participação Comunitária para Professoras da Casa Escola O Infantil do Bom Senso”⁶⁸, que aconteceu de 21 de novembro de 1973 a 12 de janeiro de 1974, o período de vigência do curso de formação docente. Desenvolvido, portanto, durante o período das férias escolares, o que denotou um possível empenho adicional pelas cursistas que dele participaram, pois, naquele final e início de ano abriram mão, por exemplo, de sair em viagem de férias.

Notadamente, esse Curso Supletivo foi realizado pela Secretaria de Educação e Cultura de Mato Grosso, do Departamento Supletivo de Ensino, da Divisão de Educação Especial e da Seção de Educação Pré-Escolar, e salientamos que o mesmo constituiu-se em um curso para formação de professores, contraditoriamente à LDBEN 5692/1971, que no Capítulo IV, os Artigos 24 a 28, regeu sobre o Ensino Supletivo, a ser direcionado aos adolescentes e adultos, cuja finalidade da educação supletiva era a de “suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria”, ou seja, a configuração curso supletivo era direcionado à recuperação de adolescentes e adultos com defasagem na escolarização.

Entretanto, denominar o curso direcionado à de formação de professores como “Curso Supletivo”, parece encontrar fundamentação ante o disposto no Capítulo I, no Artigo 11, Parágrafo 1º, da Lei 5.692/1971, que rege que o Ensino Supletivo também serviria para: “[...] desenvolver programas de aperfeiçoamento de professores e realizar cursos especiais de natureza supletiva”.

No caso específico de Dourados, a história da CEOIBS analisada tanto em função de suas relações internas, quanto sendo partícipe do contexto social no qual estava inserida, apresentou em seu processo de criação e institucionalização distinções em relação às unidades da Casa Escola investigadas por Silva e Rosa (2001) e Silva (2003), nas cidades de Aquidauana, Corumbá e Campo Grande, onde o projeto da Casa Escola também foi implantado.

Fator centralmente problemático localizado nesse estudo foi a integração da CEOIBS de Dourados à Escola Estadual Castro Alves, mediante o Decreto nº 2.030, que se deu a 07 de junho de 1974. Entretanto, tal integração não foi impeditiva de a EECA oferecer a Educação Pré-Escolar juntamente com os níveis de ensino que já ofertava, nem ainda diante do fato de

⁶⁸ O nome do curso supletivo entre aspas trata-se de uma transcrição do documento original.

não possuir edificações suficientes em seu espaço físico para o funcionamento da Casa Escola. Entre os dados de nossa pesquisa, essa questão emerge como sendo o principal problema analisado referente à falta de um espaço adequado para abrigar a CEOIBS de Dourados. Diante disso, a iniciativa senão ideal, mas real foi proceder à locação de casas a ser utilizadas para fins educacionais, com o respaldo do Governo do Estado e da Secretaria Estadual de Educação, no decorrer dos doze anos primeiros anos do funcionamento da Casa Escola.

Daí decorreram muitas reivindicações em prol da construção de salas de aula no terreno da EECA, que culminaram com a participação da comunidade escolar em torno desse interesse comum, representado por um Abaixo-Assinado endereçado ao Dr. L. N. da C., à época Exm^o Sr. Secretário de Educação, realizado através do Processo nº 03882, de 28 de março de 1985. O Abaixo-Assinado contou com 189 (cento e oitenta e nove) assinaturas, evidenciando o dito popular de que “a união faz a força”.

Como resultado positivo aos doze anos de reivindicações e concorrendo para completar o marco temporal de nossa pesquisa, em 1986 ocorreu a extinção da CEIOBS nos moldes iniciais, isto é, seu funcionamento no espaço improvisado em diversas casas alugadas, sendo construído no prédio próprio da EECA um espaço melhor adequado ao atendimento de sua clientela pré-escolar. A partir de então, a CEIOBS de Dourados não esteve mais apenas integrada à Escola Estadual Castro Alves, mas conquista sua instalação no mesmo espaço físico da EECA.

Outro aspecto a ser destacado refere-se ao fato de que na CEOIBS de Dourados, parece ter havido uma centralização e uma dependência administrativa ao Castro Alves. Desde o início do funcionamento das atividades da Casa Escola, que se deu a 4 de fevereiro de 1974, no atendimento às crianças com idade inferior a sete anos, isto é, dos 3 aos 6 anos de idade, possuía uma Coordenação hierarquicamente submissa à mesma Direção da EECA (CURSO SUPLETIVO, 1973). Reconhecemos, diante do exposto, ter havido uma integração, uma incorporação e uma interdependência mútua nas ações e decisões entre a EECA e a Casa Escola, ou seja, na organização do cotidiano. Além disso, visualizamos um trânsito livre dentre o conjunto de sujeitos educacionais pertencentes às duas instituições educativas.

Pelos documentos investigados, encontramos a CEOIBS sendo referida como uma “extensão” do Castro Alves, ocupando lugares espaciais diversos. A educação pré-escolar pública no Brasil, portanto, foi caracterizada como um “apêndice”, entendida até fins da década de 1980 como uma parte acessória, de pouca importância, dispensável, posto que

situada “dentro e fora do sistema educacional”, como evidenciado por Rosemberg (1992, p. 27 apud SILVA & ROSA, 2001, p. 243).

Outro aspecto que evidencia a peculiaridade do processo de institucionalização da CEOIBS de Dourados refere-se às condições socioeconômicas das famílias, cotejadas através da profissão dos pais ou responsáveis, com discreta representatividade do gênero feminino em meio ao mar de prevalência de registros de profissões por representantes masculinos.

No primeiro ano de funcionamento da CEOIBS de Dourados, em 1974, localizamos 33 (trinta e três) tipos de profissões, registradas em Livros de Matrícula, que concorreram para revelar a posição social de pais de alunos e alunas da CEOIBS de Dourados, dentre as quais esteve presente a de médico, pecuarista/lavrador, comerciante, dentista e marceneiro.

A partir daí os tipos de profissões cresceram significativamente e com incidência de pouco mais de uma centena de tipos diferentes de profissões. Dentre as quais a de médico, advogado, dentista, enfermeiro, agrônomo, arquiteto, contador, engenheiro, economista, professor, industrial, pecuarista, lavrador, funcionário público federal, comerciante, bancário, bem como outras profissões não menos significativas, que sustentam o indicativo da composição de uma clientela heterogênea, com notável representação de diferentes grupos sociais, destacadamente, a de uma população socialmente privilegiada, conforme Livros de Matrícula analisados, que circunscrevem um período de 8 anos, que vai de 1975 a 1982.

Assim, a CEOIBS de Dourados, contraditoriamente à provável iniciativa popular em sua idealização, enquanto estabelecimento pré-escolar público, acabou sendo disputada por crianças de meios privilegiados, diante da concorrência de classes socioeconômicas privilegiadas, demonstrada pelas profissões dos pais ou responsáveis das crianças matriculadas. Tal evidência é explicada por Silva e Rosa (2001, p. 244), pois embora de iniciativa pública e pensadas para toda a população, o nível de educação pré-escolar em seus inícios era “pouco conhecido das camadas populares, mas já valorizado pelas camadas alta e média”.

As crianças atendidas na CEOIBS de Dourados inicialmente foram matriculadas no Curso Pré-Escola, em turmas de Maternal, Jardim I e Jardim II. No ano de 1974, no início de suas atividades, o estabelecimento apresentou 103 (cento e três) alunos matriculados, o menor número de alunos em relação aos anos posteriores, significando que tanto a demanda aumentou consideravelmente como também a própria instituição de educação pré-escolar parece ter procurado ampliar a oferta de um maior número de vagas. Sendo 319, o quantitativo máximo de alunos matriculados, ocorrido em 1978.

Observamos uma mudança ocorrida a partir de 1979, quando a CEOIBS de Dourados deixa de oferecer a classe Maternal, para crianças que contava na maioria, com 4 anos de idade. E de 1980 em diante, passou a matricular apenas alunos nas turmas de Jardim de Infância e Pré-Alfabetização, para crianças de 5 a 6 anos de idade, respectivamente. Desse modo, privilegiando o preparo para o primário, mediante o trabalho pautado na assumida pré-alfabetização. Alinhando-se, contudo, à Deliberação nº 53, do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, de 20 de março de 1980, que fixou as normas para autorização de funcionamento de Estabelecimento de Ensino que ministra Educação Pré-Escolar. Manifestamos que a clientela atendida e suas famílias, constituídas em público-alvo, representam o motivo principal do sentido e da razão de existir da instituição CEOIBS de Dourados, em seus retrocessos e avanços.

Consideramos que a reconstituição da história, da identidade e da trajetória de vida da CEOIBS aqui contemplada, entre os anos de 1973 e 1986, só foi possível graças à incursão ao arquivo escolar preservado na Escola Estadual Castro Alves e acesso à farta documentação produzida pela escola relacionada, principalmente, à escrituração administrativa, revelando “a potencialidade dos arquivos escolares como fonte de pesquisa” (SOUZA, 2000, p. 15).

A documentação analisada reflete as Leis e os órgãos oficiais que administram a Educação e o Ensino, posto que norteiem as instituições escolares e as ações das pessoas que lhe dão vida cotidianamente, durante todo o decurso de sua existência, a sua transformação em outro estabelecimento de ensino ou até mesmo sua extinção de fato.

Diante disso, afirmamos que esses guardados de outros tempos, podem se constituir, conforme análise de Souza (2000, p. 14), em “um repertório regional de fontes indicando a documentação existente em cada estabelecimento de ensino poderá potencializar a contribuição dos arquivos escolares para a História da Educação”. Destacamos a importância da manutenção dos arquivos escolares como fonte primária, primordial para a realização desta pesquisa, haja vista, conforme Souza (2000, p. 13), que “os arquivos escolares oferecem fontes valiosas para o estudo histórico das instituições educativas e da cultura escolar”.

Em suma, nas palavras de Meihy (2004, p. 358), finalizamos “este trabalho como ponto de partida para outros”. Posto que, no contexto desse trabalho, apesar das pistas iniciais levantadas, tanto a história da CEOIBS de Dourados como as demais histórias das unidades do projeto maior da “Casa Escola O Infantil do Bom Senso”, criado pelo Decreto nº 2328/1974, ainda não investigadas como, por exemplo, em Três Lagoas e em Cuiabá, merecem maior aprofundamento. No que tange, principalmente, à criança alvo da educação pré-escolar, as questões acerca da história da escolarização da infância em instituições pré-

escolares, públicas e privadas, creches e jardins de infância, propiciam mais estudos e não se esgotam nesta pesquisa.

Nesse intuito, um aprofundamento em torno da institucionalização do projeto “Casa Escola O Infantil do Bom Senso” é requerido, para uma melhor compreensão do contexto sócio, político e econômico que teria impulsionado essa iniciativa, provavelmente fruto de novas estratégias para o planejamento de políticas sociais, em especial as educacionais destinadas à população de crianças em idade pré-escolar, que redundou na criação de várias instituições de educação pré-escolar, sobretudo nos âmbitos municipal, estadual e regional, cuja história vem contribuir e somar para a construção de uma historiografia tanto da educação escolarizada da infância como das instituições pré-escolares em nível nacional.

Esperamos, ainda, que esta pesquisa sobre a história da “Casa Escola O Infantil do Bom Senso” de Dourados, no período de 1973 a 1986, possa fornecer subsídios para outras pesquisas da mesma natureza e contribua para o campo da pesquisa em História da Educação no Brasil e em Mato Grosso do Sul, mais precisamente para os estudos sobre a história da educação pré-escolar.

REFERÊNCIAS

- AGASSI, Eva; COSTA, Eliane F.; ABRAHÃO Grace M. T. Minhocópio. In: ROSSETI-FERREIRA, Maria Clotilde e col. (Orgs.) *Os fazeres na educação infantil*. São Paulo: Cortez, 1998. 199 p. In: ROSSETI-FERREIRA, Maria Clotilde; MELLO, Ana Maria; VITÓRIA, Telma; GOSUEN, Adriano; CHAGURI, Ana Cecília (Orgs.). *Os fazeres na educação infantil*. São Paulo: Cortez, 1998.
- ALMEIDA, Ordália Alves. *História da Educação: o lugar da infância no contexto histórico-educacional*. Cuiabá: EdUFMT, 2006.
- ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro Magalhães de. *Educação e Memória: velhos mestres de Minas Gerais (1924-1944)*. (Tese de Doutorado). Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cléria Botelho da Costa. Universidade de Brasília. Departamento de História. Brasília, 2009.
- ALVIN, M. R. B.; VALLADARES, L. do P. Infância e Sociedade no Brasil: Uma análise da Literatura. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, n. 26, Rio de Janeiro, 1988, p. 3-37. In: SÁ, Elizabeth de Figueiredo. *De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927)*. Cuiabá: EdUFMT, 2007.
- ANDRÉ, Simone R. B. *Questões acerca do Teatro Infantil: história e prática*. Monografia apresentada à diretoria do Curso de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista *Strictu Sensu* em Literatura Infanto-juvenil, sob a orientação do Prof^a. Dr^a. Sônia Monnerat, 2006.
- ARAKAKI, Suzana. *Dourados: memórias e representações de 1964*. Dourados, MS: Editora UEMS, 2008.
- ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.
- ARQUIVO NACIONAL. Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. In: FURTADO, Alessandra Cristina. *Os arquivos escolares e sua representação: possibilidades e limites para a pesquisa em História da Educação*. In: CID: R. Ci. Inf. e Doc., Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 145-159, jul./dez. 2011. p. 145-159.
- ARQUIVO VEJA. *Coleções Inflação*. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/arquivo_veja/inflacao-economia-planos-pacotes-real.shtml>. Acesso em: 15 jan. 2015.
- ATA DE REUNIÕES DA EECA, de 1970-1980. Arquivo escolar da Escola Estadual Castro Alves (EECA).
- ATA DE REUNIÕES DA CEOIBS, de 1979 a 1985. Arquivo escolar da Escola Estadual Castro Alves (EECA).
- AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO Nº 256, de 26 de dezembro de 1974. Arquivo escolar da Escola Estadual Castro Alves (EECA).
- AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO da Educação Pré-Escolar Nº 00429, de 16 de janeiro de 1981. Arquivo escolar da Escola Estadual Castro Alves (EECA).
- AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO Nº 02577, de 27 de fevereiro de 1981. Arquivo escolar da Escola Estadual Castro Alves (EECA).

BIASOTTO, Wilson Valentim; TETILA, José Laerte Cecílio. *O movimento reivindicatório do magistério público estadual de Mato Grosso do Sul: 1978 – 1988*. Campo Grande, MS: UFMS, 1991. 232 p.

BICCAS, Maurilane de S. *Creches Comunitárias: como se constroem e se institucionalizam*. Dissertação de Mestrado/UFMG (1995).

BLOG da Escola Menodora. Disponível em:

<<http://escolamenodora.blogspot.com.br/p/sobre-escola.html>>. Acesso em: 09 jan. 2015.

BONATO, N. M. C. Os arquivos escolares como fonte a história da educação. Revista Brasileira de História da Educação, n. 10, p. 193-220, jul./dez. 2005. In: FURTADO, Alessandra Cristina. *Os arquivos escolares e sua representação: possibilidades e limites para a pesquisa em História da Educação*. In: CID: R. Ci. Inf. e Doc., Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 145-159, jul./dez. 2011. p. 145-159.

BRANT, Patrícia Regina Silveira de Sá. *Do perfil desejado - a invenção da Professora de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis*. Disponível em:

<http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/16_04_2014_10.10.19.39477786ca92027d6eb27685b297ee5e.pdf>. Acesso em: 15 out. 2014.

BRASIL. *Decreto nº 19.890*, de 18 de abril de 1931, dispôs sobre a organização do ensino secundário. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-norma-pe.html>>. Acesso em: 18 dez. 2014.

_____. *Lei nº 1.711*, de 28 de outubro de 1952, dispõe sobre o estatuto dos funcionários públicos civis da União e seus Territórios. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1711.htm>. Acesso em: 10 out. 2014.

_____. *Lei nº. 4.024*, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102346>>. Acesso em: 17 mar. 2012.

_____. *Lei nº 4.513*, de 1 de dezembro de 1964. O Poder Executivo autoriza a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), a ela incorporando o patrimônio e as atribuições do Serviço de Assistência a Menores, e dá outras providências. Disponível em:

<<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1964/4513.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

_____. *Lei nº 5.692*, de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm>. Acesso em: 17 mar. 2012.

_____. *Decreto nº 69.450, de 1 de novembro de 1971*. Regulamenta o artigo 22 da Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e alínea c do artigo 40 da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968 e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d69450.htm>. Acesso em: 17 nov. 2014.

_____. Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Ensino Fundamental. *Diagnóstico Preliminar da Educação Pré-Escolar no Brasil*. Brasília, 1975.

_____. *Lei Complementar nº 31*, de 11 de outubro de 1977. Cria o Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp31.htm>. Acesso em: 26 ago. 2013.

_____. *Legislação e normas da educação pré-escolar*. Ministério de Educação e Cultura. Secretaria de Ensino de 1º. e 2º. Graus. Subsecretaria de Ensino Regular. Brasília, 1979.

_____. *Sinopse da educação pré-escolar 1984*. Brasília, 1986.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Texto consolidado até a Emenda Constitucional n. 61, de 11 de nov. de 2009. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/con1988/CON1988_11.11.2009/CON1988.htm>. Acesso em: 17 mar. 2012.

BRAZIL, Maria do Carmo; MANCINI, Ana Paula Gomes. *História das instituições formadoras de professores na fronteira Brasil-Paraguai: o caso de Dourados, Mato Grosso (Uno) - 1940-1970*. In: Rev. Teoria e Prática da Educação, v. 15, n. 1, p. 123-136, jan./abr. 2012.

BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CÂMARA, Sônia. Inspeção Sanitária escolar e educação da infância na obra do médico Arthur Moncorvo Filho. Rev. bras. hist. educ., Campinas-SP, v. 13, n. 3 (33), p. 57-85, set./dez. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4322/rbhe.2014.004>>. Acesso em: 16 abr. 2014.

CAMARGO, Marilena A. Jorge Guedes de. Pesquisa em arquivos escolares: práticas das organizações dos professores (1900-1955) (p. 69-84). In: *Educação e Fronteiras: revista da Faculdade de Educação da UFGD. /Universidade Federal da Grande Dourados*. – Ano 1, n. 2 (jul./dez. 2007). Dourados, MS: UFGD, 2008. 188 p.

CAMPOS, Maria M. Malta. *Pré-Escola: entre a educação e o assistencialismo – 1985*. In: ROSEMBERG, Fúlvia (Org.). *Creche*. São Paulo: Cortez, 1989.

CAMPOS, Maria M. Malta. *Assistência ao pré-escolar: uma abordagem crítica*. Cadernos de Pesquisa 28, 2013. Fundação Carlos Chagas. Disponível em: <www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/379.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2014.

CAMPOS, Maria do Carmo. *Trajetórias de formação de egressos do curso de magistério da Escola Menodora Fialho de Figueiredo de Dourados (1971-2001)*. Dissertação (de Mestrado em Educação) defendida na Universidade Federal da Grande Dourados, MS: UFGD, 2013a. 99 f.

CARDOSO, Tereza M. Rolo Fachada Levy. *As luzes da educação: fundamentos, raízes históricas e prática das Aulas Régias no Rio de Janeiro. 1759-1834*. (1998). Tese (Doutorado em História) – IFCS/UERJ.

CERISARA, Ana Beatriz. *Educar e cuidar: por onde anda a educação infantil? Perspectiva*. Florianópolis, Vol. 17, n. Especial, p. 11 - 21, jul./dez. 1999.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. 2. ed. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e Abusos da história oral*. Rio de Janeiro. FGV, 2006. p. 215-218.

COUTO, Inalda Alice Pimentel do; MELO, Valéria Galo de. Reconstruindo a história do atendimento à infância no Brasil. In: BAZÍLIO, Luiz Cavallieri; EARP, Maria de Lourdes Sá; NORONHA, Patrícia Anido (Orgs.). *Infância tutelada e educação: história, política e legislação*. Rio de Janeiro: Ravil, 1998.

CUNHA, Maria Teresa Santos; SILVA, Cristiani Bereta da. História do Tempo Presente e História da Educação: questões conceituais e perspectivas de pesquisas (2013). Disponível em: <

http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_minicursos_aprovados/gt02_minicurso.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2014.

CUNHA, Manoel Ramos. *Histórico das Alterações da Moeda Nacional* (2000). Disponível em: <<http://www.ocaixa.com.br/passos/passos2.htm>>. Acesso em: 28 dez. 2014.

CURSO SUPLETIVO. *Livro de Ata presente no arquivo escolar da Escola Estadual Castro Alves*. Dourados: 1973.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL dos Direitos Humanos (1948). Disponível em: <http://www.mprs.mp.br/infancia/documentos_internacionais/id88.htm>. Acesso em: 07 jul. 2014.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS Internacionais da Criança (1959). Disponível em: <<http://recicrianca.org.br/direitos.html>>. Acesso em: 07 jul. 2014.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; ANTUNES, Fátima Antunes. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 86, p. 5-14, ago., 1993.

DEQUECH, Lira. *Guia de referências bibliográficas da história de Mato Grosso uno e Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS: Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, 2013. 420p.*

DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. In: *Tempo e Argumento*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, v. 4, n. 1 p. 05 – 22, jan/jun. 2012. Disponível em:

<<http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304012012005/2014>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

EARP, Maria de Lourdes Sá. A política de atendimento do século XX: a infância pobre sob a tutela do Estado. In: BAZÍLIO, Luis Cavalcanti; NORONHA, P. A. (Orgs.). *Infância tutelada e educação: história, política e legislação*. Rio de Janeiro: Ravel, 1998. p. 117-134.

EMPODERAMENTO. Disponível em: <<http://www.significados.com.br/empoderamento/>>. Acesso em: 05 jan. 2015.

ERASMO BRAGA. *Institucional*. Disponível em: <<http://www.erasmobraga.limnos.uni5.net/a-escola>>. Acesso em: 01 jun. 2013.

ESCOLA IMACULADA CONCEIÇÃO. *Institucional*. Disponível em: <<http://www.escolaimaculada.com.br/institucional>>. Acesso em: 17 jul. 2014.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de, (1990). *Educação pré-escolar e cultura*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Cortez, 1999.

FARIAS, Mabel. Infância e educação no Brasil nascente. In: VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de. (Org.). *Educação da infância: história e política*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Autonomia Universitária no Brasil: Uma Utopia?* Education Policy Analysis Archives Volume 7 Number 24 Agosto 12, 1999. ISSN 1068-2341. Disponível em: <epaa.asu.edu/ojs/article/download/559/682>. Acesso em: 17 jan. 2013.

FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola; FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. *Percursos e desafios da municipalização do ensino fundamental em Dourados, MS*. In: 26ª Reunião Anual da ANPED: novo governo. Novas políticas? Poços de Calda: ANPED, 2003.

- FILGUEIRAS, Juliana Miranda. FENAME e COLTED: diferentes políticas para o livro didático durante a ditadura militar no Brasil (2013). Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07-%20historia%20das%20instituicoes%20e%20praticas%20educativas/fename%20e%20colted-diferentes%20politicas.pdf>>. acesso em: 18 dez. 2014.
- FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno. Cultura escolar, práticas educacionais e profissão docente: os balanços do campo da história da educação. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck; CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. *A educação escolar em perspectiva histórica*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.
- FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. *História social da educação no Brasil (1926-1996)*. São Paulo: Cortez, 2009.
- FURTADO, Alessandra Cristina. A geração de um instrumento de pesquisa a partir das fontes sobre a formação de professores em Dourados e região, no período de 1959 a 1996. In: *Educação e Fronteiras*: Revista da Faculdade de Educação da UFGD/Universidade Federal da Grande Dourados, v. 3, n. 5, (jan./jun. 2010), Dourados/MS: UFGD, 2007. 170 p.
- _____. Os arquivos escolares e sua representação: possibilidades e limites para a pesquisa em História da Educação. In: CID: R. Ci. Inf. e Doc., Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 145-159, jul./dez. 2011. p. 145-159.
- GATTI JR., Décio; PESSANHA, Eurize Caldas. História da Educação, Instituições e Cultura Escolar. In: GATTI JR., Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (Orgs.). *História da Educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2005. (Coleção Memória da Educação).
- GIOPPO, Christian. *Eugenia*: a higiene como estratégia de segregação. EDUCAR. Curitiba, nº 12, p. 167-180, 1996. Editora da UFPR – Universidade Federal do Paraná.
- GONÇALVES, Rita de Cássia. A arquitetura como uma dimensão material das culturas escolares. In: SILVA, Vera Lúcia Gaspar da; PETRY, Marília Gabriela (Orgs.). *Objetos da escola: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar* (Santa Catarina – séculos XIX e XX). Florianópolis: Insular, 2012.
- GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. O mundo da criança: a construção do infantil na literatura brasileira. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.
- GRESSLER, Lori A.; RACHI, K. *Dourados: diagnóstico, planejamento, educação*. Dourados [s.n.], 1976. 158 p.
- GRESPLAN, Jorge. Considerações sobre o método. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. 135 p.
- HOUAISS, Antônio (Instituto). *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Versão 3.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- IBGE. Evolução da população de Dourados – 1960 a 1980. (2006). Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente (SEPLAN/SUPLOR), Dourados-MS.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Dados gerais de Dourados* (2013). Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=500370&search=||info%20gr%20E1ficos:-hist%20F3rico>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

JOBIM E SOUZA, Solange. Tendências e fatos na política da educação pré-escolar no Brasil. p. 35-48. In: JOBIM E SOUZA, Solange Jobim e; KRAMER, Sonia. *Educação ou Tutela? A criança de 0 a 6 anos*. São Paulo: Loyola, 1988.

JULIA, Dominique. La Culture Scolaire comme Object Historique. MAGALHÃES, Justino. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: SOUSA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denice Bárbara (Orgs.). *Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente*. São Paulo: Escrituras Editora, 1998.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. *A pré-escola na República*. Pro-Posições Nº 3 – dezembro de 1990. p. 55-66. Disponível em: <<http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/~proposicoes/textos/3-artigo-kishimoto.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. *Política de formação profissional para a educação infantil: Pedagogia e Normal Superior*. Educação & Sociedade, vol.XX, nº 68, Dezembro/1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101>. Acesso em: 10 mar. 2014.

KRAFZIK, Maria Luiza de Alcântara. Acordo MEC/USAID – A Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático – COLTED (1966-1971). 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2006.

KRAMER, Sonia. *Privação Cultural e Educação Compensatória: uma análise crítica*. Caderno de Pesquisa (42) – Agosto 1982.

KRAMER, Sonia. O papel social da pré-escola – 1985. In: ROSEMBERG, Fúlvia (Org.). *Creche*. São Paulo: Cortez, 1989.

KRAMER, Sonia. Pesquisando infância e educação: um encontro com Walter Benjamin. In: KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel (Orgs.). *Infância: fios e desafios da pesquisa*. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 1997.

KRAMER, Sonia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e é fundamental. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 797-818, out. 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

KUHLMANN JÚNIOR, Moisés. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

_____. O Jardim de Infância e a educação das crianças pobres: final do Século XIX, início do Século XX. In: MONARCHA, Carlos (Org.). *Educação da infância brasileira: 1875 - 1983*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001, p. 3-30.

_____; FERNANDES, R. Sobre a História da Infância. In: SÁ, Elizabeth de Figueiredo. *De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927)*. Cuiabá: EdUFMT, 2007.

LAR de Crianças Santa Rita. Disponível em: <<http://www.larsantarita.org.br/entidade/historico>>. Acesso em: 17 jul. 2014.

LE GOFF, Jacques. 1924. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão... [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990. Coleção Repertórios.

LIMA, Lauro de Oliveira. *Estórias da Educação no Brasil: de Pombal a Passarinho*. 3. ed. Rio de Janeiro: Brasília, 1975. 350 p. (Apanhado sobre educação brasileira desde os jesuítas).

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. 1º Encontro Interamericano de Proteção ao Pré-Escolar. *Mesa Redonda conceituação do pré-escolar*. Rio de Janeiro: 21 a 27 de julho de

1968. In: BRASIL. Legislação e normas da educação pré-escolar. Ministério de Educação e Cultura. Secretaria de Ensino de 1º. e 2º. Graus. Subsecretaria de Ensino Regular. Brasília, 1979.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na Sala de Aula. In: DEL PRIORE, Mary. *História das Mulheres no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000, p. 443-481.

MACHADO, Maria Lúcia A. Pré-escola é não é escola: a busca de um caminho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MAGALHÃES, Justino. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: SOUSA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denice Bárbara (Orgs.). *Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente*. São Paulo: Escrituras Editora, 1998.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. Editora Universitária São Francisco, 2004. 178 p.

MAGALHÃES, Justino. A história das instituições educacionais em perspectiva. In: GATTI JÚNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (Orgs.). *História da Educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2005. – (Coleção Memória da Educação).

MANCINI, Ana Paula Gomes. OLIVEIRA, Magda C. Sarat; SILVA, Paula Nudimila Oliveira. O trabalho didático das normalistas do Instituto Educacional Dourados: 1959-1969. JORNADA DO HISTEDBR, 7. 2007, Campo Grande. *Anais*. Campo Grande: UNIDERP, 2007. p. 5-177.

MAPA DE DOURADOS. Disponível em:

<<http://www.elistas.net/lista/humboldt/archivo/msg/13662/>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

MARAFON, Danielle (PUC-PR/FATEB). *Educação infantil no Brasil: um percurso histórico entre as idéias e as políticas públicas para a infância* (2009). Apresentado no VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” realizado no período de 30 de junho a 03 de julho de 2009, em Campinas, na Faculdade de Educação da UNICAMP, com o tema “História, Educação e Transformação: tendências e perspectivas”. Disponível em: <www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/.../ZjxYEbbk.doc>. Acesso em: 10 dez. 2014.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *História social da criança no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2001.

MATO GROSSO. Decreto nº 265, de 22 de outubro de 1910. Regulamenta a Instrução Pública Primária. Coleção de Leis e Decretos. Cuiabá: [s.n.], 1910. APMT - Livro n. 213, p. 119-153.

MATO GROSSO. Decreto nº 2328, de novembro de 1974, marcou a criação das Casas Escola “O Infantil do Bom Senso”, nas cidades sede de Cuiabá, Campo Grande, Três Lagoas, Corumbá, Aquidauana e Dourados. Arquivo passivo da Escola Estadual Castro Alves (EECA).

MATO GROSSO. Decreto 2030, de 07 de junho de 1974, integra o pré-escolar Infantil do Bom Senso à Escola Estadual de 1º Grau Castro Alves. Arquivo passivo da Escola Estadual Castro Alves (EECA).

MATO GROSSO. Decreto nº 2328, de novembro de 1974, marcou a criação das Casas Escola “O Infantil do Bom Senso”, nas cidades sede de Cuiabá, Campo Grande, Três Lagoas,

Corumbá, Aquidauana e Dourados. Arquivo passivo da Escola Estadual Castro Alves (EECA).

MATO GROSSO DO SUL. Conselho Estadual de Educação. Deliberação nº 53, de 20 de março de 1980. Fixou as normas para autorização de funcionamento de Estabelecimento de Ensino que ministra Educação Pré-Escolar e deu outras providências. Arquivo passivo da Escola Estadual Castro Alves (EECA).

MATTOS, Aretuza Suzay. Educação física e cultura infantil: um olhar sobre o papel da disciplina na educação infantil (2011). Disponível em: <http://www.uninove.br/marketing/viii_coloquio/pdfs/completos/Aretuza_Suzay.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2015.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Brasil fora de si: experiências de brasileiros em Nova York*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MENDONÇA, Rubens de. *História de Mato Grosso*. 4. ed. Fundação Cultural de Mato Grosso. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado S/A, 1982.

MERISSE, Antonio. Origens das instituições de atendimento à criança: o caso das creches. In: MERISSE, Antonio. *Lugares da Infância: reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato*. São Paulo: Arte & Ciência, 1997.

MONARCHA, Carlos (Org.). *Educação da infância brasileira: 1875 -1983*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

MOREIRA, R. H. T. (Org.). *Memória fotográfica de Dourados*. Dourados, MS: UFMS, 1990.

MUNHOZ, Dercio Garcia. *Inflação brasileira: os ensinamentos desde a crise dos anos 30*. Versão revista (em aspectos meramente didáticos) de trabalho apresentado no I Congresso Brasileiro de História Econômica, realizado em São Paulo (USP), de 7 a 10/9/1993. Disponível em:

<http://www.ie.ufjf.br/images/pesquisa/publicacoes/rec/REC%201/REC_1.1_03_Inflacao_brasileira_os_ensinamentos_desde_a_crise_dos_anos_30.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2015.

NUNES, Ronise. *Elos historiográficos da Educação Infantil no município de Dourados na década de 1970: um olhar no passado para entender o presente* (Monografia). Orientadora: Profª. Drª. Regina Aparecida Marques de Souza. Curso de Especialização em Educação Infantil. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Dourados, 2012.

OLIVEIRA, Magda C. Sarat de. *Lembranças de Infância: que história é está?*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), 1999.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. *A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)*. 1999. 255f. Dissertação (Mestrado em História). UNESP, Assis.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes [et al.]. *Creches: Crianças, faz-de-conta e cia*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, Sara Camargo Barreto de. *A formação dos professores em Guaraniaçu: a capacitação em Serviço, o Logos I, Logos II e HAPRONT* (2010). (Monografia). Disponível em: <http://www.unioeste.br/projetos/histedopr/monografias/3turma/monografia_Sara.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2015.

O PROGRESSO, 20/02/1955, p. 1. Ano IV. Nº. 196. Coleção Jornais e Boletins, Centro de Documentação Regional UFGD, de Dourados-MS.

O PROGRESSO, 12/03/1966, p. 5. Ano XV. Nº 725. Coleção Jornais e Boletins, Centro de Documentação Regional UFGD, de Dourados-MS.

O PROGRESSO 14/11/1974, p. 1. Ano XXIV. Nº. 1.603. Coleção Jornais e Boletins, Centro de Documentação Regional UFGD, de Dourados-MS.

O PROGRESSO, 03/12/1974, p. 6. Ano XXIV. Nº. 1.609. Coleção Jornais e Boletins, Centro de Documentação Regional UFGD, de Dourados-MS.

PARANÁ. *Casa Escolar*. Lei nº 23, de 22 de dezembro de 1953. Disponível em: <<http://cm.jusbrasil.com.br/legislacao/884155/lei-23-53>>. Acesso em: 12 set. 2014.

PASCHOAL, Jacqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. *A história da Educação Infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional*. Revista HISTEDBR on-line, Campinas, n. 33, p. 78-95, mar. 2009.

PAULA, David Ferreira. *Pós-História: a infância e o mundo moderno*. Assis-SP: UNESP, 1994.

PEREIRA, Bruna Caroline. *A separação do estado e da igreja para o bem do direito: uma análise jurídica fundamentada no contexto histórico*. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XI, n. 50, fev 2008. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=4526>. Acesso em: 15 fev. 2014.

PIACENTINE, Ana Paula Fernandes da Silva. *História da formação para professores leigos rurais: o curso de magistério rural em Dourados, na década de 1970*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Dourados, MS: UFGD, 2012.

PORTAL BRASIL. *Real Histórico*. Disponível em: <http://www.portalbrasil.net/economia_real_historico.htm>. Acesso em: 28 dez. 2014.

PROCESSO Nº 2.577, de 19 de novembro de 1981. Elenca a relação nominal do corpo docente do pré-escolar. Arquivo escolar da Escola Estadual Castro Alves (EECA).

PROCESSO Nº 1.6521, de 13/16 de setembro de 1983. Solicita a construção de salas de aula pré-fabricadas para o funcionamento da pré-escola. Arquivo escolar da Escola Estadual Castro Alves (EECA).

PROCESSO Nº 07060, de 06 de abril de 1984. Solicitação de ampliação emergencial para a CEOIBS. Arquivo escolar da Escola Estadual Castro Alves (EECA).

PROCESSO Nº 03882, de 28 de março de 1985. Abaixo-Assinado para solicitar ampliação emergencial para a CEOIBS. Arquivo escolar da Escola Estadual Castro Alves (EECA).

PROCESSO Nº 13/03882, de 30 de abril de 1985. Reivindicação para construção de dependências para a Casa Escola. Arquivo escolar da Escola Estadual Castro Alves (EECA).

PROCESSO Nº 379, de 18 de setembro de 1986. Ratificação de Autorização de Funcionamento do Ensino Pré-escolar. Arquivo escolar da Escola Estadual Castro Alves (EECA).

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX). In: LAMOSO, Lisandra Pereira (org.). *Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul*. Dourados: Ed. UFGD, 2009.

REAL, Giselle Cristina Martins. *Educação Infantil: políticas públicas e ação institucional*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Campo Grande, 2000.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930-1973)*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

ROSEMBERG, Fúlvia (Org.). *Creche*. São Paulo: Cortez, 1989.

ROSEMBERG, Fúlvia. *A educação pré-escolar brasileira durante os governos militares*. Fundação Carlos Chagas e PUC-SP. Cad. Pesq., São Paulo, n. 82, p. 21-30, ago, 1992. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/910.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

SÁ, Elizabeth de Figueiredo. *De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927)*. Cuiabá: EdUFMT, 2007.

_____. As primeiras iniciativas de educação pré-primária em Mato Grosso. In: ANDRADE, Daniela B. S. Freire; LOPES, Jader Janer M. (Org.). *Infâncias e Crianças: lugares em diálogos*. Cuiabá: EdUFMT, 2012.

SANTANA JÚNIOR, Jaime Ribeiro. *Formação territorial da região da grande Dourados: colonização e dinâmica produtiva*. Geografia - v. 00, n. 0, jan./jun. 2009 – Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/2367>>. Acesso em: 24 ago. 2011.

SANTINI, Poliana Gianello. A Presença da Igreja Católica na educação em Dourados/MS: o caso do Patronato de Menores (1943 – 1983). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300911244_ARQUIVO_Texto-versaoanpuh.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2014.

SANTOS, Juliana dos Pereira; COELHO, Fabiano. *Considerações sobre o “milagre econômico” brasileiro na imprensa douradense (1970-1973)*. Revista História em Reflexão: Vol. 4 n. 8 – UFGD - Dourados jul/dez 2010.

SANTOS, Elton Castro Rodrigues dos; REZENDE, Kelen Virginia Lisboa; SÁ, Elizabeth Figueiredo de. *Educação e infância em Mato Grosso (1920-1945)*. Disponível em: <<http://www.sbpnet.org.br/livro/63ra/resumos/resumos/1203.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2014. Trabalho apresentado 63ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), (ISSN nº 2176-1221), 2011.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Quando a casa era a escola: as instituições escolares de instrução pública primária na corte imperial (1854-1880). In: NUNES, Clarice; Nicanor Palhares (Orgs.). *Instituições educativas na sociedade disciplinar brasileira*. Cuiabá: EdUFMT, 2000.

SCHULTZ, Lenita Maria Junqueira. *O pré-escolar: um estudo de leis e normas oficiais*. 1983. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação. Departamento de Psicologia da Educação. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1983.

SILVA, Anamaria Santana da. *Políticas de atendimento a criança pequena em MS (1983/1990)*. Dissertação (Mestrado). Campinas, SP: [s.n.], 1997. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000136368>>. Acesso em: 27 set. 2013.

_____. *A professora de educação infantil e sua formação universitária*. Tese (Doutorado). Orientadora: Profa. Dra. Ana Lúcia Goulart de Faria. Campinas, SP: 2003. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000297482>>. Acesso em: 27 set. 2013.

_____. *Profissionais da educação infantil: formação, prá que?* p. 133-141. VIII Congresso Estadual Paulista Sobre Formação De Educadores – 2005. UNESP - Universidade Estadual Paulista - Pro-Reitoria De Graduação. Disponível em: <<http://www.unesp.br/prograd/e-book%20viii%20cepf/LinksArquivos/2eixo.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2013.

SILVA, Anamaria Santana da; ROSA, Mariete Félix. Recordando e Colando: as origens da educação infantil em MS. In: MONARCHA, Carlos (Org.). *Educação da infância brasileira: 1875 -1983*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. p. 233-270.

SILVA, Anamaria Santana da; SOUZA, Ligia Beatriz Derval; HOLANDA, Rosa dos Santos. As origens do atendimento à infância no estado de Mato Grosso: a creche e Lar Santa Rosa. In: *Educação e Fronteiras*: Revista da Faculdade de Educação da UFGD/Universidade Federal da Grande Dourados, v. 2, n. 4, (jul.dez/2008), Dourados/MS: UFGD, 2007.

SOUZA, Regina Aparecida Marques de. *A mediação pedagógica da professora: o erro na sala de aula*. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP, 2006.

SOUZA, Rosa Fátima. Um itinerário de pesquisa sobre a cultura escolar. In: CUNHA, Marcus Vinícius da (Org.). *Ideário e imagens da educação escolar*. Campinas, SP: Autores Associados; Araraquara, SP: Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras UNESP, 2000. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; 73).

STEARNS, Peter N. *A infância*. (Coleção história mundial). Título original: *Childhood in world history*. [tradutora Mirna Pinsky]. São Paulo: Contexto, 2006.

VASCONCELLOS, F. Lições de pedagogia experimental. Lisboa: Antiga Casa: Bertrand, 1999. In: FURTADO, Alessandra Cristina. *Os arquivos escolares e sua representação: possibilidades e limites para a pesquisa em História da Educação*. In: CID: R. Ci. Inf. e Doc., Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 145-159, jul./dez. 2011. p. 145-159.

VEIGA, Cynthia Greive. Cultura material escolar no século XIX em Minas Gerais. Congresso Brasileiro de História da Educação, 1, 2000. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: SBHE, 2000. 1 CD. In: XAVIER, Ana Paula da Silva. *A leitura e a escrita na cultura escolar de Mato Grosso: 1837-1889*. Cuiabá, MT: Entrelinhas, 2007.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

VIÑAO FRAGO, Antonio (1993-94b, jan/dez). Del espacio escolar y la escuela como lugar: propuestas e cuestiones. *Historia de la Educación* (12-13), 17-74. Edições da Universidade de Salamanca. In: SILVA, Vera Lúcia Gaspar da; PETRY, Marília Gabriela (Orgs.). *Objetos da escola: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar* (Santa Catarina – séculos XIX e XX). Florianópolis: Insular, 2012.

XAVIER, Ana Paula da Silva. *A leitura e a escrita na cultura escolar de Mato Grosso: 1837-1889*. Cuiabá, MT: Entrelinhas, 2007.